



CIÊNCIA **E** EXTENSÃO

EM CONFLUÊNCIA:
comunidade e formação de
saberes no sertão maranhense

Org.
Douglas Rodrigues de Sousa
Francisca Franciana Sousa Pereira
Joana Darc Rodrigues da Costa
Rhusily Reges da Silva Lira

Org.
Douglas Rodrigues de Sousa
Francisca Franciana Sousa Pereira
Joana Darc Rodrigues da Costa
Rhusily Reges da Silva Lira

Ciência e extensão em confluência:
comunidade e formação de saberes no sertão maranhense

São Luís – MA
2026

EDITOR RESPONSÁVEL

Jeanne Ferreira de Sousa da Silva

CONSELHO EDITORIAL

Alan Kardec Gomes Pachêco Filho
Ana Lucia Abreu Silva
Ana Lúcia Cunha Duarte
Cynthia Carvalho Martins
Eduardo Aurélio Barros Aguiar
Emanoel Cesar Pires de Assis
Denise Maia Pereira
Fabiola Hesketh de Oliveira
Helciane de Fátima Abreu Araújo
Helidacy Maria Muniz Corrêa
Jackson Ronie Sá da Silva
José Roberto Pereira de Sousa
José Sampaio de Mattos Jr
Luiz Carlos Araújo dos Santos
Marcos Aurélio Saquet
Maria Medianeira de Souza
Maria Claudene Barros
Rosa Elizabeth Acevedo Marin
Wilma Peres Costa

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Marcos Adriano Gatinho Lopes

C569 Ciência e extensão em confluência: comunidade e formação de saberes no sertão maranhense [livro digital] / organizadores Douglas Rodrigues de Sousa, Francisca Franciana Sousa Pereira, Joana Darc Rodrigues da Costa, Rhusily Reges da Silva Lira – São Luís: EDUEMA, 2026.

210 p. :il. color.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-8227-742-3

1.Extensão universitária. 2.Ciência. 3.Comunidade. 4.Sertão Maranhense. I.Sousa, Douglas Rodrigues de. II.Pereira, Francisca Franciana Sousa. III.Costa, Joana Darc Rodrigues da. IV.Lira, Rhusily Reges da Silva. VI.Título.

CDU:378.147.091.33-027.22

APRESENTAÇÃO



É com grande entusiasmo que entregamos à comunidade acadêmica e à sociedade a obra *Ciência e Extensão em Confluência: Comunidade e Formação de Saberes no Sertão Maranhense*. Este livro não é apenas uma coletânea de textos; é o registro material das inquietações, dos diálogos e das descobertas compartilhadas durante o I Encontro Científico da UEMA – Campus Presidente Dutra.

A extensão universitária consolida-se como a face mais humana e democrática da educação superior, sendo o canal indispensável que conecta o rigor da pesquisa acadêmica às pulsações da vida comunitária. Essa importância traduz-se plenamente no I Encontro Científico da UEMA – Campus Presidente Dutra, que, sob o tema *Ciência, Comunidade e Formação de Saberes*, estabelece uma iniciativa interdisciplinar voltada para o fortalecimento da integração entre a universidade e a sociedade local. Ao levar o estudante e o docente para além dos muros da instituição, o evento fomenta uma formação humanizada e crítica, promovendo o diálogo sobre a relevância do conhecimento científico para o desenvolvimento da macrorregião de Presidente Dutra - MA. Assim, as ciências humanas e aplicadas, agrárias, saúde e sociais deixam de ser apenas teorias para se tornarem ações concretas, resultando em uma troca mútua em que os saberes tradicionais e as demandas populares dialogam em igualdade com a ciência, fortalecendo a sociedade e oxigenando a própria universidade com novas realidades.

Cabe destacar que tanto a realização do evento quanto a materialização desta obra contaram com o apoio fundamental da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis (PROEXAE) da Universidade Estadual do Maranhão. Essa parceria institucional reafirma o compromisso da universidade em interiorizar a produção do conhecimento e fortalecer as ações que conectam o ensino à prática social.

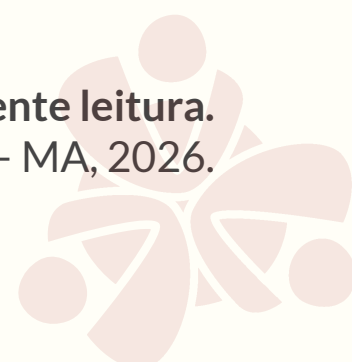
A universidade cumpre sua missão plena quando se torna um espaço de escuta e de troca. Os capítulos aqui reunidos refletem essa premissa ao transitar por áreas diversas - da crítica literária contemporânea às estratégias de gestão no agronegócio, das pautas de direitos humanos às novas dinâmicas da cultura digital. O que costura essa pluralidade de temas é a ideia de confluência: o entendimento de que o saber científico se fortalece quando caminha lado a lado com os saberes da comunidade.

Para o Campus de Presidente Dutra, a realização deste evento e a publicação deste livro representam um divisor de águas. Trata-se de um movimento de afirmação da nossa capacidade de produzir ciência de alto nível a partir das especificidades locais. Ao olharmos para o Sertão Maranhense, não o vemos apenas como um cenário geográfico, mas como um território pulsante de produção intelectual. Esta obra celebra o protagonismo de estudantes, professores e pesquisadores que acreditam que a formação de saberes é um ato coletivo, ético e profundamente comprometido com o desenvolvimento regional.

Nestas páginas, o leitor encontrará a ciência em movimento. Verá como a análise de grandes obras literárias dialoga com as questões de gênero e resistência; como a tecnologia e as plataformas digitais reconfiguram nossas formas de ler o mundo; e como a extensão universitária atua diretamente na transformação da realidade produtiva e social da nossa região.

Que esta leitura seja uma fonte de novos questionamentos e que a confluência aqui celebrada continue a inspirar futuras ações que unam, cada vez mais, a excelência da pesquisa ao coração da nossa comunidade.

Tenham todos uma excelente leitura.
Os Organizadores, Presidente Dutra – MA, 2026.





PREFÁCIO

A extensão universitária tem assumido, nas últimas décadas, um papel cada vez mais central na redefinição do sentido da universidade pública. Longe de constituir uma dimensão acessória, ela se afirma como espaço de formação, de produção de conhecimento e de compromisso efetivo com a realidade social.

É nesse horizonte que se insere a obra *Ciência e Extensão em Confluência: Comunidade e Formação de Saberes no Sertão Maranhense*, que materializa experiências construídas no âmbito do I Encontro Científico da UEMA – Campus Presidente Dutra. Mais do que um registro acadêmico, o livro expressa uma concepção de universidade que se constrói na relação com o território, com os sujeitos e com as múltiplas formas de saber que emergem da vida social.

Ao colocar o Sertão Maranhense no centro da produção intelectual, a obra desloca perspectivas ainda marcadas por lógicas centralizadoras do conhecimento. O território deixa de ser compreendido como espaço periférico de aplicação e passa a ser reconhecido como lugar legítimo de produção de saberes, experiências e práticas que tensionam e ampliam o próprio fazer acadêmico.

Os trabalhos aqui reunidos revelam a potência dessa confluência. Ao articularem diferentes áreas do conhecimento, evidenciam que a formação universitária ganha densidade quando se estabelece em diálogo com as demandas sociais, com os saberes da experiência e com os desafios concretos enfrentados pelas comunidades, reafirmando a extensão como dimensão estruturante da formação, e não como atividade complementar.

Nesse sentido, a obra demonstra que a ciência, quando construída em confluência com a vida social, amplia seu alcance e sua relevância. Aponta, igualmente, para a necessidade de uma universidade cada vez mais aberta, comprometida com o desenvolvimento regional e sensível às múltiplas realidades que compõem o Maranhão.

Que este livro possa inspirar novas práticas, fortalecer vínculos entre universidade e sociedade e reafirmar a extensão como caminho fundamental para a construção de uma educação superior pública, democrática e socialmente referenciada.

Ilka Márcia Ribeiro de Souza Serra
Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Estudantis
Universidade Estadual do Maranhão



SUMÁRIO

11 Dualidade da prostituição em A Estrela Sobe, De Marques Rebelo

Ana Vitória da Costa da Conceição
Douglas De Sousa

23 Os limites entre o ético e o estético na poesia de Fernanda Young

Rhusily Reges da Silva Lira

32 Senso comum e ciência: tecendo confluências para a compreensão do mundo

Douglas de Sousa

41 Atuação de profissionais formados em tecnologia de gestão do agronegócio em empresas de financiamento de projetos agropecuários

Francisca Franciana Sousa Pereira
Francisca Laís de Oliveira Santos
Lorainy Gomes Silva Magalhães
Werbeth Leonardo da Silva
Milena Andrade da Silva

52 Estudo das técnicas, práticas e tecnologias empregadas na produção do abacaxi em São Domingos do Maranhão – MA

Francisca Franciana Sousa Pereira
Francisca Laís de Oliveira Santos
Marcos Siqueira Ribeiro
Werbeth Leonardo da Silva
Milena Andrade da Silva

61 Fatores que influenciaram o aumento do preço da carne bovina na microrregião de Presidente Dutra - MA em 2019 a 2022

Francisca Franciana Sousa Pereira
Eduardo Felix Lima
Milena Andrade da Silva
Francisca Laís de Oliveira Santos
Werbeth Leonardo da Silva



69

Filosofia e literatura como instrumentos para a análise da cultura: um estudo sobre o niilismo na obra O Estrangeiro de Albert Camus a partir de Friedrich Nietzsche e Gilles Lipovetsky

Luciano Brandão Marques
Ingryd Alves da Costa

83

Associativismo rural e o fortalecimento da agricultura familiar no município de Presidente Dutra - MA

Werbeth Leonardo da Silva
Snaylla Natyelle de Oliveira Almendra

92

Escreve como se pinta: a literatura de José Américo de Almeida e a pintura regionalista brasileira

Wilker Mateus Moraes da Silva dos Santos
Rhusily Reges da Silva Lira

103

Linguagem híbrida: como atrair o educando por meio de didáticas interativas em aulas de língua portuguesa

Wileane Silva Almeida Cunha
Ruth Ferreira da Silva
Carlíane Miranda Carneiro Aguiar

116

Direito do trabalho, proteção do menor e repercussões de trabalhos artísticos

Jefferson Greiki da Silva Oliveira

138

Oportunidades perdidas e possibilidades de recomposição do dano: aplicabilidade da teoria da perda de uma chance segundo a legislação, a doutrina e a jurisprudência brasileira

Jefferson Greiki da Silva Oliveira
Jorge Cleber Pereira da Silva
Larisse Araújo Santana de Moraes
Leandro Mateus Martins de Sousa



155

Gírias da geração z e seu funcionamento sintático-semântico

Maria Fernanda Rodrigues Teixeira
Joana Darc Rodrigues da Costa

169

Performar o predador: performance e identidade vampírica em games contemporâneos

Antonia Karine do Nascimento Rosendo Cavalcante

179

Marcas enunciativas de resistência: linguagem e sujeito no conto contemporâneo

Ruth Ferreira da Silva
Carlíane Miranda Carneiro Aguiar

189

O papel das plataformas digitais na mediação da literatura contemporânea: teoria, discurso e circulação

Hevelyn Rayra Silva Pereira
Douglas De Sousa

200

Leia Mulheres: clube de leitura literária em prosa feminina no Campus da UEMA de Presidente Dutra

Mikaelly Lima Silva
Rhusily Reges da Silva Lira



Dualidade da prostituição em A Estrela Sobe, De Marques Rebelo



Ana Vitória da Costa da Conceição¹
Douglas De Sousa²

INTRODUÇÃO

Neste artigo, propomos uma análise do romance *A Estrela Sobe* (1939), de Marques Rebelo, focando na representação da prostituição em um contexto de crescimento dos centros urbanos brasileiros. A narrativa acompanha Leniza Máier, uma jovem pobre e ambiciosa que, incentivada por Seu Alberto - inquilino na pensão de sua mãe, D. Manuela -, decide se aventurar no universo da rádio com o sonho de se tornar uma estrela.

Publicado em 1939, o romance *A Estrela Sobe* narra a trajetória de Leniza Máier, uma jovem de classe baixa que vive em uma pensão no bairro da Saúde, no Rio de Janeiro. Movida por uma forte ambição e pelo desejo de escapar da mediocridade do subúrbio, Leniza vislumbra no rádio - fenômeno cultural em ascensão na década de 30 - a via para sua ascensão social. Sob o incentivo de seu Alberto, um inquilino da casa, ela decide seguir a carreira de cantora, mas logo percebe que o caminho para o estrelato exige concessões morais profundas. A narrativa acompanha suas negociações afetivas e sexuais, nas quais a virgindade e o próprio corpo são utilizados como moedas de troca para garantir “padrinhos” e contra-

¹ Graduanda do curso de Licenciatura em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa da UEMA – Campus Presidente Dutra. Bolsista de Iniciação Científica da UEMA.

² Doutor em Literatura e Práticas Sociais (UnB). Professor do Departamento de Letras da UEMA – Campus Presidente Dutra e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras – Teoria Literária da UEMA.

tos em emissoras de prestígio. Ao final, a “estrela” atinge o sucesso almejado, mas ao custo de uma fragmentação identitária e do distanciamento de seus valores originais, consolidando-se como uma das figuras mais complexas da ficção urbana de Marques Rebelo.

Sua trajetória artística é marcada por dificuldades que revelam o cenário comum da época: a ilusão de fama rápida por meio dos programas de calouros. Para ingressar na emissora, Leniza recorre a um caminho alternativo, utilizando o “apadrinhamento” para alcançar seus objetivos. Essa construção plural da personagem rompe com o ideal feminino e os valores tradicionais da década de 1930, posicionando-a como uma figura que transgride as expectativas sociais de sua época.

Historicamente, a figura da prostituta foi cercada por preconceitos que visavam delimitar o comportamento aceitável para as mulheres na sociedade. De acordo com as ideias de Margaret Rago, essa identidade foi moldada por um processo de silenciamento e estigmatização, refletindo o esforço masculino em controlar o que era visto como uma ameaça à ordem social. Assim, o trabalho sexual permanece, até os dias atuais, carregado de marginalização.

Durante o período em que a obra foi publicada, o Brasil presenciava a popularização do rádio, que se tornou mais acessível a partir de 1930. No entanto, as emissoras eram vistas com desconfiança e preconceito, estigmatizando as cantoras com o rótulo de “vida fácil”. Como o próprio texto de Rebelo ilustra: “Diziam que esse negócio de rádio, lá dentro, era uma pouca-vergonha, uma grossa barulheira” (Rebelo, 2022, p. 123), evidenciando como a profissão artística era frequentemente associada à prostituição naquele período.

A ficção de Marques Rebelo é caracterizada pelo romance urbano, concentrando-se nos subúrbios cariocas e em personagens que vivem à margem, como prostitutas, trabalhadores e donas de casa. Sua escrita equilibra a modernidade do Rio de Janeiro com a persistência da vida suburbana. Para situar esse cenário, podemos

recorrer às ideias de Alfredo Bosi sobre o desenvolvimento da capital, que aponta como a cidade preservou camadas de uma vida social antiga enquanto tentava se modernizar:



O Rio de Janeiro, com toda a sua modernidade internacional de centro turístico, conservou por longo tempo faixas de vida suburbana, estratificada, própria de uma classe média que remonta aos tempos de D. João VI. A revolução industrial e o frenesi imobiliário atacaram de rijo a orla das praias, mas só lentamente foram alterando a fisionomia da zona dos morros. Aí vegetavam bairros que, se dependiam dos negócios e da burocracia do centro, negaceavam a integrar-se no espírito mercantil e cosmopolita da nova cidade (Bosi, 1994, p. 410).



A partir desse panorama traçado por Bosi, percebemos como o ambiente em que Leniza circula influencia sua conduta. Exploramos, portanto, como a narrativa de Rebelo oferece uma análise das complexidades da experiência feminina em uma sociedade patriarcal e hierárquica. Ao examinar as motivações e desafios da protagonista, este estudo busca promover uma reflexão crítica sobre as condições socioeconômicas e culturais que, naquela época, conduziam muitas mulheres ao universo da prostituição.

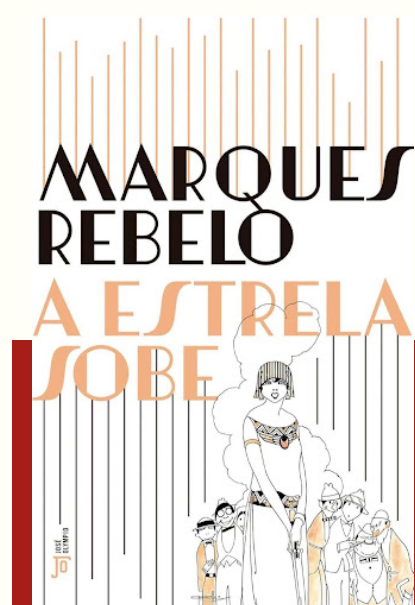


Fig. 1 - Capa da 7.ed. do romance A Estrela Sobe, José Olympio (2022)

Fonte: <<https://www.record.com.br/produto/a-estrela-sobe-2/>>. Acesso em 14. fev. 2026

LENIZA MÁIER E A ERA DO RÁDIO: DUALIDADE E ESTIGMA NO ROMANCE DE MARQUES REBELO

Nesta leitura, abordamos a obra *A Estrela Sobe* (1939), do escritor Marques Rebelo, que apresenta a prostituta como protagonista. O objetivo é desvendar a trajetória de Leniza Máier, uma moça pobre e ambiciosa que aspira à carreira artística entre as décadas de 1930 e 1940. Na trama, ela é encorajada por Seu Alberto, um inquilino na casa de pensão de sua mãe, Dona Manuela; personagem que, embora secundário, funciona como o vínculo da protagonista com a moral familiar e o ambiente doméstico.

A pluralidade da figura de Leniza permite uma representação complexa da mulher em relação à cidade e aos conflitos urbanos. Embora o romance não tenha o compromisso de ser uma fonte histórica documental, ele fundamenta-se na verossimilhança para construir seu painel social. De modo geral, como aponta Georg Lukács (1999), o gênero romance consolidou suas características típicas na sociedade burguesa, diferenciando-se de formas narrativas da antiguidade por ser uma forma literária especificamente nova. Portanto, o romancista utiliza essa estrutura para apresentar uma visão abrangente da sociedade, criando e recriando a realidade por meio da ficção.

Em relação ao contexto social da personagem, a percepção sobre a mulher que comercializa o sexo passou por transformações drásticas que ajudam a explicar o estigma enfrentado pela protagonista. Em civilizações como o Egito e a Mesopotâmia, há registros da prostituição sagrada, enquanto na Grécia Antiga as mulheres eram divididas entre *hetairas* (com grande relevância social e instruídas em várias artes) e *pornés* (que atuavam nas ruas em condições vulneráveis). Com a queda das civilizações antigas, essa imagem de sacralidade foi apagada, dando lugar ao arquétipo da “prostituta arrependida”. Segundo Kirsch (1998), o destino dessas personagens na literatura passou a ser quase sempre marcado pela culpa, adoecimento ou morte, refletindo o controle social sobre condutas como o adultério e a sedução.

Dessa maneira, consolidou-se uma dualidade rígida entre a mulher casada e a prostituta, sendo esta última tratada como um pária social. Os espaços de prostituição passaram a ser vistos como opostos ao lar e alvos de profundo preconceito.

As produções de Rebelo mantêm uma ligação estreita com os temas ligados à cidade e ao urbano, abordando a modernização e a transformação do espaço carioca. Publicado em 1939, *A Estrela Sobe* representa a segunda fase do modernismo, chamada por Alfredo Bosi (2006) de “a era do romance brasileiro”. Este período foi caracterizado não apenas pelo regionalismo nordestino de autores como Graciliano Ramos e Jorge Amado, mas também por uma tendência psicológica e crítica das relações sociais urbanas.

Para Bosi (2006), embora o Modernismo do Nordeste tenha dado o tom ao melhor romance dos anos 30 e 40, a obra de Rebelo preservou a importância do romance urbano ao abordar os conflitos entre o homem e a sociedade cosmopolita. Assim, o autor consolidou sua posição ao focar nas tensões da capital. Na obra analisada, Leniza representa a mulher atuando no espaço público, lugar tradicionalmente reconhecido como masculino. Ao deixar o ambiente doméstico em busca de ascensão econômica e rejeitar o casamento, ela desafia as normas de seu tempo.

Essa movimentação da personagem entre o subúrbio e a modernidade acompanha as próprias reformas estruturais do Rio de Janeiro. Naquele período, a capital passava por planos de remodelação e higienização que causavam a expulsão das classes mais baixas para os subúrbios. É nesse cenário de segregação que o rádio se firmou no Brasil. Embora tenha sido introduzido nos anos 20 com diversos problemas técnicos, foi a partir da década de 30 que o rádio exerceu um poder decisivo na transformação da cultura brasileira, tornando-se o veículo das aspirações de sucesso e, simultaneamente, um espaço de novos estigmas para as mulheres que nele ingressavam.

DUALIDADE E PROSTITUIÇÃO

A partir dos aspectos citados, abordaremos as dinâmicas de poder e a hierarquia de gênero presentes na prostituição, focando na dualidade que marca a protagonista. Leniza reside com sua mãe em uma casa herdada no bairro da Saúde, região central do Rio de Janeiro, que funciona como pensão. É nesse ambiente doméstico que ela desperta o interesse de Astério e, posteriormente, de Oliveira, médico de carreira estagnada. Ambos lhe propõem casamento, mas a protagonista nega tais ofertas, pois seus desejos de ascensão não se limitam à estabilidade do lar.

O incentivo de Seu Alberto, outro inquilino que a estimula a cantar, consolida em Leniza o sonho de ingressar no rádio. Disposta a realizar essa ambição a qualquer custo, a jovem envolve-se com Mário Alves, homem casado, com quem planeja perder a virgindade na esperança de ser apresentada a alguém influente no meio artístico. A temática da virgindade, central na moralidade da época, é descrita por Rebelo como um momento de ruptura traumática:



Mário Alves ajoelhou-se aos pés dela. [...] Ele avançou, quase feroz! Ela abafou o grito selvagem, na sensação inglória e dolorosa de que estava sendo aberta ao meio, rachada, dividida em duas Lenizas: Leniza-Bem, Leniza-Mal – destruída para sempre a Leniza-Verdadeira, a que era Bem e Mal... (Rebelo, 2022, p. 93-94)



Ao analisar esse trecho, percebe-se que a “rachadura” mencionada pelo narrador simboliza a fragmentação da identidade feminina diante das imposições sociais. A perda da virgindade, para Leniza, não é um ato de libertação sexual, mas uma transação dolorosa onde a “honra” - pré-requisito indispensável para o casamento e para o reconhecimento social da mulher - é sacrificada em nome

de um projeto de carreira. Após a experiência, o arrependimento e o nojo que sente por Mário Alves evidenciam que, ao transgredir a norma que reservava o sexo apenas ao matrimônio e à maternidade, a personagem sente ter infringido a ordem moral que a definia.

Posteriormente, Leniza é inserida na Rádio Metrópolis, onde conhece Dulce, cantora com quem inicia um relacionamento afetivo e financeiro. Leniza utiliza o dinheiro recebido de Dulce para simular, perante sua mãe e amigos, que seus ganhos provêm exclusivamente da rádio. Entretanto, essa relação é permeada por freios morais e vergonha, especialmente quando Leniza percebe que sua conduta é de conhecimento de figuras masculinas, como o Dr. Oliveira. Para a protagonista, o envolvimento com outra mulher é lido por meio da lente da utilidade: o corpo torna-se uma mercadoria de troca para garantir sua permanência no meio artístico. Isso fica explícito no confronto entre as duas, quando Leniza afirma: “- Paguei com meu corpo!”, indicando que ela encara suas relações sexuais como um instrumento de trabalho e uma retribuição pelas facilidades alcançadas.

Essa busca por autonomia financeira por caminhos considerados “desviantes” pela sociedade patriarcal reflete uma tentativa de escapar do destino comum reservado às mulheres. Nesse sentido, podemos dialogar com as reflexões de Simone de Beauvoir (2016), que aponta o casamento como o destino tradicionalmente imposto pela sociedade, no qual a mulher muitas vezes se vê confinada. Ao rejeitar as propostas de Astério e Oliveira, Leniza tenta subverter essa lógica, utilizando sua sexualidade como uma válvula de escape para conquistar uma independência que o mercado de trabalho convencional lhe negava.

Contudo, essa ascensão é acompanhada por um crescente desprezo por si mesma. Leniza passa a viver uma vida de aparências, gastando mais do que ganha e dependendo de sucessivos amantes para sustentar o luxo que a “estrela” exige. Sua caminhada culmina no en-

volvimento com Amaro Santos – proprietário de uma fábrica de calçados, que ostenta uma influência através de seu poder aquisitivo, levando sua nova amante para uma emissora com maior visibilidade.

Em meio a todos os relacionamentos presenciados no decorrer da narrativa notamos com Leniza utiliza de seus atributos com moeda de troca combinado a esperteza com tons de malícia e sensualidade.



Leniza perdeu o tom ingênuo que ainda podia ter. Ganhou um jogar de corpo que convida, um quebrar de olhos que promete tudo, à toa, gratuitamente. Modificou-se o timbre de sua voz. Ficou mais quente. A própria inteligência se transformou. Tornou-se mais aguda, mais trepidante. Tinha respostas para tudo, respostas engraçadas, revelando mais cinismo que ironia. (Rebello, 2022, p. 18)

O corpo curvado mostrava uma elasticidade perfeita, maravilhosa, tinha qualquer coisa de animal, de égua de corrida, de ancas duras e lustrosas- era um perturbador convite! (Rebello, 2022, p. 49)



Dessa forma, constata-se que Rebello dá a sua protagonista aspectos de zoomorfismo, e ao decorrer da narrativa contemplamos Leniza perdendo sua ingenuidade e passando a ser retratada com uma sensualidade animal e visceral. Em certos momentos trata com repugnância sua natureza dúbia como frisado no seguinte trecho: “Sentia-se miserável, imunda, escória humana, campo de todos os pecados, lama, pura lama. Mas subira. Dois ou três degraus na escada do mundo” (Rebello, 2022, p. 169). Apesar do desdém por si mesma não permanecer por longos períodos contrasta com a imagem encenada para sua mãe, D. Manuela, mulher seguidora da ordem moral vigente em um modelo patriarcal.

Voltando para o último envolvimento amoroso tratado no romance, visualizamos que o desprezo que Leniza sente também era voltado para seus amantes. Amaro é descrito como “mais gordo, mais rubicundo, o olhar mais lúbrico” e enojava Leniza com seus gestos de afeto.



[...] Achava-o odioso com os seus “meus anjos”, “meu amorzinho”, com a sua papada vermelha, seus momentos lúbricos, suas mãos que pareciam queimar como ferro em brasa, que davam a impressão de deixar-lhe no corpo uma marca ignominiosa como a marca feita a fogo nos escravos e nos animais (Rebello, 2022, p. 193).



Apesar de inicialmente visualizar em Amaro uma figura odiosa, a entrada na emissora Continental e os presentes como chapéus, sapatos e as idas em cabeleireiros e manicures fizeram com que o amante não fosse mais odioso aos seus olhos, enxergando até como delicado, paciente e mão-aberta tanto pela condição financeira que proporcionava para a Leniza em seus agrados, presentes esses que não conseguiria em sua posição econômica anterior, quanto pela satisfação. Leniza observava em Amaro uma indisfarçável vaidade ao sair em público ao lado dela apresentado orgulho em tê-la como amante.

Um destaque para a sutileza da nomenclatura das radiodifusoras, Metrópolis e Continental, que contrastam com a cidade e a própria personagem, portanto, a primeira difusora reforça a influência no bairro Saúde e a vida de Leniza na pensão enquanto a Continental destaca a perspectiva da protagonista em um novo bairro no centro da capital, Rio de Janeiro, fervorosa com a modernização do espaço público. Assim, essa transformação interna da personagem guarda uma semelhança simbólica com a própria cidade do Rio de Janeiro sob a influência da urbanização acelerada.

A mudança de Leniza para novos ambientes e, eventualmente, para os apartamentos - que no fim da década de 30 representavam o ápice da modernidade e da verticalização urbana - marca seu distanciamento definitivo de suas origens na Saúde. Dessa forma, a trajetória de Leniza mimetiza a fisionomia da capital: assim como o Rio se “higienizava” e se verticalizava, ocultando seus subúrbios e cortiços, a protagonista também constrói uma fachada de sofisticação que busca apagar seu passado pobre. Assim sendo, a modernidade em Marques Rebelo revela-se como um processo de isolamento e perda de vínculos, em que a ascensão social da mulher caminha lado a lado com a fragmentação de sua identidade moral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise aqui empreendida permitiu visualizar a relevância da ficção de Marques Rebelo dentro do panorama do romance de 30, especificamente no que tange ao romance urbano. Embora essa vertente tenha ocupado, por vezes, um papel secundário diante da popularidade do regionalismo nordestino durante a segunda fase do modernismo, a obra examinada demonstra sua força ao capturar as tensões do Rio de Janeiro no ápice da Era do Rádio. No universo de Rebelo, identificamos o conflito entre a permanência de estruturas tradicionais e a emergência de novos comportamentos femininos que rompem com o modelo patriarcal.

Verificamos que Leniza Máier, a protagonista, não reflete de forma nítida a figura feminina idealizada de sua época. Pelo contrário, ela se coloca como uma força de transgressão ao rejeitar o destino convencional do casamento e da maternidade, utilizando seu corpo e sua voz como instrumentos de negociação e independência financeira. Contudo, essa autonomia não é isenta de custos. A trajetória de Leniza revela o alto preço pago pelas mulheres que optavam por destinos dissonantes da “dona de casa” valorizada no período: um isolamento moral e uma fragmentação da identidade, simbolizada pela divisão entre a “Leniza-Bem” e a “Leniza-Mal”.

Ficou evidente, ao longo deste estudo, que a ascensão de Leniza caminha *pari passu* com a modernização da capital. A verticalização da cidade, representada pelos novos apartamentos e pelo glamour das emissoras de rádio, funciona como uma metáfora para a própria vida da personagem - uma fachada de sofisticação que tenta, sem sucesso, apagar as raízes suburbanas e os dilemas éticos enfrentados na marginalidade. A “Estrela” que sobe é, portanto, uma figura solitária que mimetiza as contradições de um Brasil que se modernizava tecnologicamente, mas permanecia arraigado a preconceitos estruturais.

Portanto, a partir das análises e resultados obtidos, considera-se que esta investigação de cunho qualitativo alcançou o objetivo de demonstrar como a literatura de Marques Rebelo opera uma crítica social perspicaz. Espera-se que este trabalho abra espaço para estudos mais amplos sobre a condição feminina na literatura brasileira de meados do século XX, fomentando a valorização de obras e autores que, apesar de sua profundidade estética e sociológica, por vezes necessitam de um olhar renovado da crítica contemporânea para serem plenamente compreendidos em sua complexidade.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **ABL – Membros**. Disponível em: http://www.academia.org.br/academicos/membros-title=&field_cadeira_value=9&field_cadeira_posicao_value=All. Acesso em: 21 fev. 2025.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Tradução de Sérgio Milliet. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. v. 2.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 43. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

CALABRE, Lia. **A era do rádio**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CECCARELLI, Paulo Roberto. Prostituição – corpo como mercadoria. **Mente & Cérebro – Sexo**, São Paulo, ed. especial, v. 4, n. 1, p. 1-14, 2008.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidade e mentalidade no Brasil Colônia. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

KIRSCH, Jonathan. **As prostitutas na Bíblia**: algumas histórias censuradas. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1998.

LUKÁCS, Georg. O romance como epopeia burguesa. **Ensaio Ad hominem / Estudos e edições Ad hominem**, [s. l.], n. 1, tomo 2, p. 87-135, 1999.

MACEDO, Ana Gabriela; AMARAL, Ana Luisa (org.). **Dicionário da crítica feminista**. Porto: Edições Afrontamento, 2005.

QUEIROZ, Christina. A figura poética da prostituta. **Revista Pesquisa FAPESP**, São Paulo, p. 82-85, mar. 2016.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista (1890-1930). São Paulo: Paz & Terra, 1985.

REBELO, Marques. **A Estrela Sobe**. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2022.

SEVCENKO, Nicolau. A Capital Irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. v. 3, p. 513-619.

Os limites entre o ético e o estético na poesia de Fernanda Young



Rhusily Reges da Silva Lira³

EXPOSIÇÕES INICIAIS

O meu percurso metodológico é o “diálogo” entre literatura e filosofia, contudo entendo esse diálogo para além da dimensão dialética do termo, mas como um processo de falar-ouvir que expressa ação entre os processos.

Tenho encontrado na interseção entre Filosofia e Literatura um caminho investigativo não apenas formalmente viável e defensável, mas um estudo que possibilita essa vivência humana conjunta compartilhada de um modo abrangente e significativo. Isto abre as possibilidades para o encontro-com-o-outro, que constitui todo o significado do viver e do vivenciar as experiências cotidianas em face da profunda desertificação em que nos sentimos inseridos, como já haviam apontado não apenas Schopenhauer, Kierkegaard ou Nietzsche, mas também seus “discípulos” mais próximos de nós, como Benjamin, Horkheimer e Adorno.

Diante disso, este texto pretende rastrear os limites existentes entre o ético e a estética na poesia da Fernanda Young – com o intuito de investigar até que ponto a vida se torna matéria poética? como essa vida recriada implica na intimidade, subjetividade do leitor?

³Doutoranda e Mestra em Estudos Literários no PPGEL/UFPI. Graduada em Licenciatura em Letras Portugêses e Literaturas de Língua Portuguesa (UEMA). Atualmente é professora substituta no departamento de Letras da UEMA – Campus Presidente Dutra.

Assim, compreendo a ética, em termos gerais, pode ser entendida como o campo de reflexão sobre a ação humana, guiando condutas individuais e coletivas a partir de valores como justiça, responsabilidade e respeito. Já a estética, tradicionalmente ligada ao campo da arte e da filosofia, trata das formas de percepção do belo, do sensível e da **experiência que temos diante de manifestações artísticas ou culturais.**

O filósofo alemão Kant em *A crítica da faculdade julgar* afirma que todas as vezes em que temos a “experiência” do belo, alcançamos um estágio de vivificação de nosso sentimento conjunto/comunitário da vida. Saímos de uma exposição de artes plásticas, de um teatro, de uma sala de concerto, ou da leitura de um romance ou de um poema, em meio a uma elevação desse sentimento. Então de algum modo a experiência da beleza/belo nos oferece caminhos interpretativos da dimensão da vida.

Dessa maneira, a dimensão entre estética e ética, nesta proposta, tem como ponto de partida *A poética*, de Aristóteles, que distância do conceito de *mimese* do seu mestre Platão e a compreende como a ação de mimetizar se constitui nos homens desde a infância, e eles se distinguem das outras criaturas porque são os mais miméticos e porque recorrem à *mimesis* para efetuar suas primeiras formas de aprendizagem, portanto, como um processo de recriação.

A literatura é um objeto artístico que apresenta aos leitores representações, recriações das possibilidades de vida. Diante disso, percebemos que o fazer literário tem como matéria principal o mundo e a vida do seu produtor, bem como experiências, vivências e as interpretações de acontecimentos subjetivos. O fazer literário, por sua vez, é não a simbolização da vida, mas o próprio viver e outros modos de experienciar a vida.

O filósofo alemão Friedrich Nietzsche (1844-1900) propõe uma filosofia da vida, da afirmação do corpo, dos instintos e da criação de valores. A arte, para Nietzsche, não é apenas um campo do belo: ela é a própria força vital, expressão máxima da existência humana. A concepção estética de Nietzsche parte do filósofo

Schopenhauer, que via a arte como refúgio contra o sofrimento do mundo, todavia, Nietzsche inverte essa lógica propondo que a arte seja a afirmação da vida mesmo em sua dor e tragédia.

A poeta brasileira Fernanda Young possui um projeto poético relacionado com a dimensão da vida e sua reelaboração. O trágico como elemento motor de criação, entendimento e compreensão da vida e do seu estar-no-mundo. Vale ressaltar, que trágico, aqui, não é a compreensão do senso comum, mas filio-me a tradição de pensadores e escritores que possuem um “olhar trágico do mundo”. Observemos o poema que compõe o seu livro *Dores do amor romântico* (2011):

Um bom poema não pode ser escrito
em lençóis tão sujos.
O verso está preso entre as minhas
pernas.
Um aborto pendurado pelos testículos.
Um pênis de borracha.
Modess empapado.
Algo que não deveria ser descrito,
mas se não, me mato.
Raspo a cabeça,
me tatuo,
bebo tudo,
fumo mil cigarros.
É por isso que preciso do verbo,
da palavra impressa.
Para rasgar o véu que deixa o mundo
turvo.
Perdoar aqueles que, acredito, me
feriram.
Aqueles que, acredito, não vieram.
Aqueles outros – os piores – que, me
lembro, nem me viram.
Para ser... Meu Deus...justificável.
Essa dor na gengiva, meu bruxismo,

a disritmia, a dislexia, a asma,
a dermatite e a rinite. A minha raiva...
[...]
tão pequenininha,
com o mesmo ódio de ser assim:
Fernanda.
Má. Feia. Egoísta. Ladra. Invejosa.
Definitivamente desnecessária.
Então melhor
Morta.
[...]
E de vez em quando...
Um verso perfeito
para alguém que
nem se importa.
(Young, 2011, p. 59-62)

Assim, a estética nietzscheana é uma maneira de suportar a existência, transformando o sofrimento em potência criativa, ou seja, a arte como sublimação da dor e da vida. Para Nietzsche, a arte nasce da tensão entre duas forças: o apolíneo (a ordem, a forma, a medida) e o dionisíaco (o excesso, a desmedida, a dor, o êxtase, a embriaguez).

O poema traz à tona um eu lírico que se percebe preso em sua própria existência, atravessado pela dor física e psíquica (asma, bruxismo, disritmia, dermatite, raiva, ódio). A palavra surge como única possibilidade de expressar, suportar ou transfigurar esse peso da vida. Isso está em sintonia com a visão nietzschiana da arte como meio de tornar a vida, mesmo em sua dureza, suportável.

Outro elemento que podemos visualizar no poema é o verbo como necessidade vital, pois quando o eu lírico afirma “*é por isso que preciso do verbo, da palavra impressa*”, vemos a arte não como luxo, mas como necessidade vital, como algo que impede o colapso, que segura a existência no limite entre vida e morte (“*mas se não, me mato*”).

Para Nietzsche, a arte é justamente esse grande estimulante da vida, que dá forma ao caos e ao sofrimento, permitindo que eles sejam ditos e, portanto, de algum modo, vividos. Além disso, o texto poético nos oferece uma noção de autenticidade e crueldade consigo mesma, uma vez que o poema não busca beleza clássica, mas sim desnudamento brutal da existência: sujeira, compulsões, autodestruição, doenças, insultos a si mesma. Isso remete ao dionisíaco nietzschiano, em que a arte não esconde o feio, o grotesco e o trágico, mas os assume como parte do humano.

O poema é a representação da arte como afirmação da vida, mesmo em sua negatividade, pois ao transformar dor, ódio e autoimagem negativa em poesia, a autora realiza algo que Nietzsche vê como central: afirmar a vida mesmo em sua face mais hostil, não pela negação, mas pela transfiguração estética. É nesse sentido que a arte, para Nietzsche, não é apenas representação, mas **criação de sentido** diante do sofrimento.

Assim, o poema se relaciona com a filosofia de Nietzsche na medida em que mostra a arte como necessidade existencial, como forma de suportar e dar expressão à dor da vida, transformando o insuportável em verbo. Ele encarna o espírito dionisíaco — visceral, cru, trágico —, mas que só se realiza porque encontra na palavra (apolínea, estruturante) a forma de se comunicar.

Seguindo esta linha, observemos o poema a seguir:

AGOSTO DE 2005
Ninguém quer confissões aqui.
Nem reminiscências.
É apenas uma questão de manter
o foco.
Por isso este formato, essa falsa
elaboração.
Se alguém aqui quisesse ser realmente
bom,
contaria as sílabas de um soneto

perfeito,
mas não é o caso. Nem é o caso, aqui,
em meio a toda essa confusão, ser ela
uma mulher prestes a chorar ou não.
Não!
Taí uma coisa que não vai interessar
você. Ninguém quer confissões
aqui.
É mesmo melhor continuar escrevendo
essas frases curtas, que assim amontoadas,
dão um arde coisa, coisa pensada,
e nem é, sabe?, nem é importante...
Só um pouco importante,
um pouquinho,
como se ela bebesse um copo de uísque
e fumasse um Marlboro e mandasse uns 3
tomarem no cu,
é mais ou menos isso,
isso aqui,
que não pretende ser confissão, nem
lembrança,
nem emocionante, nem inteligente, nem valerá a
página
que será impressa.
Tem a premência de salvar, mas não é uma
Boia, não provoca epifanias, e por isso nem
é inspiração. Não provoca
nada.
Ocupa. Aqui todo mundo precisa estar ocupado,
quando dá essa vontade louca de morrer, é bom
fingir ser poeta. É. É melhor continuar escrevendo.
É.

Pronto. Ela já não quer mais se matar.
Por enquanto acredita, acredita mesmo,
ser indispensável.
(Young, 2011, p. 09-10)

O poema ironiza a ideia de perfeição poética (“*se alguém aqui quiser ser realmente boa, contaria as sílabas de um soneto perfeito*”), que é a desconfiança da forma perfeita. Isso toca diretamente a crítica de Nietzsche à estética clássica baseada apenas na ordem, na medida, no apolíneo puro — que para ele era insuficiente, pois escondia a dimensão trágica da vida.

O poema rejeita o formalismo vazio e aposta no que parece “inacabado”, “falso”, “amontoado”. Essa recusa do ideal de pureza formal ecoa o espírito dionisíaco, que rompe com a ilusão de harmonia perfeita.

É interessante a arte como máscara e dissimulação, pois o texto declara: “*ninguém quer confissões aqui*”, “*nem reminiscências*”. Ou seja, recusa o lirismo confessional e subjetivo como verdade última. Nietzsche também vê a arte como máscara, véu, ilusão necessária. Não se trata de expor a “verdade nua”, mas de criar uma forma que permita suportar e transformar a vida. Assim, o poema assume conscientemente sua falsa elaboração como recurso estético, revelando que a arte é artifício, e não revelação absoluta.

O uso de frases curtas, empilhadas, “com ar de coisa pensada”, lembra a estética nietzschiana do aforismo: recusar sistemas fechados, preferir lampejos, cortes, pedaços que provocam. Essa fragmentação é uma forma de criar intensidade em vez de totalidade, e isso é profundamente nietzschiano.

O poema está impregnado de uma espécie de negação irônica do próprio lirismo (“*se é uma mulher prestes a chorar ou não*” — “*não vai interessar você*”). Essa recusa não elimina a dor, mas a desloca, mostrando que a arte pode ser um jogo, uma máscara, um fingimento que dá forma ao caos.

Assim, esse poema se relaciona com Nietzsche porque mostra a arte como ilusão necessária, que não precisa ser confissão, nem verdade íntima, nem forma perfeita, mas sim um espaço em que o caos pode ganhar contorno estético — ainda que frágil, provisório, irônico.

BREVES REFLEXÕES (IN) CONCLUSAS

Os dois poemas aqui analisados estabelecem relação entre ética e estética e se dá na chave nietzschiana: a arte não como adorno moral ou busca de beleza pura, mas como estratégia vital diante do sofrimento e do caos da existência. O primeiro poema coloca o peso da vida em evidência e mostra a arte como necessidade visceral. O segundo revela a arte como jogo de formas e máscaras, que impede que o excesso de subjetividade se torne confissão ingênua.

Assim, ética e estética não estão separadas: a forma escolhida (a palavra crua ou o fragmento irônico) é já uma posição ética diante da vida. Em ambos, a arte funciona como o meio de afirmar a existência sem se reduzir a moralidade convencional nem a um ideal estético fechado. O impulso do agir é a mola propulsora da recriação, apreensão da realidade em outros mundos.

A poesia de Fernanda Young é marcada por uma tensão constante entre o íntimo e o irônico, revelando um eu lírico que oscila entre a vulnerabilidade emocional e uma lucidez quase cruel sobre si mesmo. Sua escrita frequentemente incorpora um desencanto com as idealizações do amor, da felicidade e da própria identidade, explorando uma subjetividade fragmentada e, por vezes, autodepreciativa. Nesse sentido, sua poesia não busca consolo, mas expõe as contradições da experiência contemporânea, aproximando-se de uma estética da sinceridade desconfortável. Há, em seus versos, uma recusa das narrativas edificantes, o que confere à sua obra um tom de desilusão sofisticada e crítica.

Essa perspectiva dialoga, em muitos aspectos, com a filosofia de Friedrich Nietzsche, especialmente no que diz respeito à crítica às ilusões metafísicas e morais que sustentam a vida humana. Assim como Nietzsche desmascara valores tradicionais ao propor conceitos como a morte de Deus e a necessidade de criação de novos valores, Fernanda Young parece operar uma espécie de desconstrução afetiva, questionando as verdades sentimentais que organizam o sujeito. Ambos compartilham uma visão que encara

o sofrimento e o vazio não como falhas a serem corrigidas, mas como elementos constitutivos da existência. Desse modo, sua poesia pode ser lida como uma forma estética de afirmar a vida em sua ambiguidade, ainda que sem a dimensão afirmativa radical do pensamento nietzschiano.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES, **A poética**. Trad. Paulo Pinheiro. São Paulo: Editora, 34, 2017

NIETZSCHE, Friedrich. **O nascimento da tragédia, ou helenismo e pessimismo**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

YOUNG, Fernanda. **Dores do amor romântico**. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

INTRODUÇÃO: A BUSCA POR SENTIDO E O ERRO DA MODERNIDADE



Com isso, é inevitável que a Ciência, com mãos mais grosseiras e muito pouco ganho de prazer, ocupe-se das mesmas matérias com que a elaboração literária tem deleitado os humanos há milênios. Esperamos que estas observações sirvam para justificar uma elaboração rigorosamente científica também da vida amorosa dos seres humanos. Pois a Ciência é, afinal, a mais perfeita renúncia ao princípio de prazer que é possível ao nosso trabalho psíquico. (Freud, p. 74)



O conhecimento humano não nasce do vácuo; ele é uma resposta intrínseca à curiosidade e às necessidades que emergem da nossa interação contínua com o ambiente. Desde os primeiros momentos da vida, o ser humano busca entender o que o rodeia, criando uma base sólida para a construção do saber que visa, em

⁴ Este artigo é uma adaptação de minha conferência proferida no I Encontro Científico da UEMA “Ciência, Comunidade e Formação de Saberes” – Campus de Presidente Dutra, outubro de 2025.

⁵ Doutor em Literatura e Práticas Sociais (UnB). Professor do Departamento de Letras da UEMA – Campus Presidente Dutra e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras – Teoria Literária da UEMA.

última instância, dar sentido à existência. Seja por meio da ciência, da filosofia ou dos saberes populares, o objetivo permanece constante: compreender melhor nossa existência e o que ela representa.

Entretanto, a modernidade consolidou uma divisão muitas vezes rígida entre o saber acadêmico e o chamado “saber do viver”. Essa separação é o que se pode chamar de *o erro da modernidade*, que isolou o conhecimento sistemático das experiências cotidianas. Para superar esse impasse, é necessário reconhecer que conhecer não é uma forma de dominação ou controle, mas sim uma aproximação dinâmica ao mundo, em que cada interação oferece novos aprendizados.

Para dar continuidade à discussão iniciada em minha fala, é fundamental compreender que a ciência se distingue como uma investigação lógica e estruturada, utilizando métodos rigorosos para explicar, prever e intervir na realidade. No entanto, conforme apontado nas fontes, esse fazer científico não é um processo meramente técnico; ele exige o que Sigmund Freud denominou como a *Coragem da Lucidez*. Trata-se de um ato ético que demanda a renúncia de ideais e ilusões confortáveis, forçando o pesquisador a confrontar as durezas da realidade, mesmo quando o conhecimento gerado é acompanhado de desprazer. Um exemplo dessa postura foi a transformação do amor em objeto de estudo científico, em que a psicanálise buscou padrões inconscientes para além das narrativas românticas do senso comum, priorizando a integridade da verdade humana. Desse modo, quando Freud cita os poetas, em seu texto, *Sobre um tipo particular de escolha de objeto nos homens* (1910), sobre a vida da psicologia amorosa dos homens, diz com ironia e seriedade ao mesmo tempo, que fazer ciência exige renunciar ao princípio do prazer. O cientista precisa abrir mão da ilusão, da beleza e da gratificação emocional (como a que o poeta busca) para encarar o desconforto da verdade.

Em contrapartida ao rigor metodológico, os saberes populares emergem da vivência cotidiana e da sabedoria coletiva acumulada ao longo das gerações, é inegável. Esse conhecimento, transmitido

por gestos e narrativas, é essencial para o pertencimento e para a resolução de problemas práticos da comunidade, como o cultivo agrícola e o uso de ervas medicinais. Ailton Krenak aprofunda essa perspectiva ao tratar dos *Saberes do Pertencimento*, criticando a visão que ridiculariza a conexão com a natureza. Para ele, o conhecimento não deve ser uma instrução para a dominação ou para “vencer”, mas sim uma orientação para a partilha, convidando o ser humano a colocar o coração no ritmo da terra e a valorizar a presença em vez de apenas “vender o amanhã”.



As crianças indígenas não são educadas, mas orientadas. Não aprendem a ser vencedoras, pois para uns vencerem outros precisam perder. Aprendem a partilhar o lugar onde vivem e o que têm para comer. Têm o exemplo de uma vida em que o indivíduo conta menos que o coletivo. Esse é o mistério indígena, um legado que passa de geração para geração. O que as nossas crianças aprendem desde cedo é a colocar o coração no ritmo da terra (Ailton Krenak, *Futuro ancestral*, 2002).



Na mesma linha de integração desses diferentes horizontes – *seres humanos - vida - natureza - ecossistemas* -, ocorre por meio da *Confluência*, conceito trazido por Nego Bispo para descrever o compartilhamento de afetos e ações que amplia o saber sem anular as identidades originais. Para que essa confluência seja efetiva, é necessário enfrentar a “Guerra das Denominações”, processo no qual a terminologia acadêmica muitas vezes tenta substituir a riqueza das experiências vividas por conceitos abstratos e alienantes. Descolonizar o saber, portanto, significa abrir espaço para múltiplas linguagens e reconhecer a ciência e o senso comum em uma relação simbiótica, em que um alimenta o outro: a ciência sistematiza e investiga rigorosamente as práticas populares, enquanto o senso comum oferece um entendimento humano, subjetivo e contextualizado da vida.



Quando ouço a palavra confluência ou a palavra compartilhamento pelo mundo, fico muito festivo. Quando ouço troca, entretanto, sempre digo: “Cuidado, não é troca, é compartilhamento”. Porque a troca significa um relógio por um relógio, um objeto por outro objeto, enquanto no compartilhamento temos uma ação por outra ação, um gesto por outro gesto, um afeto por outro afeto. E afetos não se trocam, se compartilham. Quando me relaciono com afeto com alguém, recebo uma recíproca desse afeto. O afeto vai e vem. O compartilhamento é uma coisa que rende. Quando cheguei ao território em que estou hoje, já existiam outros compartilhantes que nos receberam. Na Caatinga, os umbuzeiros nos receberam. Eles compartilharam seus frutos, suas folhas e suas raízes quando chegamos, e não trouxemos nada para os umbuzeiros. Eles já eram nativos daqui, viemos habitar esta terra depois deles. Foi assim com os pássaros, foi assim com uma planta chamada pinhão – que não é o pinhão manso, é um pinhão cuidado por nós, ditos humanos, que as juritis adoram. Elas comem esses pinhões e, vez por outra, pegamos uma juriti. O pinhão compartilha com a juriti, a juriti compartilha conosco, e nós vamos compartilhar de novo com o pinhão. Agora que já estamos aqui há mais tempo, entramos também no ciclo local de compartilhamento (Nego Bispo, 2023, p. 26).



Dessa forma, a união entre o rigor científico e o encantamento da presença permite que a prática científica se torne um ato de resistência contra os desafios contemporâneos, como o negacionismo e a desinformação. Ao promover diálogos que respeitam tanto a precisão do método quanto a sabedoria da ancestralidade, a pesquisa caminha para uma “ética da lucidez” compartilhada. Como ensinam as fontes, ao nos tornarmos “compartilhantes” nesse ciclo de saberes, construímos um conhecimento que não apenas acumula dados, mas que realmente “rende” e nos fortalece na compreensão profunda e conectada da nossa existência.

AS CONFLUÊNCIAS E DENOMINAÇÕES: A DES-COLONIZAÇÃO DO SABER

A ciência se distingue como uma abordagem de investigação que busca compreender fenômenos de maneira lógica e estruturada, utilizando métodos rigorosos para garantir a precisão e a validade dos resultados. Como sabemos, ela é caracterizada por ser racional, sistemática, verificável e cumulativa. Seu objetivo transcende a mera observação: a ciência busca explicar, prever e intervir em situações práticas, impulsionando avanços tecnológicos e medicinais.

Em contrapartida ao rigor metodológico da ciência, o conhecimento popular (ou senso comum) é moldado pela experiência do dia a dia e transmitido de geração em geração através de histórias, tradições e práticas. Ele é essencial para a vida comunitária, pois resolve problemas imediatos e fortalece a coesão social ao conectar novas gerações com suas raízes.

Este saber não se baseia em conceitos abstratos, mas na vivência cotidiana e na sabedoria coletiva acumulada ao longo do tempo. Sua transmissão ocorre por meio de narrativas e gestos, o que fortalece os laços sociais e a identidade cultural das comunidades. Exemplos concretos incluem o conhecimento sobre cultivo agrícola, o uso de ervas medicinais e a interpretação de sinais da natureza.

Uma das propostas mais inovadoras que trago é a ideia de *Confluência*, trazida por Nego Bispo. A confluência não deve ser confundida com troca, que implica uma substituição de objetos. A confluência é compartilhamento: uma ação por outra ação, um afeto por outro afeto. Como um rio que encontra outro, a confluência é uma força que rende, aumenta e amplia o conhecimento sem anular as identidades originais.

A *confluência* entre saberes apresenta-se como uma resposta fundamental ao negacionismo contemporâneo ao enfrentar diretamente o chamado *erro da modernidade*, que isolou o conhe-

cimento acadêmico das experiências cotidianas e do chamado “saber do viver”. Ao propor que conhecer não é um ato de dominação, mas uma aproximação dinâmica ao mundo, a confluência permite que a ciência retome seu papel como um ato de resistência em busca da verdade humana, reconectando-se com a realidade prática que muitas vezes é ignorada em discursos desinformados. Esse processo exige o que Sigmund Freud denominou como a “Coragem da Lucidez”, uma postura ética que demanda a renúncia de ideais e ilusões confortáveis para confrontar as complexidades e durezas do real, algo que se opõe diretamente à natureza do negacionismo, que prefere manter crenças infundadas em vez de enfrentar fatos desconfortáveis.

Ainda, a confluência ajuda a desarmar a “Guerra das Denominações”, combatendo a alienação causada por terminologias estritamente acadêmicas que muitas vezes esvaziam a riqueza da experiência vivida e afastam o público em geral do saber científico.



Em outros escritos em que traduzi os saberes ancestrais de nossa geração avó da oralidade para a escrita, trouxemos algumas denominações que as pessoas na academia chamam de conceitos. A partir daí, seguimos na prática das denominações dos modos e das falas, para contrariar o colonialismo. É o que chamamos de guerra das denominações: o jogo de contrariar as palavras coloniais como modo de enfraquecê-las (Nego Bispo, 2023, p. 8).



Ao descolonizar o saber e reconhecer que diferentes linguagens e saberes ancestrais oferecem *luzes* valiosas, a ciência deixa de ser vista como um domínio isolado e passa a ser compreendida como um compartilhamento de afetos e ações que amplia o conhecimento sem anular as identidades originais. Essa união entre o rigor lógico da ciência e o “encantamento da presença” proposto por pensadores como Ailton Krenak e Nego Bispo cria uma ciência

com postura ética, transformando o pesquisador em um “compartilhante” de uma responsabilidade comum com o mundo.

Dessa forma, a confluência fortalece a defesa da realidade ao promover uma relação simbiótica cujo senso comum fornece um entendimento humano e contextualizado, enquanto a ciência sistematiza e investiga essas experiências com rigor. Esse diálogo entre saberes científicos, populares e filosóficos é o que permite o avanço em direção a uma “ética da lucidez” capaz de acolher tanto a precisão do método quanto a sabedoria da ancestralidade, tornando o conhecimento uma ferramenta que realmente “rende” e nos fortalece contra as crises de desinformação atuais.

Para que essa confluência ocorra, é necessário enfrentar a *Guerra das Denominações*. Nego Bispo aponta que a terminologia acadêmica muitas vezes aliena os saberes populares ao tentar substituí-los por conceitos abstratos que esvaziam a riqueza cultural da experiência vivida. Descolonizar o saber envolve abrir espaço para diferentes formas de expressão e reconhecer que outras linguagens oferecem *ensinamentos* valiosos sobre o mundo. É um ato de resistência política contra o colonialismo que busca preservar a verdade humana em toda a sua diversidade.

A relação entre o senso comum e a ciência é cíclica e complementar. O senso comum não é apenas uma base, mas uma fonte constante de inspiração para a ciência; muitas descobertas científicas têm suas raízes em práticas e crenças populares que são, posteriormente, testadas e validadas. Por outro lado, a ciência atua sistematizando o senso comum, investigando e organizando essas experiências de forma rigorosa.

Enquanto a ciência se concentra na explicação e previsão de fenômenos, o senso comum proporciona um entendimento mais humano, subjetivo e contextualizado da vida. Juntos, eles formam um conhecimento mais completo e potente. Essa união entre o rigor científico (Freud) e o encantamento da presença (Krenak e Nego Bispo) é o que permite uma ciência com “postura ética”, uma

ciência que não seja apenas uma coleção de dados, mas uma responsabilidade compartilhada com o mundo, e uma não exclui, nem diminui a outra.

CONSIDERAÇÕES QUE NÃO SE FINALIZAM: HORIZONTES PARA O FUTURO DA PESQUISA

Atualmente, a prática científica enfrenta desafios significativos, como a desinformação e o negacionismo, que exigem uma resposta ousada e fundamentada. Fazer ciência hoje é um ato de resistência que deve retornar ao seu propósito original: buscar a verdade humana e promover um entendimento profundo e conectado da realidade.

A confluência entre saberes - científicos, populares, filosóficos e religiosos - é essencial para o futuro da pesquisa. Ao promover diálogos que respeitam e valorizam diferentes formas de conhecimento, avançamos em direção a uma “ética da lucidez” que acolhe tanto a precisão do método quanto a sabedoria da ancestralidade. Como nos ensina a sabedoria de Nego Bispo, somos todos “compartilhantes” em um ciclo onde o conhecimento, quando partilhado, é o que realmente “rende” e nos fortalece.

Essa transformação exige que o pesquisador assuma uma postura de presença, integrando-se aos saberes que estuda em vez de apenas observá-los à distância. Ao romper com a ideia de que a academia detém o monopólio da verdade, a ciência pode abraçar o que é produzido pela experiência cotidiana, permitindo que o conhecimento popular e o sistemático se alimentem mutuamente. Esse movimento é fundamental para superar a alienação causada por termos técnicos que muitas vezes esvaziam o sentido das vivências reais, transformando a pesquisa em um campo de compartilhamento de afetos e ações.

Nesse horizonte, a descolonização do saber surge como um passo prático para garantir que diferentes linguagens e perspectivas tenham voz ativa na construção da realidade. Ao unir a investigação lógica de Freud com o encantamento proposto por Krenak e Nego Bispo, o fazer científico deixa de ser uma tarefa isolada para se tornar uma responsabilidade dividida com o mundo. Assim, a pesquisa do futuro não se limitará a acumular dados, mas buscará fortalecer os laços sociais e a identidade cultural, criando uma frente de resistência que utiliza a lucidez e o diálogo como ferramentas principais contra a desinformação.

Afinal...

Um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece. Quando a gente confluência, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente – a gente rende. A confluência é uma força que rende, que aumenta, que amplia. Essa é a medida. De fato, a confluência, essa palavra germinante, me veio em um momento em que a nossa ancestralidade me segurava no colo. Na verdade, ela ainda me segura! Ando me sentindo no colo da ancestralidade e quero compartilhar isso.
(Nego Bispo)

REFERÊNCIAS

FREUD, Sigmund. **Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

SANTOS, Antônio Bispo dos (Nego Bispo). **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

Atuação de profissionais formados em tecnologia de gestão do agronegócio em empresas de financiamento de projetos agropecuários

Francisca Franciana Sousa Pereira⁶
Francisca Laís de Oliveira Santos⁷
Lorainy Gomes Silva Magalhães⁸
Werbeth Leonardo da Silva⁹
Milena Andrade da Silva¹⁰

INTRODUÇÃO

O agronegócio constitui um dos principais pilares da economia brasileira, sendo responsável por significativa parcela do Produto Interno Bruto nacional e por expressiva geração de emprego e renda. Segundo dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA/USP) em parceria com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o setor respondeu por 27,4% do PIB brasileiro em 2021 (ALVES, 2022; CNA, 2018).

Nesse contexto, a formação de profissionais capacitados em Tecnologia de Gestão do Agronegócio torna-se essencial para assegurar eficiência produtiva, financeira e organizacional das atividades rurais. O estágio supervisionado desempenha papel estra-

⁶ Doutora em Irrigação e Drenagem pela Faculdade de Ciências Agrônômicas da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (FCA/Unesp). Atualmente é professora substituta no departamento de Tecnologia de Gestão do Agronegócio e Agropecuária da UEMA – Campus Presidente Dutra.

⁷ Graduanda em Tecnologia de Gestão do Agronegócio na Universidade Estadual do Maranhão – Campus Presidente Dutra.

⁸ Graduanda em Tecnologia de Gestão do Agronegócio na Universidade Estadual do Maranhão – Campus Presidente Dutra.

⁹ Graduado em Tecnologia de Gestão do Agronegócio da Universidade Estadual do Maranhão – Campus Presidente Dutra.

¹⁰ Graduanda em Tecnologia de Gestão do Agronegócio da Universidade Estadual do Maranhão – Campus Presidente Dutra.

tégico ao permitir a articulação entre teoria e prática, favorecendo a consolidação da identidade profissional do estudante (NETO; GEHLEN; OLIVEIRA, 2010).

Este trabalho teve como objetivo analisar e descrever a atuação profissional em uma empresa de financiamento e assessoria de projetos agropecuários – a Agrotec – evidenciando as competências desenvolvidas durante o estágio supervisionado e a contribuição desse processo para a formação profissional do tecnólogo em Gestão do Agronegócio.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O conceito de agronegócio, proposto por Davis e Goldberg, compreende o conjunto de atividades que envolvem desde a produção de insumos até a distribuição final dos produtos agropecuários (CRUVINEL, 2009)

No Brasil, esse setor consolidou-se como um dos mais dinâmicos da economia, impulsionado pelos avanços tecnológicos decorrentes da Revolução Verde e pela criação da EMBRAPA, fatores determinantes para o aumento da produtividade agrícola nacional (EMBRAPA, 2018; NOVAES et al., 2019)

Na região Nordeste, a agricultura familiar ocupa posição de destaque, sendo responsável por 82,6% da mão de obra rural, embora a modernização produtiva tenha ampliado a competitividade regional (CASTRO, 2012; DANTAS, 2021)

No Maranhão, destacam-se culturas como soja, milho, arroz, mandioca e abacaxi, além da pecuária bovina, atividades que sustentam o crescimento econômico estadual (IBGE, 2022; SAGRIMA, 2021)

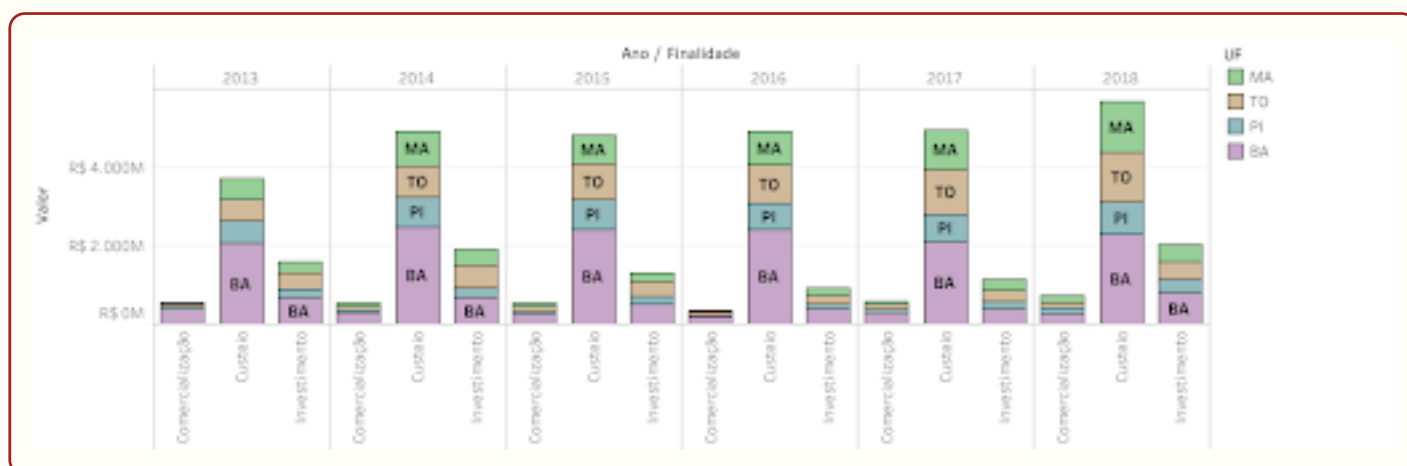
Dada a importância econômica das atividades agropecuárias no Brasil, os governos ao longo dos anos têm incluído estratégias para incentivar a produção agropecuária. Dentre as ações desenvolvidas destaca-se o Plano Safra (programa de destinação de recursos públicos para financiar as atividades agrícolas de pequenos, médios e grandes produtores do país, plano que compreende o período de julho do ano corrente a junho de ano seguinte). A governança instaurou políticas específicas para fomentar a produtividade agrícola e pecuária, compreendendo investimentos públicos em pesquisas e desenvolvimento, extensão rural e crédito farto (EMBRAPA, 2018).

De acordo com dados publicados pelo IPEA (2010) a muito que a manutenção da atividade agrícola no Brasil tem dependido do crédito rural para financiamento de insumos e de outros custos para viabilizar tanto o plantio quanto outras ações da atividade agropecuária, custos esses consignados por meio do Plano Safra.

O crédito rural constitui instrumento essencial de fomento à produção, operacionalizado pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), que viabiliza investimentos, custeio e modernização do setor (BANCO DO BRASIL, 2004; CNA, 2018)

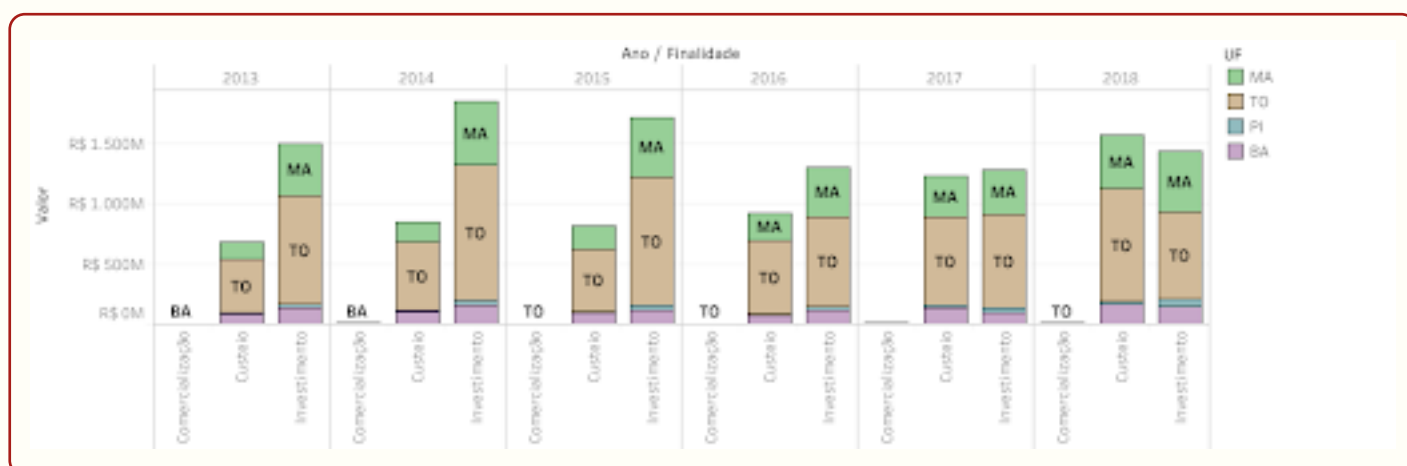
Aliado ao desenvolvimento econômico as políticas de crédito rural impactaram de forma positiva a região Nordeste e a fronteira MATOPIBA, uma vez que a divisa apresenta potencial para produção agrícola e pecuária e a oferta de financiamento rural impulsionou o setor, beneficiando e proporcionando aos produtores investimentos em suas produções. Nas Figuras abaixo é possível observar a evolução das contrações de financiamento de crédito rural de 2013 a 2018 na região MATOPIBA.

Figura 1: Dados da Atividade Agrícola



Fonte: Portal Embrapa, 2020

Figura 2: Dados da Atividade Pecuária

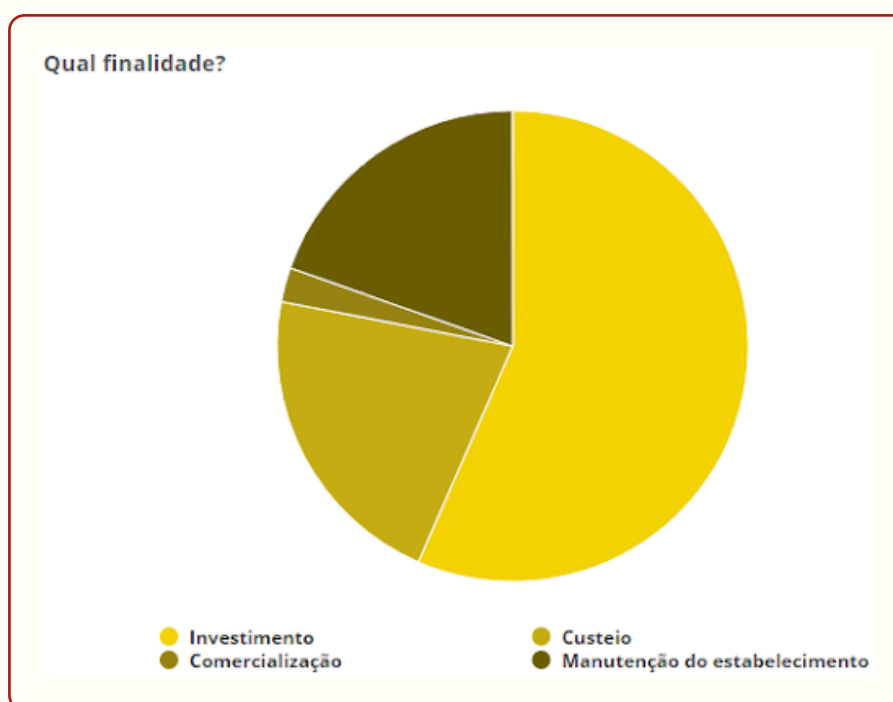


Fonte: Portal Embrapa, 2020.

Nas últimas décadas a região Nordeste tem recebido um considerável valor de crédito agropecuário, que proporciona aos agricultores uma melhoria na estrutura de suas propriedades, assim como, nas condições de trabalho (BAPTISTA, 2019). Segundo a Matriz de Dados do Crédito Rural do Banco Central (2022), o valor contratado pela região Nordeste de janeiro a novembro desse ano foi pouco mais de 30 bilhões.

Segundo dados do Censo Agropecuário do IBGE realizado em 2017, somente 20.463 estabelecimentos agropecuários obtiveram financiamento, ou seja, 9% dos trabalhadores rurais do Maranhão conseguiram contratar o recurso.

Figura 3: Estabelecimentos rurais que obtiveram recurso financeiros por finalidades.



Fonte: IBGE (2017)

1 Linhas de crédito rural

Um dos principais impulsionadores para as grandes produções no segmento do agronegócio é a adesão aos financiamentos nas diferentes linhas de crédito disponíveis no Brasil. Para acessar o crédito rural é necessário que os produtores se adequem a uma série de requisitos, que varia conforme o tipo de financiamento que o produtor deseja.

A primeira etapa é saber qual tipo de produtor rural, se são pessoas físicas ou jurídicas, em seguida qual sua classificação, pequeno, médio ou grande produtor rural. Dentre os diversos programas voltados para aquisição de crédito rural, a Confederação da Agricultura e Pecuária no Brasil, destaca:

Pronaf: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Objetivo: estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural (CNA, 2018).

Pronamp: Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural. Objetivo: promover o desenvolvimento das atividades rurais dos médios produtores rurais, por meio de crédito para inversões fixas e semifixas em bens e serviços relacionados à atividade agropecuária (CNA, 2018).

Moderinfra: Programa de Incentivo à Irrigação e à Produção em Ambiente Protegido. Objetivo: apoiar o desenvolvimento da agropecuária irrigada sustentável, econômica e ambientalmente, de forma a minimizar o risco na produção e aumentar a oferta de produtos agropecuários (CNA, 2018).

Inovagro: Programa de Incentivo à Adoção Tecnológica na Produção Agropecuária. Objetivo: Apoiar investimentos necessários à incorporação de inovação tecnológica nas propriedades rurais, visando o aumento da produtividade, à adoção de boas práticas agropecuárias e de gestão (CNA, 2018).

Moderagro: Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais. Objetivo: apoiar e fomentar os setores da produção, beneficiamento, industrialização, acondicionamento e armazenamento de produtos agropecuários (CNA, 2018).

PCA: Programa de Construção e Ampliação de Armazéns. Objetivo: apoiar investimento necessário à ampliação, à modernização, à reforma e à construção de novos armazéns (CNA, 2018).

Procap-Agro: Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias. Objetivo: integralização de quotas-partes do capital social de cooperativas e; Capital de giro para cooperativas (CNA, 2018).

Prodecoop: Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária. Objetivo: incrementar a competitividade do complexo agroindustrial das cooperativas brasileiras, por meio da modernização dos sistemas produtivos e de comercialização (CNA, 2018).

Prorenova Rural: Programa de Apoio à Renovação e Implantação de Novos Canaviais. Objetivo: aumentar a produção de cana-de-açúcar no país por meio do financiamento à renovação e à implantação de canaviais (CNA, 2018).

Programa ABC: Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura. Objetivo: reduzir as emissões de gases de efeito estufa oriundas das atividades agropecuárias. (CNA, 2018)

Moderfrota: Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados a Colhedeiros. Objetivo: financiar a aquisição de tratores, colheitadeiras plataformas de corte, pulverizadores, semeadoras e equipamentos novos e usados (CNH Industrial, 2022).

2 Projetos agropecuários como instrumento de desenvolvimento rural.

De forma complementar, Neto, Gehlen e Oliveira (2010) afirmam que os projetos agropecuários constituem uma ferramenta essencial no planejamento, organização e viabilização técnica, econômica e financeira das atividades rurais, além disso, desempenham papel estratégico no desenvolvimento rural, pois possibilitam a implantação de sistemas produtivos, a diversificação da produção, o aumento da produtividade e a adoção de inovações tecnológicas, além de servirem como instrumento formal para a captação de financiamentos junto às instituições financeiras.

Segundo Oliveira (2010), o projeto agropecuário permite analisar a viabilidade do empreendimento, definir metas produtivas, organizar recursos e orientar a tomada de decisão do produtor, tornando-se elemento indispensável para o acesso ao crédito rural e para a modernização da unidade de produção.

3 Estágio supervisionado na formação do profissional em Gestão do Agronegócio.

O estágio supervisionado representa um componente fundamental no processo de formação do tecnólogo em Gestão do Agronegócio, pois viabiliza a integração entre os conhecimentos teóricos adquiridos na universidade e as práticas profissionais desenvolvidas no mercado de trabalho. Para Neto, Gehlen e Oliveira (2010), a formação profissional exige experiências concretas que permitam ao estudante compreender a dinâmica organizacional, os processos produtivos e os desafios reais da atividade rural.

Nesse sentido, o estágio proporciona o desenvolvimento de competências técnicas, gerenciais e socioemocionais, fortalecendo a identidade profissional e preparando o futuro tecnólogo para atuar de forma crítica e eficiente na gestão dos empreendimentos agropecuários, especialmente no que se refere à elaboração de projetos, ao acesso ao crédito rural e à assessoria aos produtores.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como estudo descritivo e exploratório, fundamentado em relato técnico-profissional, desenvolvido a partir das atividades realizadas durante o estágio supervisionado obrigatório na empresa Agrotec, no período de setembro a novembro de 2022. A coleta de dados ocorreu por meio de observação direta, análise documental e participação ativa nos processos de elaboração de projetos agropecuários e de obtenção de crédito rural.

O estudo é, portanto, um relato técnico-profissional de natureza descritiva e exploratória, desenvolvido a partir da experiência de estágio supervisionado realizado no período de 13 de setembro a 25 de novembro de 2022, na empresa Agrotec – Assessoria e Projetos Agropecuários, sediada em São Domingos do Maranhão.

As atividades foram acompanhadas por observação direta, participação prática nos processos internos da empresa, análise documental e interação com profissionais da área, permitindo a compreensão detalhada das rotinas de elaboração de projetos, obtenção de crédito rural, regularização fundiária e atendimento ao produtor rural.

RESULTADOS

As atividades desenvolvidas permitiram compreender, de forma integrada, a complexidade dos processos de financiamento rural, evidenciando a importância do tecnólogo em Gestão do Agronegócio como mediador entre produtores e instituições financeiras. A elaboração de projetos agropecuários, o cadastramento de garantias, a regularização fundiária e ambiental e o atendimento técnico aos produtores mostraram-se fundamentais para o fortalecimento do desenvolvimento rural regional (OLIVEIRA, 2010; NETO; GEHLEN; OLIVEIRA, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio supervisionado revelou-se essencial para a consolidação da identidade profissional do estudante, possibilitando a aplicação concreta dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso e a compreensão integrada do funcionamento do agronegócio.

Conclui-se que a atuação do profissional formado em Tecnologia de Gestão do Agronegócio em empresas de financiamento de projetos agropecuários é indispensável para o fortalecimento do setor, promovendo desenvolvimento econômico, inclusão social e sustentabilidade no meio rural maranhense e brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALVES, S. PIB do agronegócio brasileiro tem crescimento de 8,3% em 2021. CNN Brasil, 2022.

BANCO DO BRASIL. Evolução histórica do crédito rural. Revista de Política Agrícola, 2004.

CASTRO, C. N. A agricultura no Nordeste brasileiro: oportunidades e limitações ao desenvolvimento. IPEA, 2012.

CNA. Guia do Crédito Rural: Safra 2017/2018. Brasília, 2018.
CRUVINEL, P. Agronegócio e oportunidades para o desenvolvimento sustentável do Brasil. EMBRAPA, 2009.

DANTAS, M. Crescimento da agricultura e pecuária na região Nordeste. 2021.

EMBRAPA. Visão 2030: o futuro da agricultura brasileira. Brasília, 2018.

IBGE. Produção agropecuária do Maranhão. 2022.

NETO, A. B.; GEHLEN, I.; OLIVEIRA, V. L. Planejamento e gestão de projetos para o desenvolvimento rural. PLAGEDER, 2010.

OLIVEIRA, V. L. Elaboração e avaliação de projetos para a agricultura. PLAGEDER, 2010.

SAGRIMA. Perfil da Agropecuária Maranhense 2020–2021. São Luís, 2021.

Estudo das técnicas, práticas e tecnologias empregadas na produção do abacaxi em São Domingos do Maranhão – MA

Francisca Franciana Sousa Pereira¹¹

Francisca Laís de Oliveira Santos¹²

Marcos Siqueira Ribeiro¹³

Werbeth Leonardo da Silva¹⁴

Milena Andrade da Silva¹⁵

INTRODUÇÃO

A partir dos dados da Produção Agrícola Municipal - PAM publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (IBGE/2015), o Município de São Domingos do Maranhão já possuía uma representatividade de 76,03% da área plantada e 75.16% da produção, considerado o maior produtor do estado, seguido pelos municípios de Turiaçu, Tuntum, Lago dos Rodrigues e Graça Aranha. No levantamento publicado em 2019 São Domingos do Maranhão continua sendo o maior produtor de abacaxi do Estado com área plantada de 720 ha e 15.444.000 frutos (IBGE, 2019).

As cultivares mais conhecidas e cultivadas no Brasil são a 'Pérola', preferida pelos consumidores, e a 'Smooth Cayenne' (IBGE, 2017). Em São Domingos do Maranhão a cultivar de maior repre-

¹¹ Doutora em Irrigação e Drenagem pela Faculdade de Ciências Agrônomicas da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (FCA/Unesp). Atualmente é professora substituta no departamento de Tecnologia de Gestão do Agronegócio e Agropecuária da UEMA – Campus Presidente Dutra.

¹² Graduanda em Tecnologia de Gestão do Agronegócio na Universidade Estadual do Maranhão – Campus Presidente Dutra.

¹³ Graduanda em Tecnologia de Gestão do Agronegócio na Universidade Estadual do Maranhão – Campus Presidente Dutra.

¹⁴ Graduado em Tecnologia de Gestão do Agronegócio da Universidade Estadual do Maranhão – Campus Presidente Dutra.

¹⁵ Graduanda em Tecnologia de Gestão do Agronegócio da Universidade Estadual do Maranhão – Campus Presidente Dutra.

sentação em área plantada é a ‘Pérola’ logo atrás o Turiaçu, e o cultivo do fruto é uma das principais atividades econômicas, gerando emprego e renda para centenas de agricultores locais. A abacaxicultura é uma atividade fundamental na economia e na vida dos agricultores, tem relação direta com a segurança alimentar e com o desenvolvimento e crescimento do município.

Apesar de sua relevância econômica, observa-se que ainda são escassos os estudos voltados à análise da cadeia produtiva do abacaxi no município, o que evidencia uma lacuna no que se refere à identificação das técnicas e práticas efetivamente utilizadas pelos abacaxicultores locais.

Diante desse contexto, o presente estudo teve como objetivo identificar as técnicas e práticas culturais do sistema de produção e caracterizar a cadeia produtiva do abacaxi no município de São Domingos do Maranhão – MA.

METODOLOGIA

A pesquisa reuniu informações sobre o sistema de produção da abacaxicultura em São Domingos do Maranhão, visando compreender e caracterizar a configuração do sistema de produção dos produtores de abacaxi no município, desde a seleção das mudas até a comercialização dos frutos, onde foram identificadas técnicas, práticas e tecnologias empregadas nessa atividade. A execução do projeto teve dois momentos, no primeiro, foi realizada a identificação e seleção dos produtores de abacaxi. Foi feito um levantamento na Secretaria de Agricultura Municipal, que traz anualmente o ranque dos principais produtores de abacaxi e as regiões com o maior número de produtores do município.

Após a seleção, realizou-se as visitas às unidades produtivas. A pesquisa levantou dados socioeconômicos, assim como os tipos de atividades desenvolvidas pelos agricultores, bem como a destinação da produção (consumo próprio e/ou comercialização), presença/ausência de apoio de assistência técnica e acesso às políticas públicas para agricultura familiar, quando for o caso. No ge-

ral abordou questionários e observações relativas aos seguintes temas: Tipos de plantios adotados; Realização de análise dos solos e correção dos solos das áreas de cultivo; Manejo das mudas e forma de cultivo; Uso dos insumos; Práticas de adubação de solos no cultivo; Práticas de adubação foliar; Práticas de indução floral; Práticas e insumos utilizados no controle de pragas e doenças; Rotação de áreas de cultivos e rotação de culturas; Colheita do rebenção/filhote; Comercialização dos frutos; Gestão orçamentária das áreas cultivadas com o abacaxi;

Os questionários foram aplicados às lideranças das unidades produtoras de abacaxi. Os dados quantitativos verificados na pesquisa bibliográfica e as respostas aos questionários das entrevistas foram analisados e sistematizados para a realização da caracterização da cadeia produtiva dos abacaxicultores do município.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seguir tem-se a configuração da cadeia produtiva, no que diz respeito a vários aspectos: tamanho da área plantada, se essa área cresceu ao longo dos anos estudados nas unidades produtivas analisadas (TABELA 1); descrição de como normalmente é conduzido o cultivo, desde a abertura da área até a colheita entre outros quesitos explorados com a realização do estudo. Observa-se que os produtores tendem a aumentar a área cultivada ao longo dos anos (Tabela 1).

Tabela 1. Tamanho da área plantada nos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023. Intervalos em hectares

Intervalos em hectares (ha)	2020	2021	2022	2023
0-1	18	20	16	14
1-2	5	4	9	10
2-3	-	-	2	1
3-5	-	-	-	1
>5	17	17	17	16

Os produtores afirmaram desejar, a cada ano, aumentar a área cultivada o que não era possível, segundo eles, por problemas na comercialização, e outros justificaram não ser possível aumentar a área por problemas para encontrar mão de obra para o plantio e a realização dos tratamentos culturais obrigatórios do cultivo.

Os passos iniciais de limpeza da área onde será implantada a cultura correspondem à abertura, utilizando máquina, sendo estas máquinas, trator de esteira e trator de pneus. A utilização de uma ou outra depende da configuração da vegetação da área. Os principais tratamentos culturais realizados durante o cultivo do abacaxi no município de São Domingos do Maranhão são: Abertura da área, Queima, encoivara, aração e gradagem, seleção de mudas, plantio, adubações, capinas (químicas e manuais), Indução floral (aplicação de carbureto e de Ethrel) e cobertura dos frutos.

O desmatamento da área, quando este é realizado pelos tratores de esteira para mata mais densa, a hora custa R\$ 400,00; e trator de pneu para área de capoeira com vegetação jovem, dependendo ainda da topografia do terreno, varia entre R\$ 100,00 e R\$ 120,00/tarefa. Após dois meses desse processo é realizado a queima e depois é feita a limpeza da área que será implantada a cultura, etapa chamada de encoivara, atividade que visa juntar os restos de vegetação queimada que ficaram na área.

Os produtores fazem a seleção das mudas observando o tamanho e qualidade da fiação. O plantio é feito de forma manual e a grande maioria contrata mão de obra para realizar essa tarefa, serviço esse considerado a maior dificuldade em ser produtor de abacaxi no município. Os entrevistados afirmam que cada vez mais a mão de obra tem ficado escassa. Um aspecto a ser considerado é que a variedade Pérola, assim como a variedade Imperial, produz em torno de oito a doze mudas do tipo filhote, ao passo que a variedade Smooth Cayenne produz três mudas por planta, no máximo. Esse número é muito influenciado pelas condições ambientais e pelos tratamentos culturais. As mesmas técnicas de condução da lavoura foram apontadas no estudo realizado pelo SEBRAE (2017). 98% dos produtores afirmam ser novembro o me-

lhor mês para o plantio da lavoura de abacaxi, pois as chuvas se iniciam no município e as adubações se tornam mais eficientes. Um fato apontado pelos produtores é que o intervalo de colheita promove melhor perspectiva no momento da comercialização com a antecipação dos frutos (Tabela 2).

Tabela 2. Melhor época para o plantio

Novembro	Dezembro	Janeiro
Quantidade de produtores		
38	2	-

O espaçamento utilizado por 99 % dos produtores entrevistados é de 25 a 30 cm entre as plantas e de 80 cm entre as linhas de plantio.

Observa-se que a grande maioria dos produtores realizam duas adubações no decorrer do ciclo da cultura do abacaxi (Tabela 3). A primeira adubação é realizada entre 45 e 60 dias após o plantio e o formulado mais utilizado pelos entrevistados é o 10-10-10 (NPK), combinando-o com ureia e sulfato de amônio. A segunda adubação ocorre entre um intervalo de 45 a 90 dias após a primeira adubação.

Tabela 3. Quantidade de adubações realizadas durante a condução da cultura

Número de adubações	1 adubação	2 adubações	3 adubações
Quantidade Produtores entrevistados	-	36	4

Os resultados se assemelham aos verificados pelo SEBRAE (2017), que verificou que 49,75% dos produtores de abacaxi do município de São Domingos do Maranhão fazem duas adubações e 35,30% dos produtores realizam três adubações durante a condução da lavoura de abacaxi.

Outro passo fundamental da condução da lavoura do abacaxi é a indução floral, técnica utilizada para a uniformização dos frutos e realizada por 100% dos produtores entrevistados. esse resultado é igual ao verificado no estudo realizado pelo SEBRAE (2017), onde verificou que todos os abacaxicultores de São Domingos do Maranhão realizam a técnica da indução floral.

Mais especificamente a indução floral é uma boa alternativa para se produzir abacaxi fora do período da safra, no entanto, 100% dos produtores entrevistados afirmaram realizar a indução floral como técnica para estimular e uniformizar a floração do abacaxizeiro e para que assim as plantas produzam na mesma época, o que facilita a colheita, os tratos da lavoura, e segundo os produtores é fundamental para a comercialização dos frutos, pois concentra a colheita num período curto e promove melhor perspectiva econômica para a lavoura.

Principais defensivos utilizados no cultivo do abacaxi que foram citados pelos produtores são: Metrimex, Demolidor, Diuron, Lannate Br, Hexazinona-D, Roundup, Calaris, Jump.

Além de defensivos, um dos tratos culturais comumente realizado são as capinas necessárias durante o cultivo do abacaxi, 12 produtores dos 40 entrevistados afirmaram realizar acima de 6 capinas até a colheita do fruto, dependendo, segundo os mesmos das condições climáticas e da infestação de plantas invasoras na lavoura, 17 dos produtores entrevistados realizam 3 capinas no cultivo até a colheita dos frutos (Tabela 4).

Tabela 4. *Quantas capinas são necessárias durante a condução da lavoura de abacaxi plantio*

Quantidade de capinas				
3	4	5	6	Acima de 6
Quantidade de produtores entrevistados				
17	3	5	3	12

Verifica-se que 99% dos produtores não recebem assistência técnica, e todas as práticas realizadas na lavoura são seguidas de acordo com observações anteriores, e informações fornecidas pelos donos dos locais de venda dos produtos/defensivos utilizados na lavoura.

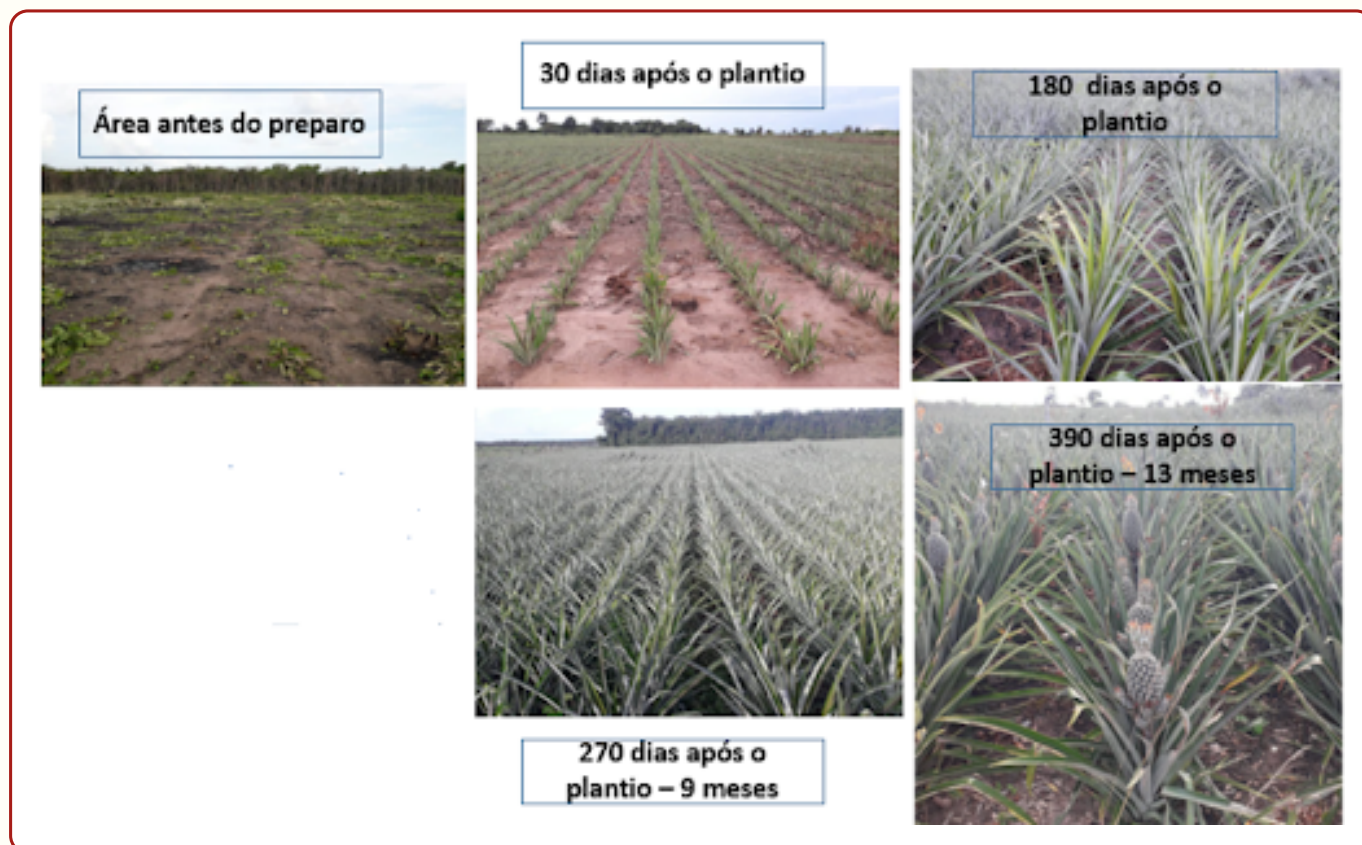
Tabela 5. Número de produtores dentre os entrevistados que recebem assistência técnica durante a condução da lavoura de abacaxi

Sim	Não
1	39

Um aspecto a ser considerado é que a variedade Pérola, assim como a variedade Imperial, produz em torno de oito a doze mudas do tipo filhote, ao passo que a variedade Smooth Cayenne produz três mudas por planta, no máximo. Esse número é muito influenciado pelas condições ambientais e pelos tratamentos culturais. As mesmas técnicas de condução da lavoura foram apontadas no estudo realizado pelo SEBRAE (2017).

A comercialização é um problema crucial da cadeia produtiva do abacaxi no município de São Domingos do Maranhão, pois mesmo uma grande maioria de produtores afirmando não haver dificuldade de comercializar os frutos, uma parte considerável de produtores afirmaram já terem sofrido prejuízos no momento da comercialização, sendo um dos prejuízos principais apontados, foi o fato de venderem a roça, maneira convencional de comercializar o fruto, e não receberem o valor acertado na venda.

Sequência em imagens da lavoura de abacaxi até os frutos formados



Fonte: Fotos fornecidas pelo produtor Kleber

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção de abacaxi no município é em sistema sequeiro, e ao longo do ano o fruto do abacaxi varia de preço conforme o período da comercialização, podendo ser comercializado por apenas 0,80 centavos bem como pode atingir o preço de R\$ 4,00 tendo como padrão as frutas de 1.200 kg. A queda no preço da fruta se dá devido o período de maior oferta no mercado que são nos meses de maio a agosto.

A cadeia produtiva de abacaxi, está estruturada e tem trazido resultados satisfatórios econômica e socialmente para o município, contudo, é evidente que se as questões da falta de conhecimento técnico dos produtores, e a falta de assistência técnica fossem sanadas os rendimentos seriam muito maiores.

REFERÊNCIAS

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal 2018**. 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1612>. Acesso em: 23 jul. 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. **PAM - Produção Agrícola Municipal**, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html?=&t=resultados>. Acessado em: 5 jul 2023.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Estudo do setor produtivo do abacaxi na região de São Domingos do Maranhão**. 2017. Série Negócios Rurais. Disponível em: <https://observatorio.sebraema.com/download/18/ou-tros-estudos-pesquisas/2633/estudo-do-setor-produtivo-de-abacaxi-na-regiao-de-sao-domingos-do-maranhao.pdf>. Acesso em 22 jul. 2023.

Fatores que influenciaram o aumento do preço da carne bovina na microrregião de Presidente Dutra - MA em 2019 a 2022



Francisca Franciana Sousa Pereira¹⁶

Eduardo Felix Lima¹⁷

Milena Andrade da Silva¹⁸

Francisca Laís de Oliveira Santos¹⁹

Werbeth Leonardo da Silva²⁰

INTRODUÇÃO

A bovinocultura brasileira opera predominantemente sob os sistemas extensivo e intensivo, atendendo padrões de qualidade exigidos pelo mercado internacional (Cezar et al., 2005). Essa atividade desempenha papel estratégico no agronegócio brasileiro, sendo fundamental para a geração de renda, o abastecimento alimentar e o comércio exterior. O Brasil destaca-se entre os maiores produtores e exportadores de carne bovina do mundo, atendendo a mercados internacionais e contribuindo significativamente para o Produto Interno Bruto do país (EMBRAPA, 2015). Contudo, entre 2019 e 2022, o setor passou a enfrentar um cenário de instabilidade, marcado por fatores econômicos, políticos e sanitários, que resultaram em expressiva elevação dos preços da carne.

¹⁶ Doutora em Irrigação e Drenagem pela Faculdade de Ciências Agrônômicas da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (FCA/Unesp). Atualmente é professora substituta no departamento de Tecnologia de Gestão do Agronegócio e Agropecuária da UEMA – Campus Presidente Dutra.

¹⁷ Graduando em Tecnologia de Gestão do Agronegócio na Universidade Estadual do Maranhão – Campus Presidente Dutra.

¹⁸ Graduanda em Tecnologia de Gestão da Agropecuária na Universidade Estadual do Maranhão – Campus Presidente Dutra.

¹⁹ Graduado em Tecnologia de Gestão do Agronegócio na Universidade Estadual do Maranhão – Campus Presidente Dutra.

²⁰ Graduado em Tecnologia de Gestão do Agronegócio na Universidade Estadual do Maranhão – Campus Presidente Dutra.

A intensificação da Peste Suína Africana na China, a valorização do dólar, o aumento dos custos dos insumos produtivos e os impactos da pandemia da Covid-19 sobre a produção e a logística desencadearam um conjunto de efeitos que ampliaram as exportações brasileiras, reduziram a oferta interna e estimularam a venda acelerada de rebanhos para atendimento da demanda externa. Essa combinação de fatores contribuiu de maneira decisiva para o encarecimento da proteína animal, resultando em elevação superior a 70% nos preços da carne bovina em relação aos anos anteriores (CEPEA, 2020), pressionando simultaneamente produtores e consumidores.

Na microrregião de Presidente Dutra – MA, composta por municípios fortemente dependentes da pecuária de corte, a elevação dos preços da carne bovina mostrou-se ainda mais expressiva, especialmente nos anos de 2020 e 2021, período em que a região foi impactada de forma intensa por mudanças no mercado pecuário. Diante desse cenário, o presente estudo buscou identificar e analisar os principais fatores responsáveis pela elevação dos preços da carne bovina na microrregião de Presidente Dutra, por meio de levantamento junto a produtores e comerciantes locais, bem como análise dos custos dos insumos produtivos, contribuindo para a compreensão da dinâmica recente do mercado pecuário regional.

METODOLOGIA

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental em livros, artigos científicos e bases de dados de instituições como IBGE, MAPA, CONAB, IPEA e CEPEA, com o objetivo de fundamentar teoricamente o estudo e contextualizar a problemática investigada.

O estudo foi desenvolvido na Microrregião de Presidente Dutra, situada na Mesorregião Centro Maranhense, no estado do Maranhão, composta pelos municípios de Dom Pedro, São José dos

Basílios, Governador Archer, Gonçalves Dias, Senador Alexandre Costa, Eugênio Barros, Graça Aranha, Presidente Dutra, São Domingos do Maranhão, Santa Filomena e Fortuna, região cuja economia é fortemente baseada nas atividades agropecuárias, com destaque para a pecuária bovina.

Na Tabela 1 está apresentado o rebanho efetivo da microrregião de Presidente Dutra, catalogado pelo IBGE (Instituto Brasileiro Geografia Estatística) os dados referem-se a dezembro de 2021, no ranking aparece o município de Presidente Dutra seguido do município de São Domingos do Maranhão, com maior número de cabeças no rebanho efetivo.

Tabela 1: *Rebanho efetivo de unidades bovina da microrregião de Presidente Dutra em 2021, de acordo com pesquisas pecuárias municipais no ranking de posições dos municípios.*

Ano	UF	Agência	Município	Anterior	Atual	Valor Anterior	Valor Atual	Variação (%)
2021	MA	Presidente Dutra	Presidente Dutra	1	1	67.930	72.315	6,46
2021	MA	Presidente Dutra	São Domingos do Maranhão	2	2	61.548	64.756	5,21
2021	MA	Presidente Dutra	Gonçalves Dias	3	3	39.864	42.903	7,62
2021	MA	Presidente Dutra	Fortuna	4	4	37.230	37.928	1,87
2021	MA	Presidente Dutra	Governador Archer	5	5	34.126	35.459	3,91
2021	MA	Presidente Dutra	Governador Eugênio Barros	6	6	28.390	30.208	6,4
2021	MA	Presidente Dutra	Dom Pedro	7	7	20.642	21.279	3,09
2021	MA	Presidente Dutra	Senador Alexandre Costa	8	8	16.833	17.194	2,14
2021	MA	Presidente Dutra	São José dos Basílios	9	9	14.406	15.365	6,66
2021	MA	Presidente Dutra	Governador Luiz Rocha	10	10	13.435	14.221	5,85
2021	MA	Presidente Dutra	Graça Aranha	11	11	10.361	10.963	5,81

Fonte: IBGE (2022).

A coleta de dados primários ocorreu por meio de pesquisa de campo, realizada junto a produtores de bovinos de corte e estabelecimentos comerciais (açougues e supermercados), utilizando-se questionários estruturados e entrevistas, previamente elaborados e aplicados mediante agendamento. As informações levantadas contemplaram custos de produção, uso de insumos, manejo produtivo e preços de comercialização da carne bovina no período de 2019 a 2021.

As unidades de pesquisa compreenderam 22 propriedades produtoras e 22 estabelecimentos comerciais, selecionados conforme critérios de representatividade, tempo de atuação e conhecimento da cadeia produtiva local. Os dados obtidos foram organizados em tabelas e gráficos e submetidos à análise descritiva, permitindo a interpretação dos resultados e a discussão dos principais fatores que influenciaram a formação dos preços da carne bovina na região estudada.

RESULTADOS

Os resultados do estudo demonstram que o aumento do preço da carne bovina na microrregião de Presidente Dutra entre 2019 e 2021 foi consequência de um conjunto de fatores interligados, de natureza econômica, política, cambial e sanitária, que atuaram de forma gradual e cumulativa ao longo dos anos analisados.

Entre os principais fatores identificados destacam-se a crise política interna de 2011/2012, seguida pela recessão econômica de 2014 e 2015, que comprometeram o desempenho dos setores produtivos e elevaram os custos operacionais da cadeia da carne. Soma-se a esse cenário a valorização do dólar, que estimulou as exportações de carne bovina brasileira, reduzindo a oferta no mercado interno e pressionando os preços ao consumidor.

Com relação aos itens que compõem o custo de produção da carne bovina estes sofreram um aumento considerável nos anos estudados na microrregião de Presidente Dutra, nas Tabelas 2 e 3 abaixo estão a catalogação dos itens fundamentais para a produção da carne na Microrregião de Presidente Dutra. É perceptível que os itens que compõem o custo de produção da carne bovina sofreram aumento considerável nos anos estudados impactando diretamente o preço da proteína bovina na microrregião.

Tabela 2: Preço dos principais insumos utilizados pelos pecuaristas nos municípios da microrregião de Presidente Dutra no ano de 2019.

Município	Arame	Estaca	Sal Mineral	Semente	Agrotóxicos	Vacinas	Mão de Obra	Locação de Pasto
Fortuna	R\$ 400,00	R\$ 10,00	R\$ 30,00	R\$ 300,00	R\$ 25,00	R\$ 1,10	R\$ 1.040,00	R\$ 30,00
G. Dias	R\$ 330,00	R\$ 8,00	R\$ 10,00	R\$ 210,00	R\$ 20,00	R\$ 1,20	R\$ 1.200,00	R\$ 0,00
G. Archer	R\$ 700,00	R\$ 13,00	R\$ 30,00	R\$ 300,00	R\$ 25,00	R\$ 1,20	R\$ 1.040,00	R\$ 25,00
G. L. Rocha	R\$ 375,00	R\$ 19,00	R\$ 20,00	R\$ 175,00	R\$ 20,00	R\$ 1,50	R\$ 1.200,00	R\$ 20,00
G. Aranha	R\$ 2.000,00	R\$ 6,00	R\$ 30,00	R\$ 300,00	R\$ 25,00	R\$ 1,20	R\$ 1.200,00	R\$ 30,00
Presidente Dutra	R\$ 350,00	R\$ 20,00	R\$ 56,00	R\$ 250,00	R\$ 25,00	R\$ 1,00	R\$ 1.400,00	R\$ 20,00
São Domingos	R\$ 400,00	R\$ 9,50	R\$ 30,00	R\$ 250,00	R\$ 20,00	R\$ 2,00	R\$ 1.040,00	R\$ 30,00
São J. Basílios	R\$ 400,00	R\$ 14,00	R\$ 25,00	R\$ 160,00	R\$ 20,00	R\$ 1,00	R\$ 1.040,00	R\$ 5,00
Senador A. Costa	R\$ 520,00	R\$ 18,00	R\$ 30,00	R\$ 300,00	R\$ 25,00	R\$ 1,20	R\$ 1.040,00	R\$ 25,00

Fonte: O autor, elaborado a partir dos dados da pesquisa (2022).

Ao observar a Tabela 2 e 3 verifica-se na microrregião de Presidente Dutra uma considerável elevação nos preços em todos os insumos usados na pecuária. Notou-se que um dos maiores impactos foram as altas no arame, sementes e os agrotóxicos, insumos que mais influenciaram no custo de produção entres os anos de 2019 a 2021.

Os produtores relataram que um dos produtos que mais sofreu alteração de forma imediata foi o arame, sendo o principal item usado para produzir cerca nas fazendas da região.

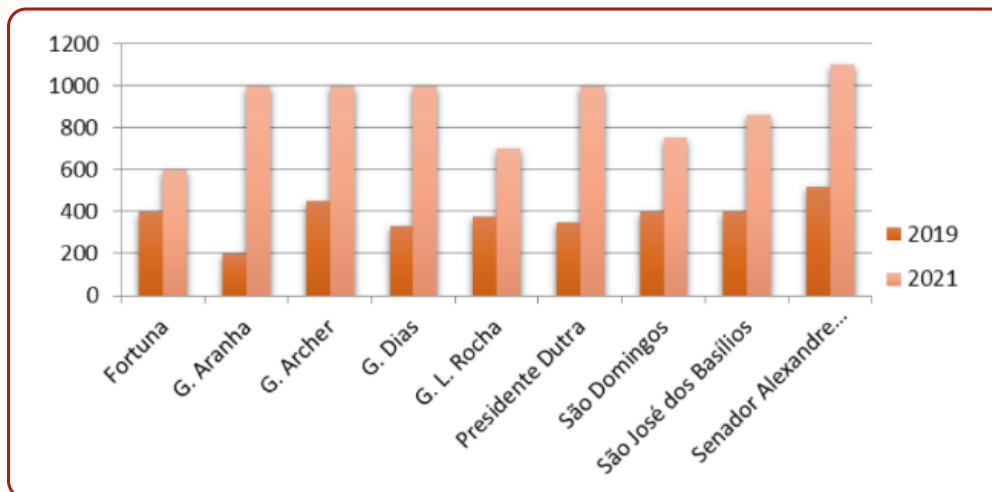
Tabela 3. Preço dos principais insumos utilizados pelos pecuaristas nos municípios da microrregião de Presidente Dutra no ano de 2021.

Município	Arame	Estaca	Sal Mineral	Semente	Agrotóxicos	Vacinas	Mão de Obra	Locação de Pasto
Fortuna	R\$1.200,00	R\$ 25,00	R\$80,00	R\$1.300,00	R\$ 125,00	R\$ 2,00	R\$ 1.440,00	R\$ 40,00
G. Dias	R\$1.000,00	R\$ 27,00	R\$166,00	R\$1.300,00	R\$ 139,00	R\$ 2,10	R\$ 2.240,00	R\$ 0,00
G. Archer	R\$1.000,00	R\$ 25,00	R\$166,00	R\$1.200,00	R\$ 120,00	R\$ 0,00	R\$ 1.920,00	R\$ 40,00
G. L. Rocha	R\$1.200,00	R\$ 19,00	R\$266,00	R\$1.200,00	R\$ 160,00	R\$ 4,00	R\$ 1.440,00	R\$ 40,00
G. Aranha	R\$1.000,00	R\$ 25,00	R\$ 50,00	R\$1.200,00	R\$ 39,00	R\$ 1,50	R\$ 1.400,00	R\$ 40,00
Presidente Dutra	R\$1.300,00	R\$ 20,00	R\$120,00	R\$1.250,00	R\$ 125,00	R\$ 1,20	R\$ 1.920,00	R\$ 25,00
São Domingos	R\$1.350,00	R\$ 20,00	R\$213,00	R\$1.200,00	R\$ 150,00	R\$ 4,00	R\$ 1.440,00	R\$ 40,00
São J. Basílios	R\$1.360,00	R\$ 23,00	R\$166,00	R\$1.260,00	R\$ 80,00	R\$ 1,65	R\$ 1.680,00	R\$ 40,00
Senador A. Costa	R\$1.520,00	R\$ 25,00	R\$166,00	R\$1.525,00	R\$ 134,00	R\$ 1,50	R\$ 1.440,00	R\$ 40,00

Fonte: O autor, elaborado a partir dos dados da pesquisa (2022).

Os Gráficos a seguir referem-se ao preço para a aquisição do arame liso, das sementes, e agrotóxico, os números são referentes ao diferencial do custo de produção entre os anos 2019 e 2021.

Gráfico 1: Elevação dos preços do arame liso na microrregião de Presidente Dutra entre 2019 e 2021.

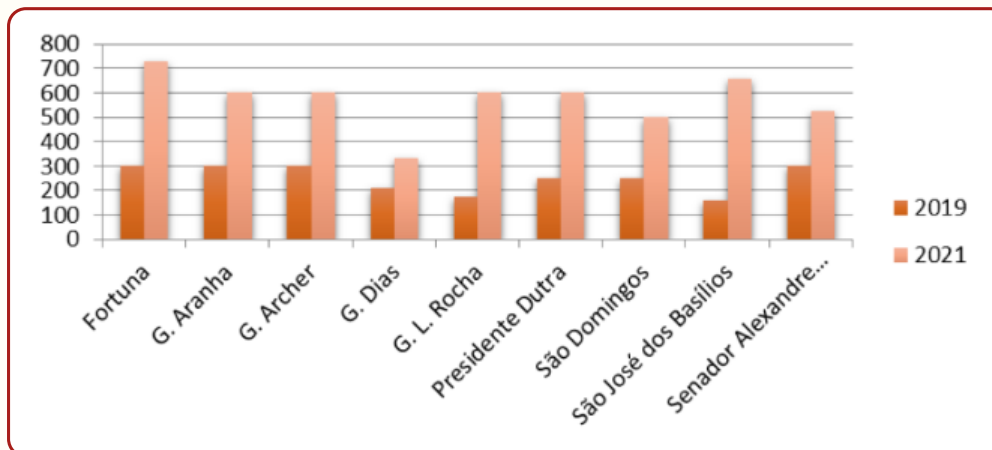


Fonte: O autor, elaborado a partir dos dados da pesquisa (2022)

Conforme pode se verificar no Gráfico 2, os percentuais de aumento de preços para a compra de sementes de pastagem em fortuna (58,90%), Graça Aranha (50%), Governador Acher (50%), Gonçalves dias (36,36%), Governador Luís Rocha (70,83%), Presidente Dutra (58,33%), São Domingos (50%), são José dos Basílios (75,75%), senador Alexandre costa (42,85%) houve uma variação de 2019 para 2021 no custo da bola de arame liso de aproximadamente 65%.

Gráfico 2: Preço das sementes de pastagem nos anos de 2019 e 2021.

Fonte: O autor, elaborado a partir dos dados da pesquisa (2022)



Fonte: O autor, elaborado a partir dos dados da pesquisa (2022)

Adicionalmente, a crise sanitária dos suínos na China elevou a demanda internacional por proteína bovina brasileira, enquanto a pandemia da Covid-19 impactou diretamente a produção, a logística e o custo dos insumos, intensificando ainda mais a elevação dos preços na região estudada.

A análise dos dados de campo e das séries históricas revelou também um aumento expressivo no custo dos principais insumos da pecuária, como arames, sementes de pastagem, agrotóxicos e outros componentes essenciais ao sistema produtivo, refletindo-se diretamente no custo final da carne comercializada nos mercados municipais da microrregião de Presidente Dutra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se que um conjunto de fatores nacionais e internacionais contribuiu para o aumento do preço da carne bovina, os fatores se manifestaram gradativamente ao longo de sete anos. Conclui-se também que os impactos cambiais do dólar, as altas taxas de exportação da carne bovina Brasileira e a pandemia proveniente da sars-cov19 promoveram a elevação do preço da carne bovina na microrregião de Presidente Dutra Maranhão.

REFERÊNCIAS

CEZAR, Ivo Martins et al. **Sistemas de produção de gado de corte no Brasil: uma descrição com ênfase no regime alimentar e no abate**. Campo Grande, MS: Embrapa Gado de Corte, 2005. 2005. CEPEA, Disponível em <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/consultas-ao-banco-de-dados-do-site.aspx>>. Acesso em 12 de Dezembro de 2022.

EMBRAPA, **Qualidade da carne bovina, 2016** Disponível em <[GOV. BR, **Rebanho bovino bate recorde em 2021 e chega a 224,6 milhões de cabeças**, Disponível em <\[Agência Brasil, **Rebanho bovino do Brasil cresce 0,3% em 2014, diz IBGE, 2015** Disponível em <\\[**CNA PIB DO AGRONEGÓCIO. AUMENTO DOS CUSTOS CAUSA QUEDA DE 0,8% NO PIB DO AGRONEGÓCIO NESTE INÍCIO DE ANO 2022.** Disponível em: \\\[https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Cepea_CNA_PIB-do-Agronegocio-20junho22\\\\(1\\\\).pdf\\\]\\\(https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Cepea_CNA_PIB-do-Agronegocio-20junho22\\\(1\\\).pdf\\\), acesso Dez 2022.\\]\\(https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2015-10/rebanho-bovino-do-brasil-cresce-0%2C3%-25-em-2014-diz-IBGE.>./>. Acesso em 12 de Dezembro de 2022.</p></div><div data-bbox=\\)\]\(https://www.gov.br/pt-br/noticias/agricultura-e-pecuaria/2022/09/rebanho-bovino-bate-recorde-em-2021-e-chega-a-224-6-milhoes-de-cabeças#:~:text=O%20Brasil%20conta%20com%20um,Geografia%20e%20Estat%C3%ADstica%20\(IBGE\)/>. Acesso em 12 de Dezembro de 2022.</p></div><div data-bbox=\)](https://www.embrapa.br/qualidadedacarne/carnebovina#####:~:text=Qualidade%20da%20carne%20bovina&text=A%20exporta%C3%A7%C3%A3o%20de%20carne%20bovina,45%25%20nos%20%C3%Baltimos%205%20anos/>>. Acesso em 29 de Dezembro de 2022.</p></div><div data-bbox=)

IPEA, **impactos-iniciais da-greves-dos-caminheiros-no-setor-agropecuarios,2018.** Disponível em <[Agencia de notícias IBGE, **Rebanho bovino cresce 1,5% e atinge 218,2 milhões de cabeças em 2020** Disponível em <\[**Ciência e extensão em confluência:**
comunidade e formação de saberes no sertão maranhense\]\(https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/31725-rebanho-bovino-cresce-1-5-e-atinge-218-2-milhoes-de-cabecas-em-2020#:~:text=O%20rebanho%20bovino%20cresceu%20pelo,em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20ao%20ano%20anterior/>. Acesso em 12 de Dezembro de 2022.</p></div><div data-bbox=\)](https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura//>. Acesso em 12 de Dezembro de 2022.</p></div><div data-bbox=)

Filosofia e literatura como instrumentos para a análise da cultura: um estudo sobre o niilismo na obra *O Estrangeiro* de Albert Camus a partir de Friedrich Nietzsche e Gilles Lipovetsky

Luciano Brandão Marques²¹
Ingrid Alves da Costa²²

INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe uma análise interdisciplinar entre filosofia e literatura para compreender as expressões do *niilismo* moderno e pós-moderno, tomando como objeto de estudo o romance *O Estrangeiro* (1942), de Albert Camus. A partir dos fundamentos teóricos de Friedrich Nietzsche e Gilles Lipovetsky, buscar-se-á interpretar o comportamento do protagonista do romance de Camus, chamado *Meursault*, que, como veremos a seguir, pode ser representado como símbolo do homem niilista moderno – aquele que vive o esvaziamento de valores e a ausência de sentido existencial.

A metodologia utilizada nesta pesquisa é bibliográfica, qualitativa e descritiva. O estudo se baseou essencialmente na análise das obras *A Gaia Ciência*, de Nietzsche, e *A Era do vazio*, de Lipovetsky, e o romance *O Estrangeiro*, de Albert Camus. As referências complementares foram Danilo Marcondes (2007), Franklin Silva (2000) e Otto Maria Carpeaux (2012), Marshall Berman (1986). Em Nietzsche, buscou-se compreender a “morte de Deus”, que te-

²¹ Mestre em Filosofia (PPGFIL-UFMA), docente UEMA Presidente Dutra e IEMA Presidente Dutra.

²² Graduanda em Licenciatura em Letras e Literaturas de Língua Portuguesa da UEMA – Campus Presidente Dutra. Foi bolsista de iniciação científica do Programa Primeiros Passos na Ciência.

ria dado origem ao niilismo ocidental. Em Lipovetsky buscou-se compreender a indiferença da sociedade contemporânea e do hedonismo do protagonista Meursault. Os procedimentos realizados foram, sem sequência: a leitura discutida e comparada da obra *O Estrangeiro*, de Camus; a identificação do personagem Meursault como símbolo do niilismo nietzschiano e do hedonismo criticado por Lipovetsky.

PERSPECTIVAS SOBRE O MODERNISMO E O NIILISMO

Em *Crepúsculo dos ídolos*, Nietzsche escreve: “Só se é fecundo ao preço de ser rico em antagonismos; só se permanece jovem sob o pressuposto de que a alma não se distenda, não deseje a paz...” (Nietzsche, 2014, p.33). Poeticamente, essa citação sintetiza o espírito do modernismo. Esse espírito, por assim dizer, refere-se às experiências sociais e históricas vividas pelo ocidente há pelo menos quatro séculos. No sentido histórico-sociológico a modernidade é descrita por Marshall Berman como uma *experiência vital*.



Existe um tipo de experiência vital - experiência de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida - que é compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo, hoje. Designarei esse conjunto de experiências como “modernidade”. Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor - mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. (BERMAN, 1986, p. 15)



Diferente de períodos sociais anteriores - tais como na idade média e antiguidade grega ou cristã, cuja mobilidade social e percepção temporal eram, de certo modo, menos agressivas -, a chamada modernidade caracteriza-se pelo contraste em todos os aspectos da vida social: política, religião, economia, artes e ciências. A contradição desse período e experiência entre uma cultura da criação e destruição; a liberdade que caracteriza o ambiente intelectual, econômico, religioso e político que o mundo moderno traz, contrasta com o sentimento de ansiedade, destruição e insegurança. Para Berman (1986):



[...] com a Revolução Francesa e suas reverberações, ganha vida, de maneira abrupta e dramática, um grande e moderno público. Esse público partilha o sentimento de viver em uma era revolucionária, uma era que desencadeia explosivas convulsões em todos os níveis da vida pessoal, social e política (BERMAN, 1986, p. 16).



Nesse sentido,



[...] com a Revolução Francesa e suas reverberações, ganha vida, de maneira abrupta e dramática, um grande e moderno público. Esse público partilha o sentimento de viver em uma era revolucionária, uma era que desencadeia explosivas convulsões em todos os níveis da vida pessoal, social e política (BERMAN, 1986, p. 16).



Esse homem da sociedade moderna é aquele que busca para si todas as possibilidades da experiência humana, tanto as alegrias quanto as desgraças, para excitar seu desenvolvimento interior (BERMAN, 1986, p. 41). Entretanto, suas experiências vitais

exigem um amontoado de poderes mentais que de alguma forma possam saciar sua fome de vida e liberdade, mas tais poderes consequentemente voltam-se contra ele. O indivíduo moderno é um hábil produtor de ideias, cultura, filosofias e ciências, entretanto, seu fluxo criativo faz com que ele tenha uma incessante necessidade de criar cada vez mais e, sucessivamente, viva sob uma perspectiva de progresso.

A aventura trágica da modernidade é justamente este sentimento de constante renovação e perigo. O homem moderno é aquele que faz história, ele pretende a história, pois há uma consciência de progresso; e na medida que ele se produz, ele consome a si e o mundo; “[...] o cenário do último ato do Fausto - o imenso canteiro de obras, ampliando-se em todas as direções, em constante mudança e forçando os próprios figurantes a mudar também - tornou-se o cenário histórico mundial em nosso tempo” (BERMAN, 1986, p. 74).

A sensibilidade dos artistas, dos cientistas e dos pensadores dos anos 1900 marca a vanguarda do mundo moderno. Esse intenso movimento cultural do ocidente, e posteriormente global, conseguiu encontrar um certo entendimento sobre o homem e o mundo que se edificara.

Viu-se que este novo momento carregava consigo novas questões existenciais próprias de nosso tempo e que, neste sentido, também seria necessário pensar o mundo e o homem sobre uma nova perspectiva que corresponde ao novo espírito humano. O espírito moderno é aquele que se solidifica das tecnologias de massa, da velocidade de informação, das ciências que curam e que matam, do conhecimento que surge da incerteza de confrontar a tradição, mas também é aquele que da incerteza firma-se e desmorona.

O modernismo como momento histórico e social também se caracteriza pela quebra de tradições. Desde o século XVI, com o avanço da narrativa científica, a visão mítica do mundo passara a ser questionada e, aos poucos, politicamente laicizada; no século

XVIII, ainda nesse contexto, as revoluções políticas, especialmente a Revolução Francesa, causou sobre o ocidente um forte clima de descrença contra a aristocracia e as classes políticas, assim, a tradicional arte política seria também aos poucos substituída pelas repúblicas e sentimentos revolucionários, velozes, instáveis, e o homem comum seria protagonistas destas revoluções.

Tais cisões nos últimos séculos, em especial no século XX, condicionaram profundas transformações nas relações sociais e psicológicas ocidentais – e globais. Podemos destacar o século XX por diversos motivos, mas deve-se especialmente à trágica sucessão de eventos deste século, tais como os avanços tecnológicos e científicos, que criaram o otimismo sobre o futuro, mas frustrou-se com as duas grandes guerras mundiais, cujas tecnologias criadas para elevar a humanidade tornar-se-iam a principal arma de destruição do próprio homem (mais de setenta milhões de mortes).

Essa quebra de tradições, relativismo político, intelectual, artístico e moral será a base para a chamada pós-modernidade. Se outrora o homem fora descrito e compreendido religiosamente como imagem e semelhança de Deus, na modernidade este homem torna-se um personagem de kafkiano, um inseto, uma barata, sem valor sacro, substituível e eliminável, mas produtivo, para uma sociedade da produção de mercadoria e vazio existencial.

Nietzsche chama esse complexo conjunto de transformações culturais de *décadence* e *niilismo*. Segundo Müller-Lauter (2009, p. 143) a história do *niilismo* não teria um começo, sendo o *niilismo* uma expressão da *décadence* fisiológica e cultural que surge nas mais variadas culturas. No diagnóstico cultural empreendido por Nietzsche o autor percebe que o *niilismo* está presente nas principais culturas mundiais, como no budismo, na filosofia socrático-platônica e no cristianismo. Müller-Lauter comenta que:



Nietzsche se volta com especial interesse para o niilismo de sua época. E este o ocupa principalmente quanto ao futuro do homem. Por causa dele, o filósofo olha para trás “como um espírito do pássaro profético”, pois só se pode compreender o que deve ocorrer nos próximos séculos quando se pensa em sua procedência. (MÜLLER-LAUTER, 2009, p. 144).



Desse modo, Nietzsche empreende uma série de estratégias para mapear o niilismo ocidental, assim, o filósofo seleciona os principais nomes da cultura ocidental buscando diagnosticar o referido problema. Para além das teorias filosóficas e sociais, o niilismo tornou-se uma das principais marcas da literatura moderna; explorada por diversos autores.

Em *Os homens ocos*, de T. S. Eliot, por exemplo, lemos trechos como:

Somos os homens ocos
Somos homens empalhados
Apoiados todos juntos
Com chapéus cheios de palha. Ah!
Nossas vozes secas, dado
Sussurrarmos juntos
São mudas, sem sentido,
Como vento em capim ressequido
Ou patas de ratos nos cacos de vidro
De nossa cave seca
[...]
É assim que o mundo acaba
Sem estrondo, num gemido
(Eliot, 2018, p.167)

Em sentido semelhante, o poema *O Guardador de rebanhos*, de Alberto Caeiro – heterônimo de Fernando Pessoa –, narra um eu lírico de intenso niilismo. Lemos:

Não acredito em Deus porque nunca o vi.
Se ele quisesse que eu acreditasse nele,
Sem dúvida que viria falar comigo
E entraria pela minha porta dentro
Dizendo-me, Aqui estou!
[...]
Mas se Deus é as flores e as árvores
E os montes e o sol e o luar,
Então acredito nele,
Então acredito nele a toda a hora,
E a minha vida toda uma oração e uma missa,
E uma comunhão com os olhos e pelos ouvidos.
(Pessoa, 2016, p. 86)

Podemos observar que tanto o niilismo cristão de T.S. Eliot quanto o “estoicismo” de Alberto Caeiro (Pessoa), demonstram uma decadência essencial sobre a existência humana. Nos trechos analisados de ambos os poemas encontramos em comum a ausência de salvação, redenção, mas a aceitação – embora descontente, como em Eliot – do vazio dos nossos tempos: o niilismo. Eliot ressalta o vazio espiritual dos homens ociosos, que continuam a se movimentar, embora desprovidos de anseios maiores para sua caminhada. Por outro lado, Caeiro (Pessoa) ressalta um certo “estoicismo”, pois, se não há deus para guiar os homens, que a natureza o faça. Estes poemas, demonstram o que Nietzsche há quase um século de antecedência “previu”, mas que os poetas e artistas já pré-diagnosticavam em suas obras pré-modernistas.

O DESERTO PÓS-MODERNO DE LIPOVETSKY E O ROMANCE O ESTRANGEIRO

Em *A Gaia Ciência* Nietzsche fez uma importante “profecia” sobre os séculos vindouros da humanidade. Lemos o seguinte no aforismo 125 desta obra:



[...] ainda não sentimos nada do cheiro da putrefação divina? – também os deuses apodrecem! Deus está morto! Deus permanece morto! E nós o matamos! Como nos consolaremos, nós, assassinos entre os assassinos? Aquilo de mais poderoso e mais sagrado que o mundo tinha até então sangrou sob os nossos punhais – quem nos limpará deste sangue? Com que águas poderíamos nos purificar? Que ritos expiatórios, que jogos sagrados teremos que inventar? Não é a grandeza desse crime grande demais para nós? [...] (Nietzsche, 2012, p. 137-138 § 125)



O “apodrecer dos deuses” refere-se ao processo natural do niilismo nas diferentes culturas, que ascendem e decaem; contudo, o aforismo acima questiona os ritos e consolos que a humanidade deve enfrentar no atual processo de niilismo ocidental (global); o filósofo questiona quem ou o que irá substituir os antigos espaços ritualísticos que organizaram a psique humana e a sociedade por milênios. O alerta deve-se ainda por compreender que essa dimensão do niilismo jamais havia sido identificada. A humanidade, cada vez mais, caminha para o abismo nietzschiano.

Não uma resposta, mas uma possibilidade de análise da intensificação do niilismo ocidental encontramos na obra *A Era do Vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo*, de Gilles Lipovetsky, cujo objeto de estudo é os diversos aspectos comportamentais da chamada *hipermodernidade* (pós-modernidade); um destes aspectos é essencialmente o niilismo. Lipovetsky elabora interessantes considerações sobre o estado do niilismo nas sociedades atuais, e identifica a intensidade e transformação do niilismo nietzschiano.



Essas formas de aniquilação, convocadas para se reproduzirem durante um tempo ainda indeterminado, não devem, entretanto, ocultar a presença de um outro deserto, este de um tipo inédito, que escapa das categorias niilistas ou apocalípticas. O mais estranho é que ele ocupa em silêncio a existência cotidiana, a sua e a minha, no coração das metrópoles contemporâneas. Um deserto paradoxal, sem catástrofe, sem tragédia ou vertigem, que cessou de se identificar com o nada e com a morte: não é verdade que o deserto induz à contemplação de crepúsculos mórbidos. Consideremos essa imensa onda de ausência de investimento por meio da qual todas as instituições, todas as finalidades e todos os grandes valores que organizam as épocas anteriores são aos poucos esvaziados da sua substância – o que é isto senão uma deserção em massa que transforma o corpo social em um corpo exangue, em um organismo desativado? Inútil querer reduzir a questão às dimensões dos “jovens”: não é possível desembaraçar-se de um processo de civilização com base em gerações. [...] Aqui, como em todo lugar o deserto cresce: o saber, o poder, o trabalho, o exército, a família, a igreja, os partidos, etc. já pararam de funcionar globalmente como princípios absolutos e intangíveis; [...] (Lipovetsky, 2005, p. 18).



Nas sociedades contemporâneas, especialmente no ocidente, o niilismo outrora denunciado por Nietzsche tornou-se ainda mais intenso que na chamada primeira modernidade. O *deserto* descrito por Lipovetsky descreve o estado espiritual do homem hodierno. Se outrora as quebras das tradições escandalizavam a sociedade, agora, pouco ou nada impressionam. O vazio entrou no cotidiano e instalou-se; tornou-se parte da vida comum.

O corpo social, nesse sentido, reconfigura-se nessa nova forma de sociabilidade. Aqui, os *homens ociosos* de T.S. Eliot são ocupantes principalmente dos grandes centros metropolitanos, cujas interações sociais tornaram-se cada vez mais automáticas e distantes. Este tipo de homem vazio movimenta-se pelo hábito, mas não pelas aspirações tradicionais. A família e o trabalho, como outrora também havia escrito Kafka, tornam-se em escala global elementos de grande indiferença.



O indivíduo pós-moderno está desestabilizado e é, de certa maneira, “ubiquista”. O pós-modernismo não passa de um grande encaixe suplementar na escalada da personalização do indivíduo devotado ao *self-service* narcisístico e às combinações indiferentes, como as do caleidoscópio (Lipovetsky, 2005, p. 24).



O indivíduo pós-moderno, da chamada *hipermodernidade*, é aquele homem auto referencial. Se já não é mais a imagem e semelhança de Deus, como no passado, nem a imagem do inseto, na primeira modernidade, agora é um homem narcísico e extremamente individualista: venera sua própria imagem e cria significados artificiais para sua própria existência; o *hedonismo* é seu modo de vida, *Narciso* é sua figura mítica²³. A economia, as novas ideologias, a política, o consumismo, o sexo e as drogas ocupam na sociedade contemporânea o que outrora – e a seu próprio modo, com seus próprios rituais – era lugar da religião.

1 Meursault, a imagem do homem hodierno

O homem do abismo desértico de Lipovetsky e Nietzsche pode ser representado pelo personagem simbólico de Albert Camus, chamado Meursault. O protagonista de *O Estrangeiro* possui o condensado de todas os aspectos do niilismo contemporâneo. Ao longo do romance podemos elencar esses traços niilistas, tais como veremos a seguir.

Logo no primeiro capítulo somos inseridos na representação da fragilidade dos laços familiares e a transição do passado para as bases da sociedade pós-moderna.

²³ Conferir A Era do vazio, capítulo 3 – Narciso ou a estratégia do vazio.



[o porteiro] ofereceu-se, então para buscar uma xícara de café com leite, aceitei, e ele voltou alguns instantes depois com a bandeja. Bebi, tive, então, vontade de fumar. Mas hesitei, pois não sabia se podia diante de mamãe. Pensei: não tinha nenhuma importância. Ofereci um cigarro ao porteiro e fumamos. (Camus, 2023, p.18)



A mãe do protagonista está sendo velada, mas a preocupação de Meursault volta-se aos dias de folga que ganhara no trabalho e ao sabor do café com leite que degustara antes de acender um cigarro. A cena simboliza a morte das tradições sobre a ascensão da grande indiferença sobre o passado. A naturalização do deserto de Lipovetsky.



Disse-lhe que mamãe tinha morrido. Como se quisesse saber a quanto tempo, respondi: - morreu ontem. [...] À noite Marie esquecera tudo. O filme tinha momentos engraçados e outros realmente idiotas. A sua perna estava encostada na minha. Acariciava-lhe os seios. No fim da sessão, eu a beijei, mas mal. Ao sair, veio para minha casa. (Camus, 2023, p.28)



O segundo trecho destacado mostra outro aspecto comum do homem contemporâneo: o hedonismo e consumismo. O cinema (arte) e o sexo, nesse contexto, servem como rituais para alentar o vazio existencial. O tédio dos dias comuns. Outrora, o passar dos dias era preenchido por significações religiosas; não como se o tédio não existisse no passado, mas que a ação humana estava inserida em um asceticismo religioso: a arte e a sexualidade faziam parte desse *mundus* religioso. Nesse trecho, voltamos a perceber a indiferença do protagonista sobre a morte de sua mãe. O sexo e os narcóticos pareciam-lhe mais importantes.

Para nos encaminharmos ao final desta breve análise, leiamos os dois trechos do romance acerca da indiferença pura do protagonista.



O mar trouxe um sopro expresso e ardente. Pareceu-me que o céu se abria em toda a sua extensão, deixando chover fogo. Todo o meu ser se retesou e crispei a mão sobre o revolver. O gatilho cedeu, toquei o ventre polido da coronha e foi aí, no barulho ao mesmo tempo seco e ensurdecador, que tudo começou. Sacudi o suor e o sol. Compreende que destruíra o equilíbrio do dia, o silêncio excepcional de uma praia onde havia sido feliz. Então atirei quatro vezes ainda num corpo inerte em que as balas se enterravam sem que se desse por isso. E era como se desse quatro batidas secas na porta da desgraça. (Camus, 2023, p. 64).



Após discutir com um árabe, Meursault comete um assassinato. Sua ação violenta reflete diretamente seu estado espiritual: uma ou quatro balas, pouca ou extrema violência não o escandalizam. Apenas o fez. Na prisão, reclama da falta de sua namorada e dos narcóticos. Seu julgamento ou liberdade pouco o importam, “[...] senti que estava em casa na minha cela, e que a vida parava aí” (Camus, 2023, p.77).



Como se esta cólera me tivesse purificado do mal, esvaziado de esperança, diante desta noite carregada de sinais e de estrelas eu me abria pela primeira vez à terna indiferença do mundo. Por senti-lo tão parecido comigo, tão fraternal, enfim, senti que tinha sido feliz e que ainda o era. (Camus, 2023, p.126)



Após receber sua sentença ele a aceita e confere indiferença a própria morte. Ter vivido fora suficiente, não anseia o transcendental. Meursault, nesse contexto, representa o homem oco de Eliot, mas sem a esperança de salvação. Apenas a pura indiferença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O foco da análise recai sobre o romance *O Estrangeiro*, de Albert Camus, escrito e publicado durante a intensa atmosfera cultural e conflituosa da segunda guerra mundial. A narrativa deste romance é centrada em Meursault, um homem marcado pela indiferença. Essa apatia é notada logo na abertura da obra, onde ele reage a morte da mãe com frieza: “Hoje, mamãe morreu. Ou talvez ontem, não sei bem” (Camus, 2019, p. 13). Meursault age sem remorso ou reflexão. Embora tenha sido condenado oficialmente pela morte de homem, simbolicamente sua morte fora decorrente da incapacidade de adequar-se às normas de luto e à moral da sociedade. Em *A Gaia Ciência* (2012), Nietzsche diagnostica o niilismo como a doença do espírito moderno, marcada pela “morte de Deus” e pela conseqüente crise de sentido.

Camus, por sua vez, radicaliza essa condição ao apresentar um personagem que vive o *absurdo da existência* sem se revoltar, revelando o fardo de viver em um mundo desprovido de significados. Já em *A Era do Vazio* (2005), Lipovetsky descreve o niilismo leve e apático da pós-modernidade, no qual o indivíduo, mesmo consciente do vazio, continua vivendo por inércia e superficialidade. Nesse contexto, a obra *O Estrangeiro*, de Camus, expressa o drama central do niilismo: o peso de existir sem compreender o *porquê*, o conflito entre o desejo de viver e a incapacidade de lidar com a vida.

Essa confissão interior dialoga diretamente com a apatia de Meursault e com a crise espiritual diagnosticada por Nietzsche e Lipovetsky, mostrando que o niilismo, mais do que uma teoria, é uma experiência humana profunda. É na aceitação final do absurdo que o niilismo se revela como libertação e fardo: Meursault se abre para “a terna indiferença do mundo” (Camus, 2019, p. 126), encontrando paz na ideia de que nada importa.

REFERÊNCIAS

BERARDINELLI, Cleonice. **Fernando Pessoa: antologia poética**. Rio de Janeiro: Bazar de Tempos, 2016.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. Trad. De Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

CAMUS, Albert. **O Estrangeiro**. Trad. de Valerie Rumkanek. Rio de Janeiro: Record, 2019.

CARPEAUX, Otto Maria. **História da literatura ocidental: as tendências contemporâneas por Carpeaux**. Rio de Janeiro: Leya, 2012.

ELIOT, T. S. **POEMAS**. Org. e Trad. Caetano W. Galindo. São Paulo: Cia das Letras, 2018.

LIPOVETSKY, Gilles. **A Era do Vazio**. Trad. de Therezinha Monteiro Deutsch. Barueri: Manole, 2005.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

MÜLLER-LAUTER, Wolfgang. **NIETZSCHE: sua filosofia dos antagonismos e os antagonismos de sua filosofia**. Trad. de Clademir Araldi. São Paulo: Editora UNIFESP, 2009.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Crepúsculo dos Ídolos ou Como se filosofa com o martelo**. Tradução de Jorge Luiz Viesenteiner. Rio de Janeiro: Vozes, 2014

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **A Gaia Ciência**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SILVA, Franklin L. Arte, subjetividade e história em Sartre e Camus. **Revista: Olhar**, ano 2, N° 3, 2000.

Associativismo rural e o fortalecimento da agricultura familiar no município de Presidente Dutra - MA



Werbeth Leonardo da Silva²⁴
Snaylla Natyelle de Oliveira Almendra²⁵

INTRODUÇÃO

Segundo Benetes (2023), agricultura familiar no Brasil carrega em si a responsabilidade de colocar alimentos na mesa dos brasileiros e renda para as famílias do campo e é imprescindível para a grande parcela da população brasileira que depende dos produtos alimentícios produzidos para o cotidiano de suas vidas. No município de Presidente Dutra, localizado na região central do estado do Maranhão, a agricultura familiar configura-se como uma atividade econômica de grande relevância, embora enfrente desafios históricos estruturais, como dificuldades de acesso à terra, ao crédito, aos mercados e à assistência técnica.

Diante desse cenário, o associativismo rural emerge como uma estratégia coletiva fundamental para superar limitações estruturais. Assim, o presente estudo analisou a formação e a atuação das associações em Presidente Dutra, identificando os gargalos que levam à inatividade e avaliando o suporte oferecido por órgãos públicos. A pesquisa justificou-se pela escassez de estudos regionais sobre o tema e pela necessidade de subsidiar políticas públicas mais efetivas.

²⁴ Graduado em Tecnologia da Gestão do Agronegócio na Universidade Estadual do Maranhão – UEMA.

²⁵ Doutora em Ciência Animal pela Universidade Federal do Piauí - UFPI (2017). Professora EBTT - Ciências Agrárias / Zootecnia e Presidente da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) do IFMA Campus Presidente Dutra.

METODOLOGIA

Com uma abordagem mista, esta pesquisa combinou análise documental e trabalho de campo, que foram realizados entre junho e julho de 2023. A fase inicial da pesquisa consistiu em uma revisão bibliográfica, com o levantamento de dados em sites como *Google Acadêmico* e *Scielo*, seguida de entrevistas semiestruturadas com as lideranças de seis associações rurais e dois sindicatos. Os dados obtidos foram tratados qualitativamente de modo a favorecer a clareza e a interpretação dos resultados. A opção pelo método qualitativo possibilitou um olhar mais aprofundado sobre as percepções e experiências dos sujeitos envolvidos, permitindo captar dimensões contextuais e subjetivas do fenômeno investigado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No município de Presidente Dutra foram identificadas 19 associações rurais formalmente constituídas. No entanto, apenas sete (36,8%) possuem CNPJ ativo, destacando-se as organizações dos povoados Angical, Jenipapo dos Paulinos, Calumbi, Santa Rita do Sul e Pitombeira, além das associações de açougueiros e de comércio de agrotóxicos da Região dos Cocais, Associação dos Produtores Rurais do Povoado Jenipapo dos Paulinos, Associação dos Açougueiros de Presidente Dutra – Maranhão, Associação de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Povoado Calumbi, Associação dos Produtores Rurais do Povoado Santa Rita do Sul e Associação dos Agricultores Familiares do Povoado Pitombeira. Esse cenário evidencia a fragilidade institucional do associativismo local. A maior parte dessas organizações foi criada entre os anos de 1998 e 2017, muitas organizações foram fundadas com o propósito limitado de adquirir terras e maquinários para uso individual, desviando-se do princípio basilar do associativismo: o fortalecimento do bem comum e da cooperação coletiva.

Tabela 1. Motivação para a criação, número de associados e potencial produtivo das Associações Rurais do município de Presidente Dutra - MA.

Nº	Razão Social	MOTIVAÇÃO PARA CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO	NÚMERO DE ASSOCIADOS	ATIVIDADES AGRÍCOLA, PECUÁRIA, AGROINDUSTRIAL E/OU EXTRATIVISTA
1	ASSOCIACAO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO POVOADO FIRMINO	Aquisição de imóvel rural, de forma facilitada, aos associados, com vistas à produção e comercialização de alimentos da agricultura familiar, além da aquisição de máquinas agrícolas.	33	Poupa de frutas; criação de animais bovinos, suínos e peixes; produção de arroz, milho, feijão e cana de açúcar para a produção de cachaça.
2	ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES FAMILIARES SÃO JOÃO BATISTA DO POVOADO SÃO JOÃO DA LAGOA	Aquisição de imóvel rural, de forma facilitada, aos associados, com vistas à produção e comercialização de alimentos da agricultura familiar	13	Arroz e milho verde
3	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DO POVOADO DO JENIPAPO DOS PAULINOS	Incentivo de moradores do povoado a partir de observação do potencial produtivo da região	30	Milho verde, arroz, cheiro verde e poupa de frutas
4	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DO POVOADO CREOLI DO JOVINIANO	Aquisição de imóvel rural, de forma facilitada, aos associados, com vistas à produção e comercialização de alimentos da agricultura familiar	20	Arroz, milho, feijão e leite
5	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DO POVOADO SANTA RITA DO SUL	Interesse da comunidade na produção e vendas de alimentos da agricultura familiar para o mercado local	17	Alface, cheiro verde, couve, repolho, milho verde, feijão verde, abóbora, mamão, inhame, macaxeira, maracujá, melancia, banana e leite
6	ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO POVOADO PITOMBEIRA	Melhorar a acessibilidade a mercados para a comercialização de produtos do extrativismo	35	Azeite de coco e carvão vegetal

Fonte: elaboração do Autor.

Durante a formação de uma associação, de acordo com a Lei nº 10.406/2002, é exigido pelo menos duas pessoas com interesses comuns para ser considerado uma instituição; contudo, na prática, para uma associação rural funcionar ativamente recomenda-se a incorporação de, pelo menos, 10 integrantes. Analisando o número de associados verificou-se que todas as associações entrevistadas foram criadas com mais de 13 membros, demonstrando que o trabalho de orientação e engajamento para a formação dessas organizações, por parte dos sindicatos e lideranças locais, foi efetivo.

No que tange às atividades agropecuárias, destaque para a Associação dos Produtores Rurais do Povoado Santa Rita do Sul, que produzem e comercializam em feira da agricultura familiar de Presidente Dutra: alface, cheiro verde, couve, repolho, milho verde, feijão verde, abóbora, mamão, inhame, macaxeira, maracujá, melancia, banana e leite. A Associação dos Pequenos Agricultores do Povoado Firmino, apesar de não estar mais ativa, demonstra grande potencial produtivo já que possui, entre os associados, produtores de poupa de frutas, arroz, milho, feijão, cana de açúcar para a produção de cachaça e criadores de bovinos, suínos e peixes. A única associação voltada à produção extrativista do azeite de coco e carvão vegetal é a dos Agricultores Familiares do Povoado Pitombeira, que, segundo a presidente, se encontra em fase de regularização da documentação para retomada das atividades associativas.

As informações sobre atividades desenvolvidas pelas associações entrevistadas coadunam com os dados colhidos durante pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na cidade de Presidente Dutra. Segundo Pesquisa Agropecuária Municipal, em Presidente Dutra, cultiva-se arroz, milho, fava, feijão, cana de açúcar, e cria-se, para fins comerciais, bovinos e suínos, reforçando o grande potencial produtivo da agricultura familiar e empresarial no município.

Apesar desse cenário relativamente promissor no momento de fundação, a realidade atual é marcada pela baixa continuidade das atividades. Apenas a Associação dos Produtores Rurais do

Povoado Santa Rita do Sul mantém-se ativa e em funcionamento regular, participando de programas governamentais e mantendo sua representatividade perante aos agricultores locais.

Figura 1. Principais dificuldades encontradas pelas Associações Rurais de Presidente Dutra - MA, para a manutenção das atividades da organização.



Fonte: elaboração do Autor.

Dentre os apontados pelos entrevistados principais fatores para a inatividade das associações destacaram-se: a ausência de incentivos e de assistência técnica adequada por parte do poder público (apontada por cerca de 70% dos entrevistados), a falta de participação dos jovens no campo, a falta de transporte para o escoamento da produção, a inexistência de infraestrutura para armazenamento dos produtos além do crescente desinteresse de muitos associados em manter sua vinculação.

Cerca de 83% dos entrevistados reprovam a atuação da AGERP e da Secretaria Municipal de Agricultura. Segundo os relatos, a baixa eficiência desses órgãos obriga os produtores a dependerem quase exclusivamente de assistência técnica privada e paga. Essa dependência opera os pequenos agricultores e compromete a autonomia das associações. Conforme ressalta Silva (2012) a carência de serviços públicos tende a desestimular a continuidade da participação dos agricultores na comercialização de alimentos, o que possivelmente se relaciona a realidade investigada nesta pesquisa.

Na investigação sobre a participação das associações de Presidente Dutra em Programas Governamentais de Apoio à Comercialização, Projetos Financiados por ONGs e no acesso ao Crédito Rural, verificou-se que somente a Associação dos Produtores Rurais do Povoado Santa Rita do Sul é beneficiada, conforme descrito na Tabela 2.

Anualmente, quando os editais do PNAE, PAA, PROCAF e Compra Institucional da CONAB são lançados, a liderança da Associação dos Produtores Rurais do Povoado Santa Rita do Sul, promove reuniões com os membros, elabora as propostas de venda e participa das seleções. Por ser a única associação ativa com participação efetiva dos membros, não há concorrência na oferta de alimentos aos programas municipais e 100% dos gêneros da agricultura familiar, ofertados na merenda escolar e através da rede assistencial do município, são advindos da comunidade Santa Rita do Sul. Registra-se, ainda, que a associação conseguiu arrecadar, em 2022, com a participação no PAA, R\$ 48.000,00 para oferta de alimentos à Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SAF).

Tabela 1. Participação da Associação dos Produtores Rurais do Povoado Santa Rita do Sul, município de Presidente Dutra - MA, em Programas Governamentais

PROGRAMAS/PROJETO	DETALHAMENTO DA PARTICIPAÇÃO
PROGRAMAS DE APOIO À COMERCIALIZAÇÃO	<p>Participam de Chamadas Públicas e Editais, submetendo propostas de comercialização de gêneros alimentícios da agricultura familiar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Secretaria Municipal da Agricultura, Pecuária, Pesca, Abastecimento e Combate à Pobreza de Presidente Dutra; 2. Compra Institucional (aquisição de alimentos) por intermédio da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB. 3. Programa de Compras da Agricultura Familiar (PROCAF) - Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SAF). 4. Programa de Aquisição de Alimento (PAA) - SAF.
PROJETOS FINANCIADOS POR ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS	<ol style="list-style-type: none"> 1. Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN): <ul style="list-style-type: none"> - Valor do financiamento: R\$ 98.000,00. - Destinação: comercialização dos produtos da associação, construção de uma estufa para a produção de mudas e aquisição de barracas para vendas de gêneros alimentícios, em feira da agricultura familiar na cidade de Presidente Dutra. - Vigência: 2022/2023. 2. Fundo Casa: <ul style="list-style-type: none"> - Valor do financiamento: R\$ 25.000,00. - Destinação: aquisição de animais de produção: suínos, ovinos, aves de postura e de corte para distribuição aos associados. - Vigência: 2022/2023.
PROGRAMAS DE ACESSO A CRÉDITO RURAL	<ol style="list-style-type: none"> 1. Linha de crédito AGROAMIGO - BANCO DO NORDESTE 2. Linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) - BANCO DO BRASIL

Fonte: Elaboração do Autor.

Sambuichi et al. (2019) identificou que, a região Nordeste teve maior acesso ao PAA entre os anos de 2011 a 2018 chegando ao valor apurado de R\$ 1,4 bilhões, com a comercialização de gêneros alimentícios para oferta às escolas e redes de assistência social, isso mostra que a execução do programa é capaz de promover inclusão social dos agricultores familiares e atender a população mais vulnerável à insegurança alimentar e nutricional.

A Associação dos Produtores Rurais do Povoado Santa Rita do Sul foi muito além dos Programas Governamentais, conquistando editais de Programas de outros países, a exemplo do fomento de R\$ 98.000,00 adquirido através da ONG Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), em 2022. O valor foi destinado a comercialização dos produtos da associação, construção de uma estufa para a produção de mudas e aquisição de barracas para vendas de gêneros alimentícios, em feira da agricultura familiar na cidade de Presidente Dutra. Em contrapartida, a ONG exige relatórios semestrais da execução financeira do recurso para prestação de contas.

Sobre as participações do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar da Microrregião de Presidente Dutra e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Presidente Dutra eles auxiliam associações de agricultura familiar na organização de documentos e na parte jurídica, com apoio da AGERP. Outras instituições como Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (AGED-MA), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Serviços Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) também colaboram na capacitação e assistência técnica aos agricultores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, buscou-se compreender a importância do associativismo rural para a agricultura familiar no município de Presidente Dutra. Foram evidenciados os motivos que levaram à formação das associações rurais e as consequências da descontinuidade do processo de organização coletiva sobre a geração de renda e as expectativas para o futuro das comunidades rurais.

Presidente Dutra possui 19 associações cadastradas na receita federal, entretanto somente a Associação dos Produtores Rurais do Povado Santa Rita do Sul está ativa e operante. Boa parte das associações, quando criadas, tinha como objetivo a aquisição de terras e maquinários agrícola de forma individual, distanciando-se da principal finalidade do associativismo que é o bem coletivo. A falta de incentivo, orientação e assistência técni-

ca por parte do poder público levaram muitas famílias a desacreditarem no poder da associação, gerando inadimplência e inaptidão às organizações.

Ressalta-se, ainda, a importância dos sindicatos rurais para a formação das associações do município de Presidente Dutra, através do auxílio aos agricultores familiares na regularização de documentos, na realização do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar, e no acesso à Previdência Social. A inoperância de órgãos estaduais de assistência técnica e extensão rural como a AGERP e a inexistência de ações de incentivo ao protagonismo familiar por parte da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Pesca, Abastecimento e Combate à Pobreza reforça as falhas na execução da PNATER e indica a urgente necessidade de reestruturação das instituições, com vistas ao desenvolvimento rural sustentável.

REFERÊNCIAS

BENTES, Flávio Maldonado; TEIXEIRA, Emerson Moraes; COLUCCI, Antonio Lincoln. A agricultura familiar no Brasil e seus riscos laborais: Uma abordagem preventiva. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 12, n. 8, pág. e6812842919-e6812842919, 2023

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 jan. 2002.

DA SILVA, Jhonny Santos. Agricultura familiar camponesa e cooperativismo no Maranhão. **Revista IDeAS**, v. 6, n. 1, p. 50-82, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. IBGE CIDADES- Característica da população e área territorial de Presidente Dutra-MA, 2023.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa, PERIN; Gabriela, ALMEIDA; Ana Flávia Cordeiro Souza, ALVES; Paulo Sérgio Candido, ARAÚJO; Diogo Gomes, CÂMARA; Rita Dicacia Felipe, Januário; Elisângela Sanches. **Diversidade de produtos adquiridos pelo Programa de Aquisição de Alimentos no Brasil e Regiões**. 2019.

Escreve como se pinta: a literatura de José Américo de Almeida e a pintura regionalista brasileira



Wilker Mateus Moraes da Silva dos Santos²⁶
Rhusily Reges da Silva Lira²⁷

INTRODUÇÃO

O Regionalismo brasileiro de 1930 configura-se como um dos momentos mais significativos da história cultural e literária do país, sobretudo por articular a representação estética com uma postura crítica diante das desigualdades sociais, econômicas e políticas que marcam a formação da sociedade brasileira. Inserido no contexto do chamado Romance de 30, essa estética literária emerge em meio às profundas transformações ocorridas no Brasil após a Revolução de 1930, período em que se intensificam as discussões acerca da crise das estruturas agrárias, da concentração fundiária, da miséria no campo e das tensões entre litoral e sertão. Nesse cenário, as produções literárias dessa época representam as condições de vida da população rural, especialmente no Nordeste, região historicamente marcada pela seca, pelo êxodo dos retirantes e pela exploração do trabalho nos engenhos e latifúndios.

Diferentemente do regionalismo anterior, citado por Candido (2008, p. 121) “ e toda a luvião *sertaneja* que desabou sobre o país entre 1900 e 1930” se referindo aos escritores que criou a imagem do “tonto sertanejo” trazendo a idealização do espaço rural e

²⁶ Graduando em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa da Universidade Estadual do Maranhão – Campus Presidente Dutra. Foi bolsista de Iniciação Científica do Programa Primeiros Passos na Ciência.

²⁷ Doutoranda e Mestra em Estudos Literários no PPGEL/UFPI. Graduada em Licenciatura em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa (UEMA). Atualmente é professora substituta no departamento de Letras da UEMA – Campus Presidente Dutra.

à construção de imagens pitorescas do sertanejo, o Regionalismo de 30 caracteriza-se por uma perspectiva mais analítica e socialmente comprometida. Conforme discute Antonio Candido (2008), o romance moderno brasileiro afasta-se da simples descrição de costumes e busca compreender as forças históricas e sociais que moldam a experiência coletiva.

No âmbito da literatura brasileira, o romance *A Bagaceira* (1928) de José Américo de Almeida, destaca-se como obra inaugural do Regionalismo de 30, ao tematizar de forma contundente a seca, o drama dos retirantes e a exploração do trabalhador nos engenhos de cana-de-açúcar. Paralelamente ao desenvolvimento do Regionalismo na literatura, as artes visuais brasileiras também passam por um processo de ressignificação estética e temática, voltando-se para a representação do povo, do trabalho e das desigualdades sociais. Nesse contexto, destacam-se as produções de Candido Portinari e Almeida Júnior, cujas obras pictóricas contribuem para a consolidação de uma iconografia do homem do campo e do trabalhador brasileiro. As telas de Portinari, especialmente aquelas que tematizam os retirantes e os trabalhadores dos canaviais, evidenciam, por meio de traços expressivos e composições dramáticas, a miséria, a fome e a exaustão física do sujeito social marginalizado. Já as pinturas de Almeida Júnior, produzidas ainda no final do século XIX, antecipam o olhar regionalista ao retratar o caipira em situações cotidianas de trabalho e descanso, contribuindo para a construção de uma identidade visual própria do interior brasileiro.

Os estudos interartes, conforme propostos por Clüver (1977), permitem compreender como diferentes sistemas semióticos podem dialogar entre si, estabelecendo relações de intertextualidade e de correspondência temática. Nesse sentido, Gonçalves (1997) contribui ao discutir as chamadas equivalências homológicas entre as artes, isto é, a possibilidade de identificar procedimentos e estratégias expressivas semelhantes em linguagens distintas, mesmo considerando as especificidades de cada meio. Tal perspectiva teórica possibilita analisar as aproximações entre as imagens construídas na narrativa literária e aquelas elaboradas no campo pictórico, especialmente no que se refere à tematização da seca, do êxodo rural e da exploração do trabalho no campo.

A relevância desta pesquisa justifica-se pela necessidade de ampliar os estudos sobre o Regionalismo brasileiro para além do campo estritamente literário, considerando o diálogo com as artes visuais como um elemento fundamental para a compreensão da estética e da dimensão social do movimento.

O REGIONALISMO DE 30 E O DIÁLOGO INTERARTÍSTICO

O Regionalismo brasileiro de 1930 configura-se como um dos momentos mais importantes da história literária nacional, sobretudo por sua capacidade de relacionar estética e crítica social. Inserido no contexto do chamado Romance de 30, movimento literário que surge em meio às profundas transformações políticas, econômicas e sociais vividas pelo Brasil. Após a Revolução de 1930, quando as desigualdades regionais, a pobreza rural e a crise das estruturas governamentais, tornaram-se temas presentes para a literatura.

Diferente do Regionalismo Romântico do século XIX, marcado muitas das vezes pelo pitoresco e pela idealização do espaço rural, o Regionalismo de 1930 assume um caráter mais crítico e analítico. Segundo Antonio Candido:



Na literatura brasileira há dois momentos decisivos que mudam os rumos e vitalizam toda a inteligência: o Romantismo, no século XIX (1836-1870), e o ainda chamado Modernismo, no presente século (1922-1945). Ambos representam fases culminantes de particularismo literário na dialética do local e do cosmopolita; ambos se inspiram, não obstante, no exemplo europeu. Mas, enquanto o primeiro procura superar a influência portuguesa e afirmar contra ela a peculiaridade literária do Brasil, o segundo já desconhece Portugal, pura e simplesmente: o diálogo perdera o mordente e não ia além da conversa de salão. (Candido, 2008, p. 119).



O crítico reforça o romance moderno, como desvinculado das influências europeias, em especial, a Portuguesa. A busca por uma escrita própria intensificam as escritas regionalistas, uma vez que o escritor já não se contenta em descrever costumes, mas procura compreender as forças sociais que moldam a vida coletiva.

A representação do homem rural brasileiro, é marcado pela miséria, pelo trabalho extenuante e pela exclusão social, que constitui um eixo temático central tanto na literatura regionalista quanto nas artes visuais do Brasil. Nesse contexto, o romance *A Bagaceira*, de José Américo de Almeida, estabelece um diálogo significativo com obras pictóricas de Candido Portinari (1903-1962) e Almeida Júnior (1850-1988), assim, o teórico Claus Cluver (1977, p. 40) em seu texto *Estudos interartes: Conceitos, termos, objetivos*, escreve “Questões de intertextualidade podem fazer de textos literários objetos propícios a estudos interartes – o que não vale apenas para textos literários ou simplesmente verbais”, desse modo, o texto e a imagem podem manter relações ambíguas, compartilhando temas em comum.

Nesse cenário, o romance *A Bageceira*, publicado em 1928 por José Américo de Almeida, foi uma das principais obras da Segunda Fase do Modernismo brasileiro (Geração de 30). A narrativa se passa no Brejo paraibano, especificamente no universo do engenho chamado “Mangazão”, o tempo da narrativa é cronológico passando pelo fenômeno meteorológico da seca e do ritmo da moagem da cana-de-açúcar. O enredo começa a partir da chegada de um grupo de retirantes, Valentim, sua filha Soledade e Pirunga, às terras do senhor de engenho Dagoberto Marçal, o conflito central cria um triângulo amoroso entre Lúcio, Dagoberto e Soledade formando uma narrativa densa e carregada de significações. A obra, acima de tudo explora a degradação humana, tanto no engenho quanto no exodo da seca.

O romance *A bagaceira* (1928) inaugura muitos dos temas que são centrais no Regionalismo de 30 especialmente a representação da seca nordestina, do drama do retirante e das tensões entre litoral e sertão. O pintor Candido Portinari é uma das maiores re-

ferências do Brasil, teve um papel muito importante na construção do regionalismo sendo reconhecido por suas finitas obras de artes representando o povo brasileiro e suas desigualdades sociais. A teórica Aracy Amaral (2006) o cita:



Candido Portinari. [...] Exaltado como “pintor oficial” do período Vargas. [...] Houve então uma confluência, do ponto de vista da denúncia social (paralela à sua pintura histórico-épica), entre este artista e escritores do Nordeste brasileiro, como José Lins do Rego, Jorge Amado, Graciliano Ramos e José Américo de Almeida, que colocam a problemática social como motivo principal de sua produção, a partir de uma clara postura ideológica. (Amaral, 2006, p. 127).



Desse modo, o artista criticou em suas obras os problemas sociais do Brasil, retratando a tragédia da seca, a condição de trabalho escravo nas fazendas e as injustiças sociais. As obras pictóricas de Candido Portinari mantêm relações homólogas com a obra literária, principalmente a pintura nomeada “Retirantes”:



Figura 1 – Retirantes
(1944)

Fonte: Candido Portinari
(1944).

A obra do pintor Candido Portinari, *Retirantes* (1994), conversa com o romance *A bagaceira*, de Jose Américo de Almeida, o pintor adepto da estética expressionista, revela a miséria e desumanização através dos traços deformados nessa tela, assim destacando corpos magros e enfermiços com rostos marcados pelo sofrimento que demonstra expressões de desespero. A composição da pintura é densa, com personagens em primeiro plano e a paisagem morta ao fundo (com tons terrosos e neutros) cria uma atmosfera fúnebre e de escassez. Essa exposição a realidade miserável dos retirantes mostrada na pintura, onde eles fugiam em um grande êxodo da seca no nordeste brasileiro, dialoga sem rodeios com os trechos do início da obra literária, a chegada dos retirantes nas terras do senhor de engenho Dagoberto Marçal:



Era o êxodo da seca de 1898. Uma ressurreição de cemitérios antigos — esqueletos redivivos, com o aspecto terroso e o fedor das covas podres. Os fantasmas estropiados como que iam dançando, de tão trôpegos e trêmulos, num passo arrastado de quem leva as pernas, em vez de ser levado por elas. Andavam devagar, olhando para trás, como quem quer voltar. Não tinham pressa em chegar, porque não sabiam aonde iam. Expulsos do seu paraíso por espadas de fogo, iam, ao acaso, em descaminhos, no arrastão dos maus fados. (Almeida, 2024, p.86).



O romance *A bagaceira*, tem uma forte apresentação da Seca, não só como fenômeno natural, mas como castigo divino, o autor descreve os retirantes como seres punidos, “expulsos do seu paraíso” despejados de seu lugar de origem, que andam sem pressa para chegar, pois eles não têm um destino certo. A seca de 1898 é abordada no romance, o cenário é comparado a “cemitérios antigos” e as pessoas como “esqueletos redivivos” pois remete a falta dos suprimentos básicos para sobrevivência, ocasionando a situação da fome em paralelo com a morte. Essas descrições do livro interagem diretamente com a pintura; os aspectos terrosos, as figuras esqueléticas, os corpos atrofiados são visualmente descritos pelos traços realista do pintor, é a mesma apresentação do tema social com modelos diferentes de exposição.

Tanto o texto literário como a pintura, mostram a falta de esperança e a extrema miséria, que causa essa descrição de uma aparência sombria e aterrorizante dos retirantes, aparência que o artista Candido Portinari exhibe em sua pintura. Tanto na pintura como no trecho da obra, é observados símbolos e elementos que justificam essa relação. As análises de Cortez (2005) revelam:



As relações da literatura com as artes plásticas, especialmente a pintura, tornaram-se mais próximas e importantes no Modernismo e nos movimentos de vanguarda, como O Futurismo e o Cubismo. O texto poético passou a ser explorado visualmente e adquiriu características estruturais que o fizeram funcionar semioticamente, assemelhando-se ao texto pictórico. O texto poético deve ser lido e visto, segundo Mallarmé, o primeiro a conceber o poema como um objeto pictórico-verbal. (CORTEZ, 2005, p. 314).



Desse modo, no regionalismo houve uma aproximação condizente da literatura e as artes plásticas. O texto literário deixou de ser analisado apenas pela escrita, e passou a ser explorado por suas características semióticas, pois acontece uma visão imaginativa do tema abordado no texto literário, ação semelhante no estudo das artes plásticas, sendo assim, as duas formas de representação artísticas, mantêm relações em que uma complementa a outra. A escrita do trecho da obra representado, detalha de forma lírica a nuncias da pintura, as partes “esqueletos redivivos”, “aspectos terríveis” e “fantasmas estropiados”, enfatizam sem rodeios o que o pintor tenta transparecer na obra *Retirantes*.

As análises das obras condizem com as “equivalências homológicas” ditas por Gonçalves (1997, p. 58): “Buscas as equivalências homológicas entre sistemas distintos é verificar possíveis correspondências entre tais procedimentos e também verificar as diferenças de operacionalização de recursos oferecidos por cada

um dos meios expressivos.” ou seja, as obras pictóricas analisadas mantêm uma semelhança que vai além de meras coincidências, mantendo relações com as mesmas intenções ao modo de compartilhar uma ideal em comum.

Sendo assim, o teórico Gonçalves (1997), sugere que as artes não vivem em ilhas isoladas, pois elas conversam através de procedimentos, de fato, há uma diferença de operacionalização, embora as ideias sejam as mesmas cada arte tem suas ferramentas específicas de significação. O romance *A bagaceira* (1928) também dialoga com as pinturas do Almeida Junior (1850-1899), que foi propulsor da arte regionalista no Brasil. O artista relatou a vida do homem do campo, representou a natureza do interior de São Paulo e detalhou de perto a figura do caipira com suas dificuldades. Suas pinturas iniciaram no final do século XIX, antecipando o regionalismo de 30. Uma de suas emblemáticas obras se chama, *Amolação Interrompida* (1894):



Figura 2 – Amolação Interrompida (1894)

Fonte: Almeida Junior (1894)

Na tela intitulada *Amolação interrompida*, de Almeida Junior, observa-se um caipira em sua atividade de amolar um machado, e que no instante, foi interrompido por um personagem externo, fazendo-o acenar ou um sinal de espera. É curioso essa reação, não sabemos ao certo quem é essa figura oculta. O teórico Gonçalves (1997) diz que “A pintura não existiria como forma de linguagem se não se fizesse linguagem na mente do observador.” (1997, p. 67), nesse caso, a pintura conversa com o espectador, as vestimentas simples e sujas, que refere ao trabalho constante com a terra, a pele enrugada queimada por conta do sol, a casa de pau a pique e a bandeira do Santo, faz representação de sua religiosidade, suas poses e posição social, essa pintura significa a vida do homem do campo, mostrando o seu trabalho, a suas propriedades, a religião e a natureza.

O pintor destaca nessa arte o caipira preste a trabalhar, na obra literária também é visto essa ação: “— É hora, cambada! Levanta pra pegar! (...) E lá se foram os dois, de enxadas, não ao ombro, à maneira dos brejeiros, mas sobraçadas, como quem leva a vara de ferrão. Era a mesma hora em que costumavam soltar as vacas curraleiras.” (p.100). As duas modalidades de expressões se entrelaçam, pois nesse trecho é mostrado o início do trabalho diário do brejeiro no engenho, eles pegam as enxadas e vão de encontro aos afazeres.

Portanto, o romance *A bagaceira* (1928) e as obras pictóricas de Candido Portinari e Almeida Junior, conversam constantemente, não só pelas semelhanças, mas pelos significados e simbologias que a estética Regionalista de 30 aborda, essas análises ajudam construir sistemas de sentido, por conta do estudo comparado dessas artes que abordam o mesmo problema social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa analisou as obras regionalistas partir de uma perspectiva interartística, estabelecendo relações entre o romance *A Bagaceira*, de José Américo de Almeida, e obras pictóricas de Candido Portinari e Almeida Júnior, com o objetivo de compreender como literatura e pintura constroem representações

convergentes da realidade social brasileira. As análises realizadas evidenciam que tanto as obras pictóricas quanto o romance *A bagaceira* (1928), ultrapassam o caráter meramente descritivo ou pitoresco do espaço rural, assumindo uma postura crítica diante das desigualdades sociais, da miséria no campo e das condições de exploração do trabalhador, sobretudo nas regiões marcadas pela seca e pela precarização das relações de trabalho

A partir dos pressupostos teóricos dos estudos interartes, verificou-se que as relações entre literatura e pintura podem ser compreendidas por meio de equivalências homológicas, nas quais diferentes sistemas semióticos constroem sentidos convergentes a partir de procedimentos expressivos próprios. Nesse sentido, a análise comparativa entre texto verbal e imagem pictórica permitiu evidenciar que ambas as linguagens, embora operem por meios distintos, compartilham uma mesma intenção de representar criticamente a realidade social, enfatizando a condição de vulnerabilidade do homem rural e a persistência de estruturas sociais excludentes. As aproximações temáticas observadas entre as imagens literárias dos retirantes e dos trabalhadores dos engenhos e as composições pictóricas analisadas reforçam a compreensão do Regionalismo como uma estética de denúncia social que atravessa diferentes linguagens artísticas.

Portanto, o diálogo entre literatura e pintura no âmbito do Regionalismo brasileiro contribui para a ampliação da compreensão desse movimento como um fenômeno cultural mais amplo, que não se restringe ao campo literário, mas se manifesta também nas artes visuais como forma de construção de uma consciência crítica acerca da realidade nacional. A abordagem interartística adotada neste trabalho possibilitou evidenciar a relevância do Regionalismo de 30 para a formação de uma identidade cultural brasileira pautada na problematização das desigualdades sociais, na valorização das experiências do homem do campo e na denúncia das condições históricas de exclusão. Por fim, ressalta-se que os resultados alcançados abrem possibilidades para futuras pesquisas que ampliem o corpus de análise, incorporando outras obras literárias e artísticas do período, bem como outros suportes expressivos, de modo a aprofundar o entendimento das relações entre arte, sociedade e representação no contexto da cultura brasileira

REFERÊNCIAS

AMARAL, Aracy. **Textos do trópico de capricórnio**: artigos e ensaios (1980 – 2005). Vol. 1: Modernismo, arte moderna e o compromisso com o lugar. São Paulo: Ed. 34, 2006.

ALMEIDA Júnior, José Ferraz de. **Amolação Interrompida**. 1894. Óleo sobre tela, 200 × 140 cm. Pinacoteca do Estado de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/88251-amolacao-interrompida>. Acesso em: 5 fev. 2026.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**: Estudos de Teoria e História Literária. 10ª ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2008.

CLÜVER, Claus. Estudos interartes: conceitos, termos, objetivos. In: **Literatura e Sociedade**: revista de teoria literária e literatura comparada, 1997, nº. 2, p. 37 - 55.

CORTEZ, Clarice Zamonaro. Literatura e pintura. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana. (Orgs). **Teoria literária**: abordagens históricas e tendências contemporâneas. 2ª ed. Maringá: Eduem, 2005.

GONÇALVES, Agnaldo José. **Relações homológicas entre literatura e artes plásticas**. In *Literatura e sociedade 2*. Revista de Literatura Comparada. São Paulo: Bartira, 1997, p. 56-68.

PORTINARI, Cândido. **Retirantes**. 1944. Óleo sobre tela, 190 × 180 cm. Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand – MASP, São Paulo. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/83879-retirantes>. Acesso em: 5 fev. 2026.

Linguagem híbrida: como atrair o educando por meio de didáticas interativas em aulas de língua portuguesa

Wileane Silva Almeida Cunha²⁸
Ruth Ferreira da Silva²⁹
Carliane Miranda Carneiro Aguiar³⁰

INTRODUÇÃO

A linguagem híbrida é a combinação de elementos verbais e não verbais para uma comunicação eficaz e clara. A utilização dela se torna algo indispensável para a interação entre docentes e discentes, uma vez que a falta de compreensão e envolvimento da linguagem híbrida em sala de aula implicará em um dos elementos que ocasionarão desinteresse e defasagem na aprendizagem.

Para tanto, tomamos partido da seguinte questão problematizadora: Como a utilização da linguagem híbrida em aulas de Língua Portuguesa pode favorecer a interação entre professores e alunos e superar as limitações das metodologias tradicionais ainda predominantes no ensino médio? Em que para respondê-la, apresenta-se como objetivo geral do estudo, discutir a relevância do uso da linguagem híbrida, aliada às metodologias ativas que pode fa-

²⁸Graduanda em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa na Universidade Estadual do Maranhão – Campus Presidente Dutra.

²⁹Graduanda em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa na Universidade Estadual do Maranhão – Campus Presidente Dutra. Bolsista de iniciação científica – UEMA.

³⁰Mestra em Linguística pela Universidade Federal do Maranhão, membro do grupo de pesquisa GELP/CoLin-UFMA, professora substituta campus CESP/UEMA, professora efetiva SEDUC_MA. Email: carlianemca@gmail.com

vorecer o engajamento e a aprendizagem dos alunos do ensino médio nas aulas de Língua Portuguesa. Além disso, tendo como objetivos específicos: identificar a percepção dos alunos do ensino médio sobre as metodologias utilizadas nas aulas de Língua Portuguesa; analisar como o uso da linguagem híbrida pode contribuir para o aumento do interesse e da participação dos educandos nas aulas; sugerir práticas pedagógicas baseadas na linguagem híbrida e em metodologias ativas que tornem o ensino de Língua Portuguesa mais dinâmico e significativo.

Com a intenção de obtenção de respostas ao questionamento, fez-se necessário a aplicação de um questionário aos estudantes do ensino médio que foi realizado em 2023, e da reflexão teórica de diversos autores, entre eles Camargo e Daros (2018), especialistas em metodologias ativas, inovação pedagógica e autores da obra que usufruímos e sugerimos durante a pesquisa, são 13 métodos baseados no livro *A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo*.

O estudo justifica-se, então, por buscar compreender a relevância de tornar as aulas de Língua Portuguesa mais dinâmicas e interativas, superando o tradicionalismo ainda predominante, com a utilização da linguagem híbrida. Com o resultado, tornou-se essencial repensar as estratégias didáticas, adotando o uso da linguagem híbrida como meio de aproximar o ensino da realidade dos educandos.

Assim, para a consecução desta proposta, segmentamos o trabalho nas seguintes seções, depois desta introdução: na segunda seção, apresentamos a fundamentação teórica, a seguir, no terceiro capítulo, tecemos considerações sobre a metodologia utilizada. No quarto, trouxemos os resultados e discussões da pesquisa e por último, o leitor poderá encontrar as considerações finais, em que foi realizado um apanhado geral do que foi discutido ao longo do estudo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A intenção do professor ao ministrar o conteúdo, na maioria das situações, é fazer com que o discente tenha foco e atenção durante a ministração da aula, para isso, o docente deve levar em consideração elementos cruciais que se baseiam no que diz respeito ao intuito da rede educacional, como Costa (2012, p.07) afirma:



A escola é uma instituição social com objetivo explícito: o desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas e afetivas dos alunos, por meio da aprendizagem dos conteúdos (conhecimentos, habilidades, procedimentos, atitudes e valores) que, aliás, deve acontecer de maneira contextualizada desenvolvendo nos discentes a capacidade de tornarem-se cidadãos participativos na sociedade em que vivem. (COSTA, 2012, p.07)



A ação de atrair o aluno para adquirir os conhecimentos, habilidades, procedimentos, atitudes e valores, ou seja, capacitá-lo é dever do professor, que possui parte da responsabilidade de formar e moldar o cidadão para a sociedade. Para isso, é necessário que o docente elabore didáticas, dinâmicas e utilize de uma linguagem que facilita a comunicação com os estudantes, resultando no desenvolvimento e benefícios para o eles.



Os coordenadores por sua vez precisam assumir sua responsabilidade pela qualidade do ensino, atuando como formadores do corpo docente, promovendo momentos de trocas de experiências e reflexão sobre a prática pedagógica, o que trará bons resultados na resolução de problemas cotidianos, e ainda fortalece a qualidade de ensino, contribui para o resgate da autoestima do professor, pois o mesmo precisa se libertar de práticas não funcionais, e para isso a contribuição do coordenador será imprescindível, o que resultará no crescimento intelectual dos alunos. (COSTA, 2012, p.09)



Há alguns fatores que implicam nessa situação, os quais impedem o educador de usar da liberdade de inovar e modernizar sua didática para permitir que sua metodologia tenha a função desejada, tais como financeiro, e outros casos uma abertura com o perfil metodológico em que algumas instituições são regidas. Dessa forma, a gestão escolar deve adaptar-se e contribuir de forma democrática com o corpo docente, vislumbrando os melhores resultados para o alunado, funcionando de forma harmoniosa, congruente e contínua com o mesmo objetivo.

Assim, a utilização da linguagem híbrida em todos os ambientes sociais é indispensável, e dentro da sala de aula é essencial e necessária de todos os modos, tanto para aplicar o conteúdo, quanto para o desenvolvimento e interação dos estudantes. Logo, segundo Cótica e Seide (2013, p.94):



Neste contexto, considerar a natureza dialógica da linguagem é pertinente quando se pensa na elaboração do gesto didático do professor, pois este, no momento de fazer suas escolhas discursivas, deve ter em vista o seu público e o objetivo do processo educacional para a comunicação ocorrer de forma eficaz. Torna-se importante, ainda, para a melhor compreensão deste estudo, apontar as especificidades que diferenciam enfoques acerca da noção do gesto didático. (CÓTTICA & SEIDE, 2013,



Nesse panorama, afirma-se que a concepção do ensino é o interacionismo no ambiente educacional. O docente deve desenvolver seu gesto didático como aponta os autores, com o objetivo de melhorar a comunicação entre os alunos, logo uma relação harmoniosa entre ambos é benéfica, e o contrário ocasiona em inúmeros pontos negativos (exclusão, ausência de compreensão, conflitos na comunicação, etc.) principalmente para o alunado que recebe o conteúdo mediado pelo professor. Com isso, devemos levar em consideração a seguinte abordagem de Camargo e Daros (2018, p.38) “a interação positiva com seus professores é uma das principais fontes para gerar engajamento, aliadas ao desenvolvimento de atividades peda-

gógicas diferenciadas.”. Portanto, esses dois fatores são imprescindíveis para o desenvolvimento intelectual dos discentes.

Ademais, é indispensável que o educador compreenda o currículo escolar, conforme a ideia de Santos e Casali (2009, p.211):



O currículo não é um elemento neutro de transmissão do conhecimento social. Ele está imbricado em relações de poder e é expressão do equilíbrio de interesses e forças que atuam no sistema educativo em um dado momento, tendo em seu conteúdo e formas a opção historicamente configurada de um determinado meio cultural, social, político e econômico. (SANTOS & CASALI, p.211).



A partir dessa ideia podemos observar sua bagagem cultural, educativa e social, possibilitando a capacidade de interagir com uma linguagem de acordo com a realidade de seu público, principalmente na disciplina de língua portuguesa, na qual vários tabus e preconceitos são acentuados por conta das variações linguísticas apresentadas em sala de aula.

A adoção do ensino socio-interativo e discursivo rompe com o paradigma tradicional ao propor que uma aula de qualidade seja aquela em que há interações significativas em que os alunos são levados a participar de modo ativo e reflexivo. O educador juntamente da escola, a partir de componentes motivacionais, relacionais e didáticos, deve estabelecer um ambiente propício para que o aluno aprenda com qualidade e leveza, assim como, Camargo e Daros (2018, p.22) aponta que “criar condições de ter uma participação mais ativa dos alunos implica, absolutamente, a mudança da prática e o desenvolvimento de estratégias que garantam a organização de um aprendizado mais interativo e intimamente ligado com as situações reais.” A criação de um ambiente produtivo, participativo e harmonioso provém especialmente da linguagem e metodologias utilizadas dentro de sala de aula pelos profissionais da educação.

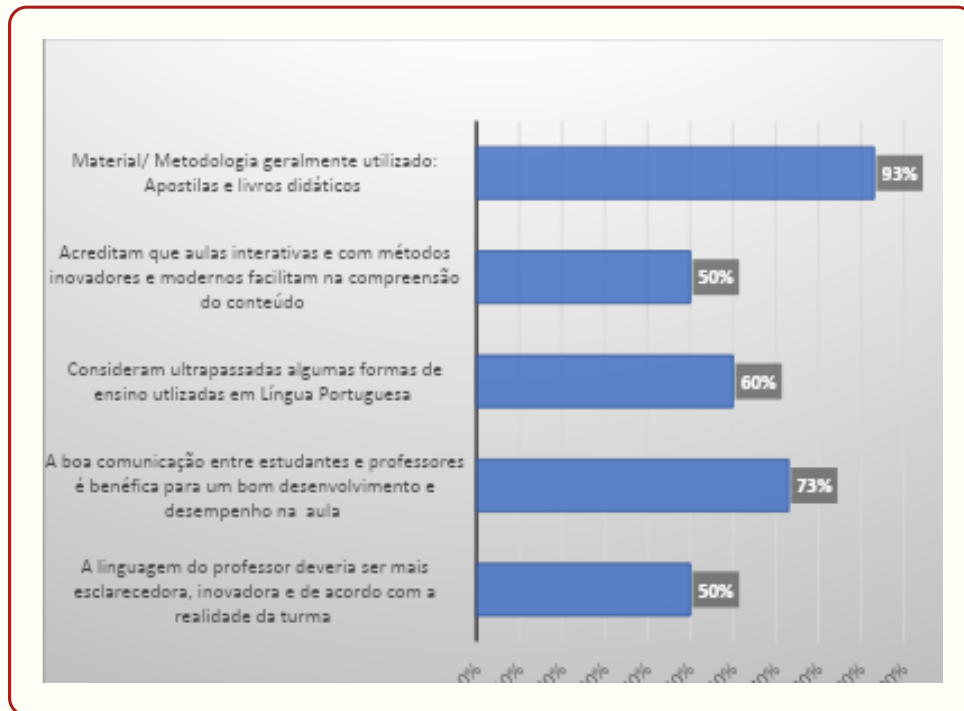
METODOLOGIA

A presente pesquisa é de caráter tanto qualitativo como quantitativo, ou seja, mista, através de um estudo analítico, ancorado em autores como Costa (2012), Cóttica e Seide (2013), Camargo e Daros (2018), Schelles (2008), dentre outros.

Para a constituição do corpus, foi realizada uma pesquisa de campo em 2023, com 30 alunos do turno matutino da escola Centro de Ensino Padre Anchieta (CEPA) - Presidente Dutra - MA, na faixa etária entre 14 e 17 anos, das seguintes turmas, 1º ano “101”, 2º ano “201” e 3º ano “302”. Assim, houve a aplicação de um questionário com cinco questões, o qual foi fonte e respaldo para a construção das análises e obtenção dos resultados, em que as respostas demonstraram a percepção dos educandos sobre metodologias ativas, métodos tradicionais e a relação entre professor e aluno.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados trouxeram elementos importantes sobre o aprendizado dos discentes. Foi identificada a prática de métodos tradicionais que ainda perduram nas aulas de língua portuguesa. A renovação de alguns métodos faz-se necessária, então, selecionamos o uso da linguagem híbrida como estratégia para promover a participação dos estudantes nas aulas de Língua Portuguesa, considerando os desafios e as possibilidades dessa prática no ambiente escolar contemporâneo. Além disso, concomitante ao pensamento de Schelles (2008) que discorre sobre a comunicação que envolve tanto a linguagem verbal quanto a não verbal, que devem estar em harmonia para garantir uma troca clara e coerente, logo a linguagem mista se torna indispensável ao processo de ensino e aprendizagem.



Fonte: *Elaboração das pesquisadoras.*

O resultado aponta que 93% dos alunos responderam que os materiais utilizados em aulas normalmente são apostilas e o livro didático, o que podemos observar que não há diversificação de métodos didáticos, o que ainda predomina o tradicionalismo. Ademais, 50% acreditam que aulas interativas e com metodologias ativas promove a compreensão do assunto abordado em sala, acompanhado a um percentual de 60% que consideram ultrapassadas algumas formas de ensino que são utilizadas ainda nas aulas de língua portuguesa. Logo, pode-se observar o interesse pela maioria dos discentes entrevistados em práticas pedagógicas mais dinâmicas e interativas, que fogem do tradicionalismo.

Assim, 73% acreditam que a boa interação entre discentes e mestres é benéfica para um melhor desenvolvimento nas aulas, reafirmando o que Camargo e Daros (2018, p.38) abordaram “a interação positiva com seus professores é uma das principais fontes para gerar engajamento, aliadas ao desenvolvimento de atividades pedagógicas diferenciadas.” Nessa perspectiva, o diálogo entre alunos e docentes é imprescindível para a participação e de-

sempenho dos educandos somado à diversificação das atividades didáticas. E por último, 50% acreditam que a linguagem do professor deveria ser mais clara e inovadora, conforme a realidade da turma, concomitante ao que Costa (2012) afirmou ao dizer que a aprendizagem dos conteúdos deve acontecer de maneira contextualizada que forme cidadãos participativos na sociedade em que vivem. Portanto, podemos observar que os resultados apresentaram evidências do anseio dos estudantes por práticas mais ativas e interativas, que saem do habitual, confirmando a necessidade de se repensar o uso dos métodos tradicionais.

A partir do estudo dos resultados foi constatado que o processo didático não contempla as expectativas buscadas. Durante o processo de avaliação do questionário pode-se identificar a inflexibilidade dos métodos de comunicação e ensino dos professores para com os estudantes. Portanto, segundo Biziak (2017, p.200):



Híbrido significa misturado, mesclado, blended. Há muito tempo, a educação vem requerendo modificações significativas, certamente com metodologias, atividades e espaços mesclados para ensinar e aprender de diversas formas. A educação é terreno promissor para o hibridismo, pois nela é possível integrar áreas, conhecimentos, recursos e finalidades para um formato personalizado e fluído de aprendizagem.” (BIZIAK, 2017, p. 200)



O processo de ensino deve desempenhar o uso de uma linguagem híbrida, como um meio de implementar diferentes métodos de aplicação do conteúdo, gerando uma forma inclusiva de ensino, que possibilita a familiarização e progresso do aluno com a didática exercida. Partindo desse pressuposto, é necessária uma busca por meios de execução que sejam mais eficazes, para o aprendizado e compressão dos conteúdos abordados. Pois, a percepção do educando é de suma importância para a elaboração de uma estratégia de ensino que atenda às necessidades pedagógicas presentes em sala de aula.

Dessa forma, como sugestão de métodos ativos utilizamos 13 estratégias didáticas que foram baseadas no livro *A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo* (2018) de Fausto Camargo e Thuinie Daros como:

1. A análise de todos os fatores ou ideias (ATF/I) incentiva os alunos a pensarem sobre os fatores ou ideias relevantes acerca de um tema, problema ou assunto. Isso porque a estratégia oportuniza aos alunos discutirem, debaterem e considerarem a importância de cada fator ou ideia na tomada de decisão em questão. (p.41)

2. Os aplicativos são programas de computador concebidos para processar dados eletronicamente. Têm como intuito facilitar e reduzir o tempo de execução de uma tarefa pelo usuário, bem como proporcionar o acesso aos novos conhecimentos de forma diferenciada. (p.46)

3. A estratégia construindo um muro permite que os alunos considerem quais pontos são mais relevantes na construção de uma questão ou na resolução de um problema. Os alunos devem priorizar ideias e informações, bem como discutir e justificar suas escolhas acerca do problema/questão. (p.61)

4. Debater é uma atitude fundamental no processo de escolarização. No entanto, é preciso ensinar os alunos a fazerem isso de forma adequada, caso contrário, pode-se tornar um momento apenas de apresentação de “achismos” infundados. Para participar de um debate, os estudantes devem ter o preparo dos argumentos, de maneira lógica e racional, na defesa do posicionamento. Também devem estar abertos aos diversos pontos de vista e, por isso, a estratégia **debate inteligente** visa garantir a qualidade na defesa e na construção das argumentações dos estudantes. (p.70)

5. A estratégia perspectivas de um texto proporciona aos alunos o enriquecimento de sua visão pessoal, complementando-a com o olhar de outros alunos. Essa técnica permite aos alunos compreenderem o texto por meio de várias visões ou perspectivas diferentes. Duas, três ou quatro pessoas podem ler o mesmo texto e sair com diferentes interpretações ou entendimento. Porém, todas as compreensões são válidas, pois traduzem o significado do texto. Trata-se de uma atividade colaborativa. (p.80.)

6. A estratégia disputa argumentativa com “flashcard”s consiste na realização de um debate argumentativo, em formato de auditório, em que a plateia, constituída pelos alunos, decide ou opta pela solução do problema ou pelo produto. (p.82)

7. No intercâmbio com o autor, procuram-se estabelecer diálogos entre o autor e o leitor de um texto, de modo que a compreensão da leitura realizada pelo aluno se expanda. A leitura é, em muitos aspectos, uma conversa com outra pessoa, ou ainda, entre o autor e o leitor. Um texto pode informar, esclarecer ou até mesmo influenciar. Os alunos são desafiados a discutir com o autor ou a discordar dele. Portanto, estabelece-se intercâmbio entre o autor e o leitor (aluno) e, por meio do registro do que se entende, possibilita-se aos alunos a reunião de pensamentos e ideias acerca do texto, e também que ele chegue a suas próprias conclusões ou considerações sobre o texto ou assunto tratado pelo autor. (p.91)

8. Os jogos pedagógicos verdadeiro ou falso, ou discussão, revelam sua importância, pois promovem situações de ensino aprendizagem de forma lúdica e prazerosa, desenvolvendo ação ativa e motivadora. Jogando, o sujeito se depara com o desejo de vencer, o que pode provocar uma sensação agradável, pois as competições e os desafios são situações que, por trabalhar com os impulsos, geram maior engajamento dos alunos nas atividades. É impor-

tante destacar que o uso dos jogos pedagógicos possa ser visto como instrumento de apoio, que combina elementos verbais e não verbais, ou seja, a linguagem híbrida, constituindo elemento útil na prática de conteúdos de qualquer área do conhecimento. (p.95)

9. O mapeamento de causas ajuda os alunos a pensarem nas causas diretas e indiretas de um evento ou ação sobre determinada questão ou problema. Nesta estratégia, os alunos devem mapear as causas de modo visual. (p.101)

10. Os mapas mentais procuram representar, com o máximo de detalhes possível, a relação conceitual existente entre informações que normalmente estão fragmentadas, difusas e pulverizadas em textos curtos ou longos e além de utilizar imagens na sua constituição, o que ajuda os estudantes na memorização de conteúdos, essa forma de linguagem híbrida. E mais do que isso, são uma forma de registrar – de forma inteligente e que permita revisões ultrarrápidas – os assuntos compreendidos em forma de resumos que sintetizam o entendimento das matérias. (p.105)

11. Passa ou repassa acadêmico é uma estratégia inspirada em um programa de auditório brasileiro, do tipo game show, estreado em 1987 no SBT, sob o comando de Silvio Santos. Após a definição da equipe iniciante, deveriam começar as questões. Se a equipe que iniciasse jogando não soubesse responder, poderia “passar” a pergunta para a dupla adversária; se esta também não soubesse, “repassava” a pergunta; se ninguém soubesse responder, um dos times teria que “pagar”, participando de provas físicas, malucas, que valiam pontos no placar. (p.113)

12. O quebra-cabeça é uma estratégia interessante para se trabalhar com textos mais complexos e conceituais. Pode-se dividir o conteúdo em partes menores, uma para cada membro da equipe. O professor oferecerá a informação parcial ao estudante e solicitará que ele seja responsável pela explicação de sua parte do conteúdo. Os estudantes têm a função

de dominar a informação ou resolver o problema com a informação que eles receberam e, para isso, deverão trabalhar juntos com os outros colegas que têm a mesma informação, imitando a ideia de um quebra-cabeça. (p.130)

13. “Storytelling”/Contar de histórias é algo que sempre fez parte da vida das pessoas. As pessoas contam histórias no ambiente escolar, com os amigos, familiares e em diferentes fases da vida humana (quando criança, jovem, adulto ou mais velho). Nesta atividade, procura-se tornar um conceito abstrato mais pessoal e humano, ampliando a capacidade de estabelecer empatia com os ouvintes da história, buscando sua compreensão e visão acerca do problema, evento ou situação, para buscar as causas e a resolução. (p.136).

Esses métodos têm como resultado: a integralidade e compreensão abrangente da sala de aula como um todo, além de que tais estratégias utilizam da linguagem híbrida para diversificar a aprendizagem, como afirmam Camargo e Daros (2018, p.12):



O grande desafio deste momento histórico é a prática de metodologias que possibilitem uma práxis pedagógica capaz de alcançar a formação do sujeito criativo, crítico, reflexivo, colaborativo, capaz de trabalhar em grupo e resolver problemas reais. As metodologias ativas de aprendizagem desenvolvem-se nesse contexto, como alternativa necessária a essa finalidade. (CAMARGO, Fausto; Daros, Thiunie. 2018, p. 12)



Portanto, tais didáticas interativas são sugestões para um melhor desenvolvimento dos alunos, que podem ser utilizadas e adaptadas por diversos professores, com o intuito de tornar o discente um sujeito crítico, consciente, reflexivo, capaz de contribuir para a sociedade de maneira eficaz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como intuito sugerir métodos ativos capazes de despertar maior participação dos alunos nas aulas de Língua Portuguesa, por meio da linguagem híbrida. Os resultados evidenciaram o interesse dos estudantes por práticas mais dinâmicas e interativas, confirmando a necessidade de renovação das metodologias tradicionais. As 13 estratégias didáticas sugeridas podem contribuir para a atuação de professores e futuros educadores, oferecendo caminhos para tornar o processo de ensino e aprendizagem mais significativos.

Portanto, este estudo abre espaço para novas investigações sobre a eficácia da linguagem híbrida em diferentes contextos escolares e disciplinas, ampliando o debate sobre inovação pedagógica. Afinal, tornar o aluno um sujeito autônomo, crítico, protagonista e capaz de resolver problemas do cotidiano se torna imprescindível na construção do conhecimento e da cidadania dele. E para isso o aprender deve acontecer de forma significativa.

REFERÊNCIAS

BIZIAK, Jacob S.; STOCKMANN, Jussara I.; CONCEIÇÃO, Kátia C.S.S. *Linguagens Híbridas na prática docente*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2017.

CAMARGO, Fausto; DAROS, Thuinie. *A sala de aula inovadora-estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo*. Penso Editora, 2018.

CÓTTICA, Angela M.; SEIDE, Márcia S. *Análise da interação professor-aluno em aulas tradicionais de Língua Portuguesa*. Minas Gerais: Revista Trama, v. 9, n. 18, p. 75-92, 2013.

COSTA, Vera Lúcia Pereira. *Função social da escola*. Brasília: Revista em Aberto, n. 44, 2012

SCHELLES, Suraia. *A importância da linguagem não-verbal nas relações de liderança nas organizações*. Rio de Janeiro: Revista Esfera, v. 1, n. 1, p. 1-8, 2008.



INTRODUÇÃO

A presença de crianças e adolescentes, menores de dezesseis anos, em cenas de novelas, em programas de televisão, peças teatrais, desfiles de moda, musicais e outras modalidades da comunicação pública é cada vez mais frequente. Estas atividades de interpretação de obras culturais de divertimento público realizadas por crianças e adolescentes é chamada de trabalho artístico infantil por Cavalcante (2012), as quais são realizadas mediante remuneração e contratação de terceiros.

Impulsionados pelo anseio de aparecer na televisão, dar entrevistas, ser conhecido nacionalmente, os jovens empreendem grande parte do seu tempo em cursos e testes que lhes possibilitem ingressar no mundo artístico. O caminho é árduo e exige grandes empenhos e sacrifícios para os menores e os familiares que os acompanham devido às constantes viagens, gastos com o visual e renúncia do convívio social e familiar para dedicar-se à atividade artística.

³¹ Graduado em Direito pela Faculdade do Vale do Itapecuru (2014). Pós Graduado em Direito do Trabalho pela Estácio. Pós Graduado em Direito Público pela FEAD. Atualmente é Professor Substituto na UEMA Campus Presidente Dutra, 1º secretário da comissão de jovens advogados - Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção de Caxias-MA, profissional liberal - Greiki Advocacia e consultoria; Profissional de Suporte Técnico - SENAI - Departamento Regional do Maranhão; Conciliador/Mediador no 1º CE-JUSC Caxias-MA.

Em decorrência das obrigações, do esmero empregado nos trabalhos e da continuidade dos contratos artísticos que ultrapassam a mera prestação de serviços eventual, percebe-se que seu trabalho chega muito próximo do conceito de emprego não fosse a ausência de capacidade civil do menor em firmar um contrato de emprego nos moldes da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

O estudo possui uma vertente sócio jurídica ao tempo que analisa fatores sociais do trabalho infantil bem como os aspectos jurídicos que permeiam a matéria, tanto no que diz respeito às previsões legais que autorizam a atividade artística, quanto os limites da atuação desses menores em apresentações culturais remuneradas, ao tempo que se debruça sobre as motivações e quadro atual destas atividades na sociedade brasileira.

Para Cardin (2014) a falta de regulamentação específica da matéria e o desconhecimento público dos efeitos nocivos do trabalho artístico infantil, faz-se necessário ponderar se os direitos do artista são respeitados e avaliar a repercussão dessas atividades na vida dos meninos e meninas famosos. Pelo que apurou-se as empresas não possuem estrutura física e de pessoal adequados para lidar com os infantes, fatores que põem em risco sua saúde física, social e emocional.

O problema levantado em discussão faz largos contatos entre o conhecimento científico e a realidade vivida por muitas crianças brasileiras a partir de levantamento bibliográfico. Para Gil (2017, p. 31) a pesquisa bibliográfica “permite ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

O estudo baseou-se em pesquisas bibliográficas a partir de autores consagrados, tais como Cavalcante (2012), Chiesa e Cruz (2002), Cosme (2014), Ferreira (201), Ferst (2011), Guarieto (2014), Lacombe (2011), Neves (1999) e Veronese (2013).

DESENVOLVIMENTO

1 Aspectos genéricos do Trabalho Infantil

A Constituição Federal brasileira apesar de expressamente fazer menção aos termos criança, adolescente e jovem não traz qualquer especificação do seu significado, ficando sua interpretação por conta da análise sistemática do texto normativo e demais normas de direito público interno e externo, tais como Convenções Internacionais ratificadas pelo Brasil e do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, considera criança “a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (BRASIL, 1990, p. 1). Observa-se uma melhor divisão das fases da vida pautada segundo o desenvolvimento psicológico dos indivíduos em que a fase de criança seria o primeiro momento da vida em que se aprende a falar, conviver em família e em sociedade, e no segundo estágio onde inicia a transição para a vida adulta com o desenvolvimento do corpo, maturação dos sentimentos, formação da personalidade, entre outros.

Saraiva (2018, p. 69) ensina que “relação de trabalho corresponde a qualquer vínculo jurídico por meio do qual uma pessoa natural executa obra ou serviços para outrem, mediante o pagamento de uma contraprestação”. Em sentido genérico, indivíduos podem realizar atividades de trabalho, bastando tão somente a cessão de força de trabalho remunerada em favor de outrem.

Por conseguinte, trabalho infantil refere-se a toda prestação de serviços realizada por crianças e adolescentes, ou seja, por pessoas que ainda não tenham alcançado a plena capacidade para praticar os atos da vida civil. A idade mínima para exercício do trabalho de jovens menores de dezoito anos teve imensa variação ao longo do tempo e até hoje possui certa diferenciação a depender da legislação pátria que se analise, conforme se passa a analisar.

A CLT contém um capítulo próprio para tratar da proteção do trabalho do menor, qual seja o Capítulo IV, Título III, compreendendo os artigos 402 a 441. O artigo 403 ressalta que ainda que seja autorizado o trabalho para maiores de dezesseis anos, o emprego não poderá impedir ou prejudicar a frequência à escola, havendo inclusive normas e sentenças coletivas garantindo justificção de faltas ao trabalho em dias de provas escolares (SILVA, 2003, p. 207).

2 Profissão Do Artista Infantil: reflexões e realidades

O artigo 2º, inciso I da Lei nº 6.533/1978 conceitua a profissão de artista como aquele que “cria, interpreta ou executa obra de caráter cultural de qualquer natureza, para efeito de exibição ou divulgação pública, através de meios de comunicação em massa ou em locais onde se realizam espetáculos de diversão pública”. Referida lei normatiza em pormenores o trabalho artístico adulto não tratando em nenhum ponto sobre a exibição artística por crianças ou adolescentes.

Nesta esteira, entende-se por trabalho artístico infantil aquelas atividades remuneradas realizadas por crianças e adolescentes que não possuam idade para o trabalho formal, que no Brasil compreende os menores de 16 anos, tendo em conta que não existe Aprendizagem para trabalho artístico. Cavalcante (2012, p. 47) afirma que trabalho infantil artístico ocorre “quando o desempenho da criança ou do adolescente será explorado comercialmente por terceiros”.

A aludida autora relata que a vida deslumbrante e luxuosa continuamente apresentada em revistas populares e na mídia televisiva de atores, jogadores, cantores encanta as crianças e as levam a compreender tal vida como melhor ideal de futuro bem-sucedido que lhes possa ocorrer. O sonho de ser famoso encanta a pais e filhos, levando-os a grandes investimentos de tempo e dinheiro para participação em testes e realização de ensaios fotográficos, porta para a vida de *glamour*.

Cavalcante (2012, p. 48) destaca que o trabalho infantil artístico é mais comum entre as classes mais abastardas. Além desse tipo de trabalho ser mais rentável que o trabalho infantil comum, as atividades artísticas remuneradas é influenciada também pela vaidade dos pais sob a ideia que dar-se bem na vida é ter fama e *glamour*.

Ainda que a participação do menor em eventos de desfiles, campanha publicitária ou outros congêneres ocorra a troco de roupas ou da exposição da imagem da criança para divulgação do seu profissionalismo, ainda assim estará caracterizado o trabalho artístico. A finalidade de obtenção de lucro pode não ser do artista, mas daquele que usa da imagem alheia para obter renda (CAVALCANTE, 2013, p. 141).

No entanto, faz-se a ressalva de que as atividades realizadas com fim pedagógico desprovido de finalidade financeira, ainda que sejam consideradas como apresentações artísticas, não se caracterizam como trabalho infantil. Desse modo ainda “que seja uma apresentação envolvendo crianças e transmitida pela televisão, se a finalidade imediata é pedagógica e não comercial, então não se pode falar em trabalho artístico” (CAVALCANTE, 2012, p. 46).

Em sua Dissertação de mestrado, em que entrevistou, trabalhou e avaliou as atividades de artistas mirins, a psicóloga Lacombe (2011, p. 23) constatou que maioria das empresas de produção artística não possui estrutura física e de capacitação de seu pessoal para lidar com crianças e adolescentes. O trabalho com crianças e adolescentes requer o respeito tanto a limitações normativas, físicos, emocionais e familiares do jovem trabalhador.

As particularidades do Trabalho artístico infantil iniciam com a percepção própria do estágio de desenvolvimento do artista-trabalhador, que não possui maturidade para responder por seus atos, que não possui consciência daquilo que o cerca. Em suma, a participação de crianças e adolescentes inspira cuidado, proteção, educação, promoção da aprendizagem (LACOMBE, 2011, p. 23).

Cada fase do desenvolvimento humano pressupõe a inserção de atividades físicas e lúdicas apropriadas à faixa etária de modo que qualquer experiência vivida fora de época pode acarretar em problemas na vida adulta do indivíduo. Para ilustrar, o contato com atividade sexual na infância incorre em consequências e distúrbios de ordem sexual levadas para a vida inteira.



O estudo dos aspectos organizacionais deste segmento evidenciou que a participação infanto-juvenil tem natureza de trabalho, que inexistem cuidados especiais para adaptar o processo produtivo às necessidades do artista mirim e que as relações estabelecidas em ambiente de pressão, competição e vaidade. As mães acompanhantes percebem a existência de riscos dessa participação. A lei com frequência é desrespeitada, seja devido à falta de alvarás judiciais, seja devido à impossibilidade dos acompanhantes permanecerem junto ao artista mirim durante a realização dos testes, gravações e apresentações. (CAVALCANTE, 2012, p. 6)



O artista se diferencia dos demais tipos de atividades em virtude das habilidades especiais para lidar com apresentação em público, visto que a qualificação de bom profissional não segue uma linha objetiva comum, de modo que profissionais de características semelhantes tenham diferentes níveis de aceitação e de sucesso profissional. Além do carisma e boa performance na categoria de trabalho (apresentação de programas, atuação, dança, música) o artista lida com a subjetividade próprias das artes que lhes sujeitam ao fracasso.

Além disso, o trabalho artístico possui carga-horária e rotina de trabalho peculiares em relação às demais profissões. A carga-horária diária e semanal de trabalho varia ainda em conformidade com o tipo de trabalho desenvolvido, se novela, peça teatral, programa de televisão, desfiles de moda etc., que implica na quantidade apresentações, ensaios, permanência no ambiente de trabalho e outras nuances que envolvem as respectivas atividades.

O preparo para gravações televisivas e para ensaios fotográficos são feitos no próprio estúdio sendo antecedidos por longas horas com maquiagem e cabeleireiro. Não raro a rotina do artista envolve treino em academia para que o corpo do artista esteja no padrão solicitado por seu próximo ou atual trabalho, sobretudo aqueles que envolvem a incorporação de personagens específicos.

O cotidiano requer também prova de figurinos, horas de treinos individuais, outras tantas em ensaios coletivos, tempo para decorar textos, e por fim tempo para a apresentação propriamente dita.

Importante mencionar que a vida do artista é quase completamente voltada ao seu trabalho, haja vista que o profissional deve adaptar suas rotinas e hábitos para o tipo de trabalho que está envolvido. Os atores, por exemplo, constantemente alteram seus cortes de cabelo e sofrem alteração de peso pra incorporar personagens, sendo que tudo isso é ditado pelos produtores.



Assim é possível concluir que a memorização de textos e/ou coreografias, bem como a inserção da sua participação individual na obra artística conjunta caracterizam o trabalho do artista como de densa atividade mental. Porém, grande parte da sociedade, de todas as classes sociais e níveis de escolaridade, avaliam preconceituosamente a atividade artística como um não-trabalho, um lazer, uma diversão. Sem dúvida, quem está no momento de lazer é o público, e se o espetáculo for bom ou a publicidade bem feita, ficará encantado com o talento dos artistas envolvidos. Talvez isso explique a dificuldade, neste contexto, do público imaginar todo o esforço e trabalho despendido para que o show aconteça. (CAVALCANTE, 2012, p. 60).



Dado o caráter de entretenimento, por vezes há a percepção de que o trabalho artístico consiste em fazer o que se gosta, num contexto de que há reunião do lazer e trabalho para o artista, sendo por isso, algo normal para a participação de crianças em trabalhos de interpretação e congêneres.

Segundo Lacombe (2011), tal compreensão é completamente dissociada da realidade, basta ver que as atividades de lazer/jogos estão no campo imaginário, possuem regras maleáveis, estão no controle do participante, o envolvimento é voluntário, o objetivo é comparar-se a outros menores, possui papel de afirmação do eu e de distração, propicia o desenvolvimento da personalidade infantil, tem função pedagógica e permite a espontaneidade.

Ao revés, o trabalho artístico está no campo real, possui regras instituídas pelo produtor, o poder decisório está nas mãos do adulto, tem por objetivo o lucro, participação obrigatória em todas as atividades do trabalho, desenvolve a personalidade adulta profissional e responsável precocemente, impõe a obtenção de resultados.

De acordo com Lacombe (2011), o ambiente de comunicação pública de aplausos revela o lado difícil da profissão, qual seja a busca constante de agradar ao público, que refletirá sem dúvida na expectativa por novas oportunidades. A pressão exercida sofrida por esses profissionais podem acarretar em problemas psicológicos capazes paralisar de vez sua carreira profissional e afetar negativamente sua vida pessoal.

Há de se destacar que a competição, perfeccionismo, dedicação e disciplina são características intrínsecas da profissão de artista, existentes tanto em meio da imensa concorrência por uma vaga publicitária, quanto dentro dos próprios núcleos de trabalho, no objetivo de obtenção de maior ênfase artística dentro do grupo.

Quanto às especificidades legais da regulação da participação de crianças e adolescentes em atividades artísticas há de mencionar a inexistência de legislação específica aplicável a menores, mesmo a Lei Nº 6533/1978 que regula a atividade de artistas faz qualquer menção ao artista mirim. A omissão legislativa é sanada através da aplicação conjunta da Constituição Federal, ECA e CLT que orientam a participação e restrições de menores em espetáculos.

Como já mencionado, menores de dezesseis não podem realizar atividades de trabalho à exceção da participação em programas de Aprendizagem a partir dos quatorze anos. Há ainda uma segunda exceção para o trabalho de menores relacionada ao trabalho artístico, a qual não há qualquer restrição a idade mas tão somente à autorização judicial prévia.

O artigo 406 da CLT, frise-se exarada no ano de 1943, determina que cabe ao Juiz da Infância e da Juventude autorizar em caráter extraordinário a participação de crianças em representações artísticas com fins educativos e que não seja prejudicial à sua formação moral. Neste sentido, o artigo 149 do ECA limita-se a condicionar a participação de crianças em espetáculos, ensaios e certames de beleza mediante alvará concedido judicialmente (BRASIL, 1990, p. 51).

A partir de 2004 discute-se se os alvarás judiciais para artistas mirins devam ser concedidos pelos juízes trabalhistas, isso em decorrência do advento da emenda constitucional N° 45/2004 que elevou a competência material da Justiça do Trabalho, alterando o artigo 114, I da Constituição Federal estabelecendo que todas “as ações (em sentido amplo e não mais estrito) oriundas da relação de trabalho” devam ser submetidas a apreciação da Justiça do Trabalho.

O TST e seus ministros tem amplamente avocado a si a competência para autorização do trabalho artístico infantil sob o entendimento de que os juízes do trabalho estejam mais afetos e preparados para analisar e julgar as nuances trabalhistas do que os juízes da infância, acreditando-se também que o envolvimento de menores não sobrepõe o caráter laboral que possuem os contratos artísticos.

Em depoimento concedido a PROMENINO, a ministra do TST Kátia Arruda em matéria que discute a competência para autorização da participação de crianças em eventos artísticos a ministra do TST Kátia Arruda afirma:



Há uma demanda do alvará para legalizar aquela prestação de serviço, para formalizar isso. A competência para analisar todas as questões que orbitam em torno da relação de trabalho é da Justiça do Trabalho. (PROMENINO, 2013, p. 01)



A tese também é defendida pela ex-diretora de cidadania e direitos humanos da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Sandra Bertelli, justifica que a existência de contrato formal para a atividade artística pressupõe antes de tudo a existência de contrato de trabalho.



O juiz do trabalho é quem vai analisar as consequências desse trabalho. Eles [os juízes] estão muito mais afeitos à discussão e aos problemas que podem vir decorrentes dessas autorizações. (PROMENINO, 2013, p. 01)



No ensino de Marques (2013, p. 207), qualquer que seja a autoridade responsável, a permissão do trabalho artístico infantil deve ser concedida sob a ótica da cláusula da Proteção Integral, da Prioridade Absoluta e dos princípios constitucionais visando a adaptação das atividades laborais à condição de desenvolvimento da criança e do adolescente.

3 Repercussões do TAI à saúde biopsicossocial dos infantes

O trabalho artístico infantil tem forte impacto sobre a vida sobre a vida dos meninos e meninas inseridos nessa classe, como efeitos positivos podem ser citados o aumento da autoestima, adquire novas habilidades, aumenta seu nível cultura, aprende a lidar com o público. Por outro lado, há também a ocorrência de efeitos danosos cuja extensão variam de acordo com a idade da criança e da periodicidade participativa na atividade artística.

Cavalcante (2012, p. 62) lembra que embora a atividade artística possa aprimorar os talentos natos e aprendidos, os menores quase sempre sofreram pressão, estresse e fadiga similar a outros trabalhos. Neste sentido, existe grande dificuldade de se estabelecer o adequado equilíbrio entre a participação de jovens no mundo da fama e seu desenvolvimento físico-psicológico sem que isso lhe importe em consequências negativas.

Após ter experiências como psicóloga convidada a trabalhar em programas de televisão que envolvia a participação de crianças, Lacombe (2011), constatou que as equipes de produção da emissora televisiva exigiam dos menores os mesmos resultados e realizavam igual jornada que os adultos. Com os dados do estudo, analisou as duas vertentes do trabalhador artista mirim, o primeiro relativo ao sujeito como audiência, o segundo como trabalhador/profissional da arte.



Um primeiro diagnóstico aparentemente superficial da situação encontrada apontava para um quadro de “estresse infantil”. Os tais “comportamentos indesejados” pareceram, a despeito de outros fatores que requeriam maior aprofundamento de observação, uma mera reação a um cronograma pesado de trabalho. A partir desse diagnóstico, medidas foram tomadas no sentido de diminuir a carga horária de trabalho das crianças, ainda que isso significasse um atraso em já tão apertado cronograma de produção (LACOMBE, 2011, p. 13).



As observações foram feitas a partir de dois programas de televisão. Um deles apresentado semanalmente cujos ensaios eram realizados às sextas-feiras e devido algumas crianças residirem em outros estados as gravações ocorriam aos sábados tendo duração média de oito a dez horas. O outro era apresentado diariamente de segunda a sábado, sendo gravado após o horário de escola dos artistas mirins, numa jornada habitual de seis horas.

A partir de trechos de conversas com artistas mirins, Lacombe (2011, p. 97) explica que:



(...) a dimensão do quanto a exposição na mídia, para além do glamour, afeta a vida e a identidade das crianças nas suas relações com seus pares. O sucesso e a fama podem ser vistos em nossos tempos como uma possibilidade de o sujeito se sobressair na homogeneização e massificação características da sociedade de consumo, mas podem ser, também, causa de isolamento, exatamente por colocar o sujeito em um lugar diferenciado socialmente.



A partir de pesquisa sobre as atividades de modelo/manequim realizadas por crianças Curitiba-PR, Furlan (2009) evidenciou que por praxe do mercado *fashion* os modelos ficam disponíveis no set de filmagem/fotografia por até 10 horas consecutivas. Cavalcante (2013, p. 141) comenta que visando alcançar resultados satisfatórios, as crianças passam longas horas em decoração de textos, ensaios e gravações, empenho que exige profissionalismo em desfavor do tempo que seria livre para lazer e descanso.



Uma vez nos bastidores, essa infância experimenta estar inserida num universo de preocupações e pressões caracteristicamente adultas que precisam, por isso, do encontro com adultos que lhe reconheçam a especificidade de “ser criança” para ser respeitada e compreendida em sua diferença (ainda que haja proximidade, há diferenças). Nesse caso, essa especificidade aparece no confronto de demandas: o que se espera da criança e o que ela deseja e necessita. Num ambiente adulto de trabalho, o comportamento tipicamente infantil, muitas vezes, aparece como o desvio. (LACOMBE, 2011, p. 90)



Nem sempre os ambientes de trabalho são preparados ou adequados para a presença de crianças, seres mais suscetíveis a acidentes de trabalho e outras mazelas de ordem psicológica, motivos que justificam cuidados específicos e diferenciados.



Em nenhuma destas ocasiões, houve um tratamento diferente para crianças e adolescentes, todos se submetiam aos mesmos horários e condições de trabalho. Inclusive, dividiam os camarins com os adultos. Na conversa com os entrevistados, apareceram relatos de produções mais cuidadosas, como o diretor de um musical que preparou as crianças com uma conversa sincera quando se aproximava o fim da temporada. Mas quase todos indicavam um meio de muita cobrança, vaidade, competição e insegurança, ou seja, um ambiente absolutamente inapropriado para seres em formação e desenvolvimento biopsicossocial. (CAVALCANTE, 2013, p. 01)



Outros efeitos sobre a saúde biopsicossocial dos artistas mirins relatados por Cavalcante (2012, p. 45) são: baixa da autoestima, elevação da autocrítica, piora na alimentação, distúrbios no sono, ansiedade, impossibilidade de frequentar compromissos familiares e escolares, prejuízo no rendimento escolar, prejuízo nas relações de amizade, quedas, problemas musculares, estresse, problemas com autoestima, abusos, cansaço. Estas consequências negativas são mais comuns no meio publicitário do que nas produções teatrais e televisivas.



Encantadas com oportunidade conquistada num mundo de concorrência e glamour, as famílias relevam os riscos e se submetem aos comandos da produção sem questionamentos. A ignorância dos seus direitos e domo cobrá-los torna esses pais e crianças cordeirinhos sob o comando dos empresários. Sequer informações eram conhecidas pelas mães entrevistadas, como o conteúdo do alvará judicial que provavelmente contém limitações à jornada de trabalho do filho artista. (CAVALCANTE, 2012, p. 134)



Mediante a realização de entrevistas para sua dissertação de mestrado, Cavalcante (2012, p. 158) constatou que segundo as mães os aspectos negativos advindos do trabalho artístico infantil para seus filhos são: aumento da autocrítica, baixa da autoestima, distúrbios alimentares, ser motivo de gozação, falta de ar devido à competição, não querer se dedicar ao colégio, *bullying* quando os colegas souberam que dançava.

Na mesma situação os artistas mirins destacaram como fatores negativos de seu trabalho a impossibilidade de ir a um lugar/festa/passeio (por gravação, espetáculo ou teste), dificuldade de convivência com a família devido seu tempo ser dividido entre compromissos profissionais e escolares, problemas na relação com os amigos por falta de tempo e em virtude da fama (CAVALCANTE, 2012, p. 159).



Devido à falta de regulamentação da matéria e pelo fato de a sociedade

não se atentar com os efeitos nocivos à saúde biopsicossocial das crianças e dos adolescentes, torna-se necessário avaliar se os direitos da personalidade do artista mirim estão sendo respeitados e verificar a repercussão desta prática laborativa na vida das crianças e dos adolescentes, afinal, é contínuo o aumento do número de crianças envolvidas com este tipo de trabalho. (CARDIN, 2014, p. 189)



A legislação que trata do trabalho artístico infantil é esparsa e deixa sob a análise subjetiva judicial as condições em que o trabalho artístico pode ser realizado. Não raro ocorrem violações aos direitos básicos dos menores trabalhadores mediante o silêncio dos pais que temem perder o rentável contrato do filho. Esse conjunto de situações tendem a acarretar efeitos nem sempre desejáveis sobre a personalidade do infante em desenvolvimento.

Os efeitos físicos e biológicos do trabalho normalmente provém da inadequada duração da jornada de trabalho dos artistas perante a condição física de desenvolvimento dos infantes, bem como dos ambientes onde são desenvolvidas as atividades de trabalho. Assim, são comuns as rinites alérgicas decorrentes de ar-condicionado, quedas de cabelo em função dos constantes tratamentos químicos e penteados para montagem do figurino (CAVALCANTE, 2012, p. 119).

Outros problemas citados são as dores nas pernas e costas por passarem longos intervalos em pé nos ensaios e sessões de fotografia com pouco tempo de descanso; dores de cabeça, estresse, ansiedade pelo desejo de aprovação nos testes, medo de não agradar ao público e produtores; cansaço advindo da excessiva atividade laboral e da obrigação de desempenhar obrigações da escola, testes e trabalho.



A falta de preparação dos artistas mirins para os efeitos advindos de sua exposição pública, bem como a inexistência do acompanhamento efetivo e cuidadoso de um adulto que verifique se para aquele indivíduo a dose daquela experiência está sendo benéfica ou prejudicial, por si só, constituem riscos do trabalho infante juvenil artístico e indicam uma necessidade urgente do Estado intervir com fiscalização, políticas públicas e regulamentação. (CAVALCANTE, 2013, p. 154)



As condições de realização do trabalho são cruciais na determinação dos efeitos prejudiciais às crianças. Cavalcante (2012, p. 147) informa ser comum o trabalho para gravação de notas publicitárias, produtos televisivos em jornadas de até 12 horas, até mesmo durante a madrugada quando ocorrem problemas técnicos, fato que gera cansaço e esgotamento psicológico; ensaios de musicais com várias repetições para obtenção da perfeição técnica conduzem ao esgotamento físico e psicológico do menor.

Até mesmo o sorriso por longos períodos durante as sessões de fotos pode ser nocivo, ao tempo que pode causa câimbras (CAVALCANTE, 2012, p. 147). Além disso, o trabalho quando realizado fora dos estúdios oferecem risco à saúde e integridade física dos menores em relação á proteção solar, hidratação e alimentação, que não raro carecem de cuidados frente a outras preocupações tidas por prioritárias pelos profissionais da produção.

Resumidamente, Cavalcante (2012, p. 149) apresenta quadro descritivo de relação dos motivos e enfermidades que podem acometer aos jovens artistas, sendo que algumas dessas doenças são igualmente relatadas pela OIT (2001, p. 16):

Quadro 1: *Relação de causa e consequência do trabalho artístico infantil.*

Causas	Consequências
Longas jornadas de trabalho; Esforço físico; Horários indevidos.	Fadiga crônica.
Horários inadequados de trabalho.	Distúrbios do sono e/ou irritabilidade excessiva.
Exposição a ruídos.	Progressiva perda auditiva.
Iluminação excessiva ou deficiente.	Irritação ocular.
Má postura; Esforços exagerados; Movimentos repetitivos.	Contraturas musculares; Distensões; Entorses.
Alimentação inadequada.	Distúrbios digestivos.
Falta de proteção contra luz solar e outros agentes físicos, químicos e biológicos.	Ferimentos de pele para alergias, dermatites, furunculoses e câncer de pele.
Inalação de poeiras e fibras; Exposição ao ar-condicionado sem manutenção.	Bronquite, pneumonia, rinite e faringite.

Fonte: OIT (2001, p. 16).

Souza e Oliveira (2011, p. 230) explicam que a fama precoce, a demasiada exposição, perseguição de fotógrafos, salários relativamente altos, permanência em ambientes inadequados à sua idade demandam trabalhos com o psicológico da criança para prepará-los para o mundo da fama e os perigos que o *glamour* esconde.

Quando não preparados para a imensa exposição midiática, relatos dão conta que maior parte dos infantes tem dificuldade para lidar com a fama ou se relacionar com as crianças não famosas, inclusive para fazer amigos com crianças da mesma idade, sobretudo porque essas crianças precisam sacrificar tempo livre para dedicar-se ao trabalho numa tentativa de se sobressair na alta competitividade do mundo artístico.



Quem realiza [a atividade artística], em muitas situações, viveu pressões, estresse e fadiga iguais ao que ocorre em outros trabalhos. A questão é saber quais os limites adequados de tal participação, pois não é tão simples perceber quando uma atividade que gera prazer, estímulo e desenvolvimento à criança e ao adolescente se transforma em opressão e esforço prejudicial com consequências físico-psico-emocionais. (CAVALCANTE, 2011, p. 50)



Quando a criança é protagonista em atividades teatrais e assemelhados recai sobre ela a responsabilidade precoce, haja vista que o trabalho de toda a equipe depende do desempenho do menor e que eventual adoecimento pode prejudicar o resultado final do trabalho (CAVALCANTE, 2012 p. 119). Cargas como esta e as de decidir que trabalho fazer fazem com que o jovem ocupe papel de adulto dentro do ambiente familiar e profissional.

A excessiva exigência de responsabilidade como o estrelato de novelas, obrigação de cumprir diversos compromissos (inclusive o de não ficar doente, indisposto, não faltar), memorizar textos e movimentos de cena contribuem para um estado de ansiedade e estresse a crianças. Além do mais, o contato com temas adultos, violentos ou de terror podem ser traumáticos e comprometedores da dignidade e da autoestima.

A Organização Internacional do Trabalho – OIT (2001, p. 16) afirma que as consequências de ordem psicológico/emocional podem macular para sempre a vida do menor, incidindo sobre seus vínculos afetivos “em razão das condições de exploração a que estiveram expostas e dos maus-tratos que receberam de patrões e empregadores”.

Quanto aos efeitos sociais, Cavalcante (2012, p. 147-148) cita como elementos prejudiciais ao desenvolvimento do menor o agendamento de diversos compromissos que afetam os estudos, as brincadeiras de boneca no contexto de desfile e de testes, bem como o tratamento recebido pelo menor como figura do personagem. As constantes viagens e mudança de cidades igualmente prejudicam as relações sociais do menor seus familiares e conhecidos.



Mas o trabalho infantil é heterogêneo: o tamanho do impacto negativo do trabalho precoce no futuro da criança depende de como aquele trabalho afeta no progresso e desempenho escolar e também em sua cumulação de habilidades para trabalhar. (CAVALCANTE, 2012, p. 45)



O modo como a fama afeta a vida escolar dos artistas infantis chamou muita atenção de Cavalcante (2013, p. 149-150). Nos relatos das crianças entrevistada e suas genitoras a escola foi constantemente chamada de parceira por compreender a condição especial do artista através da prorrogação de prazos para entrega de trabalhos e oportunidade para reposição de faltas, que eram recorrentes e chegavam a duas vezes por semana devido a testes e gravações.

O tratamento diferenciado de superproteção recebido pelo artista mirim nas suas famílias e escolas acende a preocupação diante da probabilidade da criança tornar-se dependente, uma vez que pode tornar-se um adulto inseguro e incapaz de resolver aspectos simples da vida sem a ajuda de terceiros. Para a Organização Internacional do Trabalho – OIT (2001, p. 16) a maturação precoce é problemática por afastar a criança do convívio com outras pessoas de sua idade.

Ao analisar o aspecto remuneração dos artistas mirins, a Cavalcante (2011) chama atenção para uma situação de gritante diferença salarial entre trabalhos realizados por crianças e adultos. Para exemplificar, num mesmo tipo de trabalho publicitário com igual duração de ensaio e gravação paga-se R\$ 2.000,00 para criança e R\$ 6.000,00 para um adulto.

Esse fato desrespeita frontalmente o artigo 7º, XXX da Constituição Federal quanto à proibição de discriminação profissional por motivo de sexo, cor, raça e idade. Ainda que se reconheça a existência de diferenças de habilidades artísticas que outros não possuem, pelas entrevistas vê-se que a prática discriminatória é recorrente inclusive quando se compara adultos e crianças de níveis artísticos-profissionais semelhantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vida de fama e luxo de cantores, jogadores, atores e outros famosos encanta crianças e adolescentes que sonham adentrar na indústria do *glamour*. Esses jovens não percebem que por trás da fama existe uma vida de sacrifícios e renúncias pessoais e dificuldades que podem afetar negativamente a sua saúde o modo de relacionar-se com a sociedade e com as pessoas próximas.

A pesquisa apontou que diferentemente de outras atividades profissionais desenvolvidas por crianças, a atividade artística possui o aceite social, fato que dificulta as ações de combate a esse modo de exploração do trabalho infantil. Além disso, a inexistência de legislação específica, pormenorizada e clara acerca do trabalho artístico infantil permite o entendimento subjetivo dos magistrados que concedem as permissões para trabalhos artísticos mirins.

O estudo mostrou ainda que não raro esses alvarás são concedidos por longas temporadas e o que seria exceção de trabalho infantil para menores de catorze anos, acaba por tornar-se uma constante em desfavor da legislação constitucional proibitiva.

Ao revés do trabalho infantil comum, o trabalho infantil artístico é prioritariamente realizado por pessoas de classes sociais mais prósperas. Além de ser mais rentável que o trabalho infantil comum, as atividades artísticas remuneradas são influenciadas pela ideia de que fama é sinônimo de realização profissional, assim como pela vaidade dos pais, que não raro abandonam o emprego para acompanhar os testes e trabalhos do filho artista.

A regulamentação da participação de crianças e adolescentes em trabalhos artísticos é feita mediante aplicação segmentada da CLT, ECA, Lei nº 6.533/1978 (regulamenta profissão de artista), Decreto Nº 4.134/02 (prevê autorização judicial para participação de menores em atividades artísticas), sendo que essa normatização existente é esparsa, lacunosa e insuficiente para regulamentar o assunto na sociedade brasileira atual.

A matéria requer normatização que estabeleça carga-horária máxima, condições de segurança, horários permitidos, limites de apresentações e ensaios por dia e temporada de modo a preservar a convivência social do infante, fixando claramente os requisitos para o trabalho artístico infantil para coibir quaisquer interpretações subjetivas.

Parte das empresas de produção artística não possui estrutura física e de capacitação de seu pessoal para lidar com crianças e adolescentes. Poucos empreendimentos priorizam a atenção e cuidados com a criança para cumprimento da proteção integral previsto legalmente. A omissão quanto ao cuidado e respeito aos limites físicos, emocionais e pessoais do jovem trabalhador importa em consequências diversas à sua saúde e comportamentais, muitas delas com efeitos indesejáveis.

Regulamentação legal e fiscalização contundente da participação infantil em atividades artísticas apresentam-se como maneiras mais eficazes no combate ao trabalho artístico ilegal de crianças e na proteção dos direitos e da saúde dos jovens artistas. Sem dúvida, tais medidas importarão em redução da contratação de menores para atividades artísticas, o que refletirá de igual modo na redução de consequências para as crianças, início da vida laboral na idade legalmente prevista e em sua melhoria de qualidade de vida.

Por fim, impende destacar que o objetivo da pesquisa em relação a análise dos repercussões sobre a saúde biopsicossocial de crianças e adolescentes oriundas da exploração do Trabalho Artístico Infantil fora alcançado ao tempo que verificou-se a possibilidade de efeitos negativos nos aspectos psicológicos, físicos e emocionais de jovens artistas. Tendo-se constatado também que a depender da forma em que os trabalhos são dirigidos e da frequência em que as atividades laborais artísticas são realizadas, é possível que haja repercussões que influam positivamente no desenvolvimento do menor.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 2018.

BRASIL. Decreto N° 4.134, de 15 de fevereiro de 2002. **Promulga a Convenção no 138 e a Recomendação no 146 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Idade Mínima de Admissão ao Emprego**. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4134.htm>. Acesso em: 22 nov. 2016.

BRASIL. Decreto-Lei n. 5.452, de 1 de maio de 1943. **Consolidação das Leis do Trabalho - CLT**. Brasília: Editora Senado, 2018.

BRASIL. Lei 6.533/1978, de 24 de maio de 1978. Dispõe sobre a **regulamentação das profissões de Artistas e de técnico em Espetáculos de Diversões**, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6533.htm. Acesso em 10 mar. 2019.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA**. Brasília: Editora do Senado Federal, 1990.

CARDIN, Valéria Silva Godinho; GUERRA, Marcela Gorete Rosa Maia. Da utilização da imagem da criança em produções artísticas e publicitárias. **Revista Jurídica Cesumar – Mestrado**, Maringá, v. 14, n. 1, p. 185-210, jan./jun./2014.

CAVALCANTE, Sandra Regina. **Pesquisadora revela problemas do cotidiano dos artistas mirins**: depoimento. [2013]. São Paulo. Entrevista concedida a Juliana Sada. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:cLNAQ-G57IF4J:www.promenino.org.br/noticias/pesquisadora-reve-la-problemas-do-cotidiano-dos-artistas-mirins+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

CAVALCANTE, Sandra Regina. **Trabalho artístico na infância**: estudo qualitativo em saúde do trabalhador. 229 f. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2012. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6134/tde-25052012-141746 . Acesso em: 10 mar. 2019.

FURLAN, Júlia Zerbetto. **Atividade de Modelo/Manequim e o Trabalho Infante/Juvenil**. São Paulo: LTr, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LACOMBE, Renata Barreto. **A infância dos bastidores e os bastidores da infância**: uma experiência com crianças que trabalham em televisão. 133 f. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2011. Acesso em: <http://www.fnpeti.org.br/arquivos/biblioteca/b94be38d5c-4f7e07331f153202dd0bb3.pdp>. Acesso em: 14 fev. 2019.

MARQUES, Rafael Dias. Trabalho Infantil Artístico: Possibilidades e Limites. **Rev. TST**, Brasília, v. 79, n. 01, p. 204-226, 2013.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. **Combatendo o trabalho infantil: guia para educadores**. OIT: Brasília, v. 1, p. 16, 2001.

SILVA, Derly Mauro Cavalcante da Silva. **Lições práticas de Direito do Trabalho**. 1. ed. Rio de Janeiro: RL Editora LTDA, 2003.

SOUZA, Ivogleuma Silva de; OLIVEIRA, Vanessa Batista. O Trabalho artístico infantil: o glamor precoce. **Revista THEMIS**, Fortaleza, v. 9, p. 223-240, 2011.

Oportunidades perdidas e possibilidades de recomposição do dano: aplicabilidade da teoria da perda de uma chance segundo a legislação, a doutrina e a jurisprudência brasileira

Jefferson Greiki da Silva Oliveira³²
Jorge Cleber Pereira da Silva³³
Larisse Araújo Santana de Moraes³⁴
Leandro Mateus Martins de Sousa³⁵

INTRODUÇÃO

No contexto das relações sociais, especialmente no âmbito contratual, não é incomum deparar-se com situações em que um indivíduo sofre algum impedimento de participar de ato da vida civil do qual poderia obter benefício direto. Um exemplo típico é a impossibilidade de realizar uma prova de concurso após meses de estudo, em razão do cancelamento de um voo, entre outras situações que resultam na perda de oportunidade de obter vantagem em decorrência de ação lesiva. No âmbito da reparação civil, tais situações encontram solução por meio da Teoria da Perda de uma Chance.

³² Graduado em Direito pela Faculdade do Vale do Itapecuru (2014). Pós Graduado em Direito do Trabalho pela Estácio. Pós Graduado em Direito Público pela FEAD. Atualmente é Professor Substituto na UEMA Campus Presidente Dutra, 1º secretário da comissão de jovens advogados - Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção de Caxias- MA, profissional liberal - Greiki Advocacia e consultoria; Profissional de Suporte Técnico - SENAI - Departamento Regional do Maranhão; Conciliador/Mediador no 1º CEJUSC Caxias-MA.

³³ Professor no Instituto Federal do Maranhão (IFMA), E-mail: jorgecleberr@gmail.com

³⁴ Professora na Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco (FEMAF), E-mail: larissemoraes6@gmail.com

³⁵ Professor na Faculdade de Educação, E-mail: leandro1994caxias@gmail.com

A Teoria da Perda de uma Chance surgiu na França e exerceu significativa influência na responsabilidade civil brasileira, sendo amplamente aceita tanto pela doutrina quanto pela jurisprudência pátrias. Trata-se de uma nova categoria de dano, vinculada à responsabilidade civil, destinada a solucionar conflitos advindos do descumprimento de obrigações contratuais ou legais.

Por se tratar de um instituto relativamente recente no direito brasileiro, observa-se certa dificuldade quanto à sua classificação e aplicação pelo Judiciário. Paulo de Tarso Sanseverino afirma que “a teoria da perda de uma chance tem aplicação quando o evento danoso acarreta para alguém a perda de uma chance de obter um proveito determinado ou de evitar uma perda” (BRASIL, Superior Tribunal de Justiça, 2014, REsp 1.291.247).⁸⁸

Segundo Tartuce (2025), a perda de uma chance está caracterizada quando a pessoa vê frustrada uma expectativa ou oportunidade futura que, dentro da lógica do razoável, ocorreria caso os acontecimentos seguissem seu curso normal. Dessa forma, como ressaltam os autores citados, a chance deve ser séria e real, tornando possível a reparação dos danos e prejuízos sofridos.

O presente trabalho tem como objetivo analisar o contexto histórico de criação, aprimoramento e aplicabilidade da Teoria da Perda de uma Chance, bem como suas implicações nas relações de responsabilidade civil contratual no direito brasileiro. Busca-se, assim, caracterizar a teoria a partir de bases doutrinárias e jurisprudenciais, apontar a fundamentação legal e jurisprudencial que sustenta sua aplicação, identificar as relações sociais passíveis de aplicação e explicar o processo de quantificação e apuração do quantum indenizatório.

Para a aplicação desta teoria, é fundamental observar critérios essenciais, como a seriedade e a realidade da chance perdida. A Teoria da Perda de uma Chance é considerada uma quarta categoria de dano, permitindo uma análise mais ampla do dano, que não se restringe apenas a lesões patrimoniais, mas alcança situações em que há perda de oportunidade de obter vantagem. A teoria vem sendo reiteradamente analisada em diversos contextos, tendo recebido ampla aceitação na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Diante da relevância do tema, o presente trabalho propõe-se a difundir a Teoria da Perda de uma Chance, tornando-a conhecida no meio acadêmico e social, desmistificando conceitos e aplicações, e apresentando exemplos práticos de sua efetiva aplicabilidade no ordenamento jurídico brasileiro.

METODOLOGIA

O trajeto metodológico adotado para a fundamentação desta pesquisa baseia-se no estudo bibliográfico, envolvendo livros, artigos e outras produções acadêmicas e didáticas, respaldados por autores renomados como Pinto (2025), Diniz (2024), Noronha (2017) e Tartuce (2025). De acordo com Lima e Miotto (2007), esse método diz respeito à definição dos critérios utilizados na pesquisa, delimitando-os de forma clara e objetiva, sempre atento ao objeto de estudo, que não pode ser tratado de maneira aleatória.

A escolha do tema justifica-se pela relevância de sua expansão e pela necessidade de fornecer ao leitor bases sólidas sobre a Teoria da Perda de uma Chance no âmbito da responsabilidade civil. Esse embasamento é apresentado no artigo por meio da introdução e do desenvolvimento, que compreende a caracterização da aplicação da teoria pelo Judiciário brasileiro.

É necessária uma análise geral da teoria para evidenciar suas características e sua relação com a responsabilidade civil, demonstrando as implicações de sua aplicabilidade no contexto indenizatório do ordenamento jurídico brasileiro. O estudo desenvolvido tem, portanto, a finalidade de explicar uma modalidade de reparação civil voltada à reparação de danos decorrentes da frustração de uma chance real de obtenção de vantagem.

A pesquisa tem, como objetivo central, divulgar e ampliar o conhecimento e a aplicação desse instituto, analisando a Teoria da Perda de uma Chance no âmbito da responsabilidade civil, com base na doutrina e na jurisprudência brasileiras.

Como percurso metodológico, foi adotado o estudo bibliográfico, método que permite a definição clara dos critérios de pesquisa e a busca de soluções consistentes, sempre atento ao objeto de estudo, de modo linear e não aleatório (LIMA; MIOTO, 2007). Os materiais utilizados englobam livros, artigos, publicações periódicas e documentos eletrônicos e impressos, respaldando a pesquisa com base em juristas renomados, além da jurisprudência consolidada.

REFERENCIAL TEÓRICO

A responsabilidade civil pode ser conceituada como a obrigação do causador de determinado dano de indenizar a vítima pelas consequências de sua ação violadora, ressarcindo os prejuízos materiais, morais, estéticos e/ou lucros cessantes decorrentes de violação legal ou contratual.

Segundo Gonçalves (2025), a teoria da responsabilidade civil, integrando o direito obrigacional, parte da premissa de que a principal consequência da prática de um ato ilícito é a obrigação que recai sobre seu autor, o qual deve reparar o dano. Para Pinto (2025), a responsabilidade civil está vinculada à conduta que provoca danos a terceiros, configurando um dever de indenizar aquele que sofreu algum tipo de prejuízo.

O termo responsabilidade tem origem no verbo latino *respondere*, que remete à obrigação de responder pelo dano causado em decorrência de ação ou omissão. Tartuce (2025) explica que “a responsabilidade civil surge em face do descumprimento obrigacional, seja pela desobediência a regra estabelecida em contrato, seja por deixar de observar preceito normativo que regula a vida”.

Partindo da análise do artigo 186 do Código Civil, evidenciam-se alguns requisitos essenciais para a caracterização da responsabilidade civil e do dever de indenizar, quais sejam: conduta, nexo de causalidade e dano.

Diniz (2024) explica que conduta é a ação, elemento constitutivo da responsabilidade, e consiste no ato humano, comissivo ou omissivo, ilícito ou lícito, voluntário e objetivamente imputável ao próprio agente ou a terceiros, ou ainda resultante do fato de animal ou coisa inanimada, que cause danos a outrem, gerando o dever de satisfazer os direitos do lesado. A conduta é o ato que dá início ao comportamento ilícito, manifestando-se por ação ou omissão, e produz consequências jurídicas, sendo, portanto, o ponto inicial da responsabilidade civil.

O dano é definido como a consequência lesiva sofrida por uma pessoa, capaz de gerar destruição ou prejuízo. Trata-se de elemento indispensável à responsabilização do agente causador, independentemente de se tratar de responsabilidade objetiva ou subjetiva. Stoco (2007, p. 128) reforça que o dano é essencial à responsabilização do agente, seja a obrigação originada de ato ilícito ou de inadimplemento contratual, e impõe a reparação do prejuízo causado quando há lesão à honra ou ao patrimônio do lesado.

Diniz (2024) acrescenta que “o dano poderá ser definido como a lesão que, devido a um certo evento, sofre uma pessoa, contra a sua vontade, em qualquer bem ou interesse jurídico, patrimonial ou moral”.

O nexo causal é considerado protagonista na responsabilidade civil, sendo o vínculo que liga a conduta ao dano, desempenhando papel crucial na determinação da extensão do prejuízo e na identificação do agente responsável. Gonçalves (2025) afirma que, das várias teorias sobre o nexo causal, o Código Civil brasileiro adotou a teoria do dano direto e imediato, expressa no art. 403, sendo a mais autorizada a escola que se refere à consequência necessária.

Na responsabilidade civil objetiva, a indenização pelo dano ocorre mediante a configuração do próprio dano e do nexo causal, sem necessidade de comprovação de culpa ou dolo. Nesse modelo, todo dano é considerado indenizável, cabendo reparação com base exclusiva na relação entre conduta e resultado, independentemente da culpa do agente.

Na responsabilidade civil subjetiva, para que haja a indenização pelo dano causado, é necessária a comprovação de culpa do agente. Por exemplo, um motorista de trem que cause um acidente somente será obrigado a indenizar os danos caso fique comprovada sua responsabilidade.

Para Diniz (2024), “o ato ilícito compreende a conduta humana contrária às normas jurídicas e que viola direito subjetivo de outrem, causando dano patrimonial e/ou moral, estabelecendo-se o dever de repará-lo”, complementando que o abuso de direito consiste em um ato jurídico de objeto lícito, cujo exercício, quando realizado sem a devida regularidade, acarreta um resultado considerado ilícito (Ibdem, p. 208).

A perda de uma chance surge na privação da oportunidade de obtenção de um benefício ou vantagem futura, e sua reparação fundamenta-se na probabilidade de obtenção e na certeza de que a vantagem perdida gerou algum prejuízo. É necessária a probabilidade de que poderia haver um ganho caso a chance não tivesse sido frustrada, bem como a certeza de que tal perda resultou efetivamente em dano.

Carnaúba (2012, p. 922) caracteriza a perda de uma chance como uma técnica decisória criada pela jurisprudência francesa, desenvolvida para superar as insuficiências da responsabilidade civil diante das lesões a interesses aleatórios. Essa técnica desloca o foco da reparação da vantagem incerta, intangível, e a dirige à chance como objeto passível de indenização.

Farias e Rosenvald (2024) afirmam que “entre o dano certo e o dano hipotético pode existir uma terceira via, com significado e efeitos próprios”. Nesse sentido, para que tal dano produza efeitos jurídicos, é necessário que o prejuízo seja concreto e sério, não podendo o direito à reparação recair sobre meras expectativas subjetivas do lesado.

Tartuce (2025) define que a perda de uma chance está caracterizada quando a pessoa vê frustrada uma expectativa ou oportunidade futura que, dentro da lógica do razoável, ocorreria caso os acontecimentos seguissem seu curso normal.

A teoria da perda de uma chance surge diante da dificuldade do lesado em comprovar o nexo causal, considerando as múltiplas possibilidades relacionadas ao dano potencial. Pode-se afirmar que essa teoria representa um meio termo entre os danos emergentes e os lucros cessantes decorrentes da frustração de uma oportunidade. Tepedino, Terra e Guedes (2021, p. 230) destacam a existência de duas vertentes da teoria da perda de uma chance:



A primeira modalidade, também conhecida como teoria clássica, configura-se quando um processo aleatório em curso é interrompido pela ocorrência de um ato indevido de terceiro, que determina a perda da chance de a vítima obter uma vantagem legitimamente esperada. Nesta modalidade, em razão de determinado fato antijurídico, observa-se a interrupção de um processo que estava em curso e que poderia conduzir a um evento vantajoso, perdendo-se uma oportunidade séria e real de se obter uma vantagem futura.

Já a segunda modalidade, referida como teoria da perda da chance de evitar um prejuízo, se dá quando determinado processo aleatório chega ao fim e gera, de fato, um prejuízo exatamente pelo processo não ter sido interrompido quando e por quem poderia e deveria tê-lo feito. Por outras palavras, diante dessa modalidade, um dano final é verificado por força de determinada cadeia causal que não foi interrompida quando deveria ter sido.

A análise das chances a serem reparadas, aqui, ao contrário da teoria clássica, não está vinculada a um acontecimento que no futuro poderia ocorrer, mas sim a determinado ato que uma vez concretizado no passado poderia evitar o dano no presente. É no âmbito dessa modalidade que se sustenta a possibilidade de aplicação da teoria da perda de uma chance na seara médica, o que, no entanto, ainda é controverso.

a teoria da perda de uma chance surge para que se possa contornar, nos casos mais tormentosos, os obstáculos impostos pela prova do nexo de causalidade que constituía uma barreira quase intransponível, a qual afasta a vítima da indenização. A origem desta teoria está, portanto, ligada ao estudo do nexo causal, embora atualmente seja tratada como um problema específico de qualificação de dano.



Para que haja possibilidade de indenização pela perda de uma chance, é necessário que tal perda seja real e séria, uma vez que mera expectativa não gera direito à reparação. Carlos Roberto Gonçalves afirma que “a mera possibilidade não é passível de indenização, pois a chance deve ser séria e real para ingressar no domínio do dano ressarcível” (GONÇALVES, 2025).

A teoria da perda de uma chance só pode ser aplicada aos casos em que o dano seja real, atual e certo, dentro de um juízo de probabilidade, e não de mera possibilidade, pois o dano potencial ou incerto, no âmbito da responsabilidade civil, em regra, não é indenizável.

Segundo Mello (2011, p. 8), a ausência de fundamento legal para a aplicação da teoria constitui uma das principais dificuldades de sua efetivação no direito brasileiro. O autor observa que “para melhor aplicação da Teoria da Perda de uma Chance, é necessário encará-la como um novo instituto no ordenamento jurídico brasileiro, que, embora não codificado, possui forte presença na doutrina”.

A aplicação dessa teoria decorre da demonstração de perda real de oportunidade de obtenção de vantagem, o que diferencia sua atuação de meras expectativas não fundamentadas. É imprescindível que haja comprovação concreta e elementos objetivos que demonstrem a existência de uma chance efetivamente perdida, a qual precisa ser reparada.

Noronha (2017) explica que “o dano devido à perda de uma oportunidade será reparado quando for possível calcular o grau de probabilidade que deveria ser alcançado com a vantagem esperada, ou, inversamente, o grau de probabilidade de dano a ser evitado. O grau de probabilidade determinará o valor a ser reparado”.



A teoria de perda de uma chance (*perte d'une chance*) dá suporte à responsabilização do agente causador, não de dano emergente ou lucros cessantes, mas sim de algo que intermedeia um e outro: a perda da possibilidade de buscar posição jurídica mais vantajosa que muito provavelmente alcançaria se não fosse o ato ilícito praticado. Dessa forma, se razoável, séria e real, mas não fluida ou hipotética, a perda da chance é tida por lesão às justas expectativas do indivíduo, então frustradas. Nos casos em que se reputa essa responsabilização pela perda de uma chance a profissionais de advocacia em razão de condutas tidas por negligentes, diante da incerteza da vantagem não experimentada, a análise do juízo deve debruçar-se sobre a real possibilidade de êxito do processo eventualmente perdida por desídia do causídico. Assim, não é só porque perdeu o prazo de contestação ou interposição de recurso que o advogado deve ser automaticamente responsabilizado pela perda da chance, pois há que ponderar a probabilidade, que se supõe real, de que teria êxito em sagrar seu cliente vitorioso. Na hipótese, de perda do prazo para contestação, a pretensão foi de indenização de supostos danos materiais individualizados e bem definidos na inicial. Por isso, possui causa de pedir diversa daquela acolhida pelo tribunal a quo, que, com base na teoria da perda de uma chance, reconheceu presentes danos morais e fixou o quantum indenizatório segundo seu livre arbítrio. Daí, é forçoso reconhecer presente o julgamento extra petita, o que leva à anulação do acórdão que julgou a apelação. Precedentes citados: REsp 1.079.185/MG, DJe 04.08.2009, e REsp 788.459/BA, DJ 13.03.2006” (STJ, REsp 1.190.180/RS, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, j. 16.11.2010).



A Teoria da Perda de uma Chance não possui previsão legal expressa no ordenamento jurídico brasileiro; contudo, foi amplamente acolhida tanto pela doutrina quanto pelos tribunais. No Brasil, essa teoria ganhou maior destaque a partir de 2005, em um caso envolvendo o programa Show do Milhão, quando uma participante, após acertar 25 perguntas que antecediam o desafio final, cujo prêmio era de 1 milhão de reais, constatou que a pergunta final não continha alternativa correta, tornando extinta a possibilidade de acerto e, conseqüentemente, a conquista do prêmio.

Diante desse episódio, a participante ingressou com ação de indenização, posteriormente apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, o qual, em sua ementa, fez clara menção à aplicação da Teoria da Perda de uma Chance:



RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO. IMPROPRIEDADE DE PERGUNTA FORMULADA EM PROGRAMA DE TELEVISÃO. PERDA DA OPORTUNIDADE. 1. O questionamento, em programa de perguntas e respostas, pela televisão, sem viabilidade lógica, uma vez que a Constituição Federal não indica percentual relativo às terras reservadas aos índios, acarreta, como decidido pelas instâncias ordinárias, a impossibilidade da prestação por culpa do devedor, impondo o dever de ressarcir o participante pelo que razoavelmente haja deixado de lucrar, pela perda da oportunidade. 2. Recurso conhecido e, em parte, provido. REsp 788459 BA 2005/0172410-9 Rel. Min Hélio Quaglia Barbosa STJ- RECURSO ESPECIAL.



Na responsabilidade civil pela perda de uma chance, o dano indenizado é o dano potencial, o qual não deve ser confundido com dano eventual, hipotético ou remoto, uma vez que este último não é passível de reparação no ordenamento jurídico. Para que haja a indenização decorrente da perda de uma chance, é necessário que, além do preenchimento dos pressupostos da responsabilidade civil, a oportunidade perdida ou o prejuízo não evitado seja sério e real.

Entre os diversos casos em que os tribunais brasileiros aplicaram a Teoria da Perda de uma Chance, este trabalho cita, a título de exemplificação, aqueles considerados mais emblemáticos. Merece destaque o caso julgado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), em março de 2006, envolvendo a requerente Ana Lúcia Serbeto de Freitas Matos, que alegou ter perdido a chance de ganhar o prêmio de 1 milhão de reais em um programa de televisão devido a uma pergunta mal formulada, que a induziu a erro.



Recurso Especial. Indenização. Impropriedade de pergunta formulada em programa de televisão. Perda da oportunidade. 1. O questionamento, em programa de perguntas e respostas, pela televisão, sem viabilidade lógica, uma vez que a Constituição Federal não indica percentual relativo às terras reservadas aos índios, acarreta, como decidido pelas instâncias ordinárias, a impossibilidade da prestação por culpa do devedor, impondo o dever de ressarcir o participante pelo que razoavelmente haja deixado de lucrar, pela perda da oportunidade. 2. Recurso conhecido e, em parte, provido.

STJ-REsp. nº 788459/BA; Rel. Ministro Fernando Gonçalves, DJU de 13/03/2006, p. 334.

(...)

Na hipótese dos autos, não há, dentro de um juízo de probabilidade, como se afirmar categoricamente – ainda que a recorrida tenha, até o momento em que surpreendida com uma pergunta, no dizer do acórdão, sem resposta, obtido desempenho brilhante no decorrer do concurso – que, caso fosse o questionamento final do programa formulado dentro de parâmetros regulares, considerando o curso normal dos eventos, seria razoável esperar que ela lograsse responder corretamente à “pergunta do milhão”. ... Destarte, não há como concluir, mesmo na esfera da probabilidade, que o normal andamento dos fatos conduziria ao acerto da questão. Falta, assim, pressuposto essencial à condenação da recorrente no pagamento da integralidade do valor que ganharia a recorrida caso obtivesse êxito na pergunta final, qual seja, a certeza – ou a probabilidade objetiva – do acréscimo patrimonial apto a qualificar o lucro cessante. Não obstante, é de se ter em conta que a recorrida, ao se deparar com a questão mal formulada, que não comportava resposta efetivamente correta, justamente quando poderia sagrar-se milionária, foi alvo de conduta ensejadora de evidente dano. Resta, em consequência, evidente a perda da oportunidade pela recorrida ... Quanto ao valor do ressarcimento, a exemplo do que sucede nas indenizações por dano moral, tenho que ao tribunal é permitido analisar com desenvoltura e liberdade o tema, adequando-o aos parâmetros jurídicos utilizados, para não permitir o enriquecimento sem causa de uma parte ou o dano exagerado da outra. A quantia sugerida pela recorrente (R\$ 125.000,00) – equivalente a um quarto do valor em comento, por ser uma ‘probabilidade matemática’ de acerto da questão de múltipla escolha com quatro itens, reflete as reais possibilidades de êxito da recorrida. REsp. nº 788459/BA; Rel. Ministro Fernando Gonçalves, DJU de 13/03/2006, p. 334.



Outro caso de grande repercussão envolveu Márcio Antônio Arantes, médico acusado de erro médico pelos pais de Maria Fernanda, jovem que, após ser atendida e medicada no Pronto-Socorro de Penápolis-SP, foi liberada para casa por aparentar melhora momentânea, vindo a falecer horas depois em razão de acidente vascular cerebral hemorrágico.



CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. ERRO MÉDICO. APLICAÇÃO DA TEORIA DA PERDA DE UMA CHANCE. POSSIBILIDADE. ERRO GROSSEIRO.

NEGLIGÊNCIA. AUSÊNCIA. 1. Ação ajuizada em 14/11/2003. Recursos especiais atribuídos ao gabinete em 25/08/2016. Julgamento: CPC/73.

2. O propósito recursal consiste em verificar a ocorrência de erro médico, em razão de negligência, imprudência ou imperícia, passível de condenação em compensar dano moral. 3. A teoria da perda de uma chance pode ser utilizada como critério para a apuração de responsabilidade civil, ocasionada por erro médico, na hipótese em que o erro tenha reduzido possibilidades concretas e reais de cura de paciente. Precedentes. 4. A visão tradicional da responsabilidade civil subjetiva; na qual é imprescindível a demonstração do dano, do ato ilícito e do nexo de causalidade entre o dano sofrido pela vítima e o ato praticado pelo sujeito; não é mitigada na teoria da perda de uma chance. Presentes a conduta do médico, omissiva ou comissiva, e o comprometimento real da possibilidade de cura do paciente, presente o nexo causal. 5. A apreciação do erro de diagnóstico por parte do juiz deve ser cautelosa, com tônica especial quando os métodos científicos são discutíveis ou sujeitos a dúvidas, pois nesses casos o erro profissional não pode ser considerado imperícia, imprudência ou negligência. 6. Na espécie, a perda de uma chance remota ou improvável de saúde da paciente que recebeu alta hospitalar, em vez da internação, não constitui erro médico passível de compensação, sobretudo quando constatado que a sua morte foi um evento raro e extraordinário ligado à ciência médica. 7. Recurso especial interposto pelo médico conhecido e provido. Recurso especial interposto pelos genitores julgado prejudicado. REsp. nº 1662338//SP; Rel. Ministra Nancy Andrighi, DJe de 02/02/2018.



Em pesquisa da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), verifica-se que é bastante comum a aplicação da Teoria da Perda de uma Chance em casos em que clientes demandam seus advogados, seja em razão da perda de prazos recursais, seja por má prestação do serviço de representação jurídica.



RECURSO ESPECIAL. CIVIL. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. AUSÊNCIA DE HABILITAÇÃO.

AUSÊNCIA DE DEFESA. AUSÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS. CONDENAÇÃO DOS CLIENTES. RESPONSABILIDADE CIVIL PELA PERDA DE UMA CHANCE. CARACTERIZAÇÃO. DANO MORAL. NÃO CONFIGURAÇÃO.

1 - Recursos especiais interpostos em: 13/5/2019, 15/5/2019 e 16/5/2019. Conclusos ao Gabinete em: 5/6/2020.

2 - O propósito recursal consiste em dizer se: a) o acórdão recorrido conteria omissão; b) se estaria cristalizada a responsabilidade civil por perda de uma chance em virtude da falha na prestação de serviços advocatícios caracterizada pela ausência de qualquer atuação na demanda para a qual os serviços foram contratados, culminando com a condenação dos clientes ao pagamento de vultosa quantia; c) estaria caracterizada a responsabilidade civil por danos morais em virtude de falha na prestação de serviços advocatícios; e d) se o valor arbitrado a título de compensação pelos danos morais seria exorbitante.

3 - A falha na prestação de serviços advocatícios, caracterizada pela ausência de qualquer atuação do advogado na demanda para a qual foi contratado pode, em tese, caracterizar responsabilidade civil pela perda de uma chance, desde que houvesse efetiva probabilidade de sucesso, não fosse a conduta desidiosa do causídico.

7 - Recurso especial de ANDRÉ LUIZ ANTON DE SOUZA e RAJA ADMINISTRAÇÃO COMÉRCIO E TECNOLOGIA LTDA, parcialmente provido.

Recursos especiais de EMILSON CESAR COLETO FERNANDES e de LINI & PANDOLFI ADVOGADOS ASSOCIADOS, EYDER LINI e MARCOS EVALDO PANDOLFI, dou-lhes provimento, apenas para afastar a condenação ao pagamento por dano moral.

(STJ - REsp: 1877375 RS 2019/0303737-9, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 08/03/2022, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 15/03/2022)



Cabe registrar que, não obstante a adoção da Teoria da Perda de uma Chance, existem decisões em que se negou a incidência dessa teoria em razão da ausência de frustração real e séria de expectativa. Exemplo disso é o julgado publicado no Informativo n. 466 do STJ: a Turma decidiu não ser aplicável a Teoria da Perda de uma Chance ao candidato que pleiteava indenização por ter sido excluído de concurso público após reprovação no exame psicotécnico.

De acordo com o ministro relator, tal teoria exige que o ato ilícito implique perda da oportunidade de o lesado obter situação futura melhor, desde que a chance seja real, séria e proporcione efetiva condição pessoal de concorrer a essa situação.

No caso concreto, o candidato recorrente havia sido aprovado apenas na primeira fase da primeira etapa do certame, não sendo possível estimar sua probabilidade de, além de aprovado ao final do processo, também ser classificado dentro da quantidade de vagas estabelecidas no edital (STJ, AgRg no REsp 1.220.911/RS, Rel. Min. Castro Meira, j. 17.03.2011).

No âmbito doutrinário, em sua maioria, entende-se que a chance perdida está diretamente ligada ao dano decorrente da oportunidade frustrada. Diante disso, surgem parâmetros para a aplicação da Teoria da Perda de uma Chance, sendo necessário afastar qualquer reparação baseada apenas na frustração de esperanças imaginárias ou subjetivas, que não merecem tutela jurídica.

Para a definição do valor indenizatório, deve-se considerar o montante proporcional que seria alcançado antes da privação da chance pelo prejudicado. Na quantificação da indenização, o magistrado parte do valor do resultado que era esperado pela vítima e, a partir disso, calcula o percentual de probabilidade de que o resultado seria efetivamente alcançado caso não tivesse ocorrido o ato do ofensor. Assim, a reparação referente à chance perdida deve representar um valor inferior à vantagem ou prêmio que se esperava obter.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Teoria da Perda de uma Chance consiste na reparação civil da vítima que teve frustrada a obtenção real de um direito ou benefício, de modo que esta recebe do agente causador do dano uma compensação pecuniária, a título de substituição do benefício não alcançado.

A aplicação dessa teoria exige a presença de três elementos básicos: conduta do agente, nexo causal e dano efetivo, permitindo ao julgador avaliar tanto a extensão do dano patrimonial quanto extrapatrimonial, possibilitando a responsabilização do autor por lucros cessantes e/ou danos emergentes.

Segundo levantamento realizado na jurisprudência, os casos mais recorrentes de aplicação da Teoria da Perda de uma Chance envolvem atrasos ou cancelamentos de viagens aéreas, responsabilidade do Estado, situações relacionadas a células-tronco embrionárias, erro médico e acúmulo indevido de cargos públicos.

Ainda que não exista previsão legal expressa, a teoria é amplamente aceita e aplicada por doutrinadores e magistrados brasileiros. A quantificação financeira da reparação civil deve refletir proporcionalmente o prejuízo efetivamente experimentado pela vítima.

Dessa forma, a Teoria da Perda de uma Chance se apresenta como um instrumento de resolução de conflitos, permitindo a indenização do indivíduo que tenha sido prejudicado por conduta lesiva que frustrou uma oportunidade de ganho, seja ela material ou imaterial. A teoria vem ganhando força nos tribunais brasileiros, consolidando-se na jurisprudência dos Tribunais Superiores e servindo como orientação para os julgadores das instâncias inferiores, contribuindo para a pacificação social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça – STJ. **Recurso Especial n. 1.662.338-SP**, rel. min. Nancy Andrighi, 3ª Turma, j. 12/12/2017, DJe 02/02/2018. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/549823032/recurso-especialresp-1662338-sp-2015-0307558-0/inteiro-teor-549823060ref=juris-tabs>. Acesso em: 29 set. 2025.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial n. 788.549**. 4ª Turma. Relator Ministro Fernando Gonçalves. Data do Julgamento 08/11/2005, T4 – QUARTA TURMA. Data da Publicação: 13/03/2006, p 334. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/7173792/recurso-especial-resp-788459-ba-2005-0172410-9>. Acesso em 29 set. 2025.

CARNAÚBA, Daniel Amaral. **Responsabilidade civil pela perda de uma chance**. 1. ed. São Paulo: Método, 2013. (Coleção Rubens Limongi, v. 13).

DINIZ, Maria Helena. **Código Civil anotado**. 19. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024.

_____. **Curso de Direito Civil Brasileiro: Responsabilidade Civil**. v. 7. São Paulo: SaraivaJur, 2023.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil: Obrigações**. 18. ed. Salvador: JusPodivm, 2024. V. 2.

GONÇALVES, Carlos Roberto; LENZA, Pedro. **Direito Civil: Responsabilidade civil, Direito da Família, Sucessões**. v. 3. Coleção Esquematizado. 12. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2025.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, v. 10, n. spe, p. 37–45, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/?lang=pt>. Acesso em: 07 set. 2025.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. São Paulo: Malheiros: 2011.

NASCIMENTO, Silva Renata Segatto Santos. Teoria da perda de uma chance. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 18, n. 3515, 14 fev. 2013. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/23709>. Acesso em: 21 set. 2025.

NORONHA, Fernando. **Direito das obrigações** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. V. 1.

PINTO, Cristiano Vieira Sobral. **Direito Civil Sistematizado**. 15. ed. Salvador: JusPodivm, 2025.
Paulo: Paz & Terra, 1985.



INTRODUÇÃO

A linguagem constitui um elemento central na experiência humana, possibilitando a produção de sentidos e a construção das relações sociais. Em contextos contemporâneos marcados pela intensa presença das tecnologias digitais, observa-se a emergência de novas formas linguísticas que circulam e se transformam nas redes sociais, revelando dinâmicas próprias de significação. Nesse sentido, a língua não é concebida como um sistema estático, mas como uma prática em uso, atravessada por condições históricas e sociais que participam da constituição dos sentidos.

Nesse cenário, a chamada Geração Z, formada por sujeitos nascidos entre a segunda metade dos anos 1990 e o início dos anos 2010, destaca-se por sua forte inserção no ambiente digital e por sua atuação na circulação de gírias, expressões e novos usos linguísticos. Plataformas como Twitter/X, TikTok e Instagram tornam-se espaços privilegiados para a criação, circulação e reconstrução de formas linguísticas, evidenciando o caráter dinâmico e situado da linguagem.

³⁶ Graduanda em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa da Universidade Estadual do Maranhão – Campus Presidente Dutra; Bolsista de Iniciação Científica – FAPEMA. .

³⁷ Doutora em Estudos Linguísticos (UFMG). Professora do departamento de Letras da Universidade Estadual do Maranhão – Campus Presidente Dutra.

Este trabalho objetiva caracterizar o processo de significação materializado em novas palavras e expressões utilizadas em ambiente digital, tomando como foco as formas ‘cringe’ e ‘lacrar’. Busca-se identificar os processos de formação dessas expressões, mapear aspectos morfossintáticos, descrever seus contextos de uso, relacionar suas ocorrências às pertinências enunciativas e analisar os referenciais que sustentam seus sentidos.

Para tanto, a pesquisa fundamenta-se na abordagem teórica da Semântica do Acontecimento, conforme proposta por Eduardo Guimarães (2002), em diálogo com Luiz Francisco Dias (1996), a qual compreende o sentido como efeito produzido no acontecimento enunciativo. Nessa abordagem, a língua é entendida em seu funcionamento histórico e discursivo, sendo os sentidos determinados pelas condições de produção e pelas relações que se estabelecem no uso, e não por significados fixos previamente dados.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A compreensão dos fenômenos linguísticos analisados neste trabalho requer a consideração das condições de produção do sentido na linguagem, o que implica partir de uma reflexão mais ampla sobre o funcionamento da linguagem e sobre o modo como o sentido se constitui nas práticas sociais. A linguagem, enquanto capacidade humana, constitui um elemento central na organização da vida social e na construção simbólica do mundo.

Nesse sentido, Fiorin (2015) destaca que a linguagem corresponde a uma necessidade própria da espécie humana, afirmando que “a linguagem corresponde a uma necessidade natural da espécie humana, a de comunicar-se” (p. 14). Tal entendimento permite compreender que, embora a linguagem seja uma capacidade inerente ao ser humano, sua realização concreta ocorre por meio da aprendizagem social de uma língua, formada por signos compartilhados por uma comunidade linguística. Desse modo, a linguagem não apenas possibilita a comunicação, mas também participa da construção dos sentidos que circulam socialmente.

No âmbito específico dos estudos semânticos, a reflexão sobre o sentido ganha sistematização com Michel Bréal (1897), especialmente em sua obra *Ensaio da Semântica*. Considerado um dos fundadores da Semântica moderna, no final do século XIX, Bréal (1897) institui a significação como objeto próprio da investigação linguística, defendendo que o estudo da língua não poderia restringir-se aos aspectos formais, como fonética ou morfologia, mas deveria incluir as transformações de sentido ocorridas no uso.

Além disso, Bréal (1897) reconhece que o significado das palavras se modifica historicamente e que o funcionamento semântico deve ser observado em relação ao emprego linguístico. Ainda que sua abordagem permaneça centrada nas palavras e em sua evolução, o autor inaugura uma preocupação fundamental com o caráter histórico do sentido, abrindo caminho para perspectivas que, posteriormente, irão considerar o papel do uso e das condições de produção na constituição dos significados.

De acordo com Flores *et al.* (2023), em *Enunciação e Gramática*, um dos aspectos centrais da Linguística da Enunciação é a investigação dos mecanismos de produção de sentido na língua em uso. Essa ampliação decorre da compreensão de que a língua não é parcialmente enunciada, mas inteiramente mobilizada no ato de dizer. Conforme afirma Benveniste (1989, p. 83), “a enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso”, o que implica reconhecer que o sujeito, ao enunciar, apropria-se da língua e a atualiza em uma situação singular. Assim, o sentido não é um dado pré-existente, mas um efeito produzido no e pelo discurso.

No interior dessa abordagem, torna-se necessário explicitar aquilo que, conforme sistematiza Flores *et al.* (2023), a partir de Émile Benveniste (1989), constitui o eixo teórico da Linguística da Enunciação: a articulação entre unidade, objeto e noção fundante.

Nesse quadro, a língua, ao ser mobilizada no discurso, permite não apenas a produção de enunciados, mas a própria constituição do sujeito na linguagem. Assim, unidade de análise deixa de ser a palavra isolada e passa a ser a frase/enunciado, entendida como lugar em que se articulam forma e sentido.

O objeto da análise, por sua vez, desloca-se da língua enquanto sistema para a enunciação, isto é, para o processo de sua realização em situações concretas de uso. Já a noção fundante dessa orientação reside na intersubjetividade, instaurada na relação eu-tu, condição necessária para que a linguagem se efetive como discurso. Assim, conforme explica Benveniste (1989), é na e pela enunciação que a língua se atualiza, o sujeito se constitui e o sentido se produz.

Nesse quadro teórico, torna-se fundamental distinguir enunciação e enunciado. Segundo Flores *et al* (2023), o enunciado corresponde ao produto linguístico, enquanto a enunciação refere-se ao processo de sua produção. A enunciação não é diretamente observável, sendo acessível apenas por meio das marcas que deixa no enunciado. Trata-se de uma instância efêmera e irrepetível, uma vez que cada ato enunciativo ocorre em condições únicas de tempo, espaço e pessoa.

A singularidade da enunciação é um princípio central na teoria benvenistiana. Conforme Flores *et al* (2023), essa característica impede a formulação de uma “gramática da enunciação” nos moldes tradicionais. Embora seja possível falar em gramática como arranjo linguístico promovido pelo sujeito, não há como sistematizar a enunciação em regras fixas, dado que cada ocorrência enunciativa constitui um acontecimento singular.

Dessa forma, a abordagem enunciativa desloca o foco da descrição linguística: não se trata apenas de analisar estruturas formais, mas de compreender como essas estruturas funcionam no uso. A gramática, nesse sentido, passa a ser entendida como intrinsecamente relacionada à enunciação. Ainda de acordo com o autor, descrever a língua, sob esse olhar, é tratar dos fatores envolvidos em sua utilização em situações concretas de discurso.

No plano teórico, a proposta de Benveniste (1989), explicada por Flores (2023), fundamenta-se na articulação entre forma e sentido. O autor distingue duas maneiras de ser língua: o semiótico, relacionado ao sistema de signos, e o semântico, vinculado ao discurso. O primeiro refere-se ao reconhecimento das formas linguísticas; o segundo, à produção de sentido no uso.

Essas duas dimensões não são excludentes, mas complementares. No discurso, os signos tornam-se palavras e passam a integrar relações que produzem sentidos específicos, situados em uma determinada instância enunciativa. Assim, o sentido não reside isoladamente nas palavras, mas emerge das relações que se estabelecem entre elas no enunciado, sob a ação do sujeito.

Nessa perspectiva, a frase assume um papel central, sendo considerada a unidade da Linguística da Enunciação. Conforme Flores et al. (2023), é na frase que se articulam forma e sentido, língua e discurso, reconhecimento e compreensão. A frase expressa, portanto, a dupla significância da língua, reunindo sistema e uso em uma mesma instância.

Outro conceito fundamental é o de intersubjetividade. Para Benveniste (1989), a linguagem é constitutivamente intersubjetiva, uma vez que o uso da língua implica sempre a relação entre um eu e um tu. O ato de enunciar instaura essa relação, possibilitando a comunicação e a construção de sentidos compartilhados. Nesse processo, o locutor se inscreve no discurso e constitui o interlocutor como participante da interação.

Seguindo nesse quadro teórico, para aprofundar a compreensão de como gírias digitais adquirem sentido, Dias (2018), inserido na Semântica do Acontecimento, defende que “significar é relacionar”. As formas da língua não possuem um sentido fixo; elas se articulam sob o domínio da constituição dos sentidos.

Nesta perspectiva, introduzimos o conceito de domínio de mobilização, definido como as articulações de sentido socialmente configuradas que determinam as formas expressivas. No caso da Geração Z, o ambiente das redes sociais e a cultura digital funcionam como o domínio que mobiliza termos como “cringe” e “lacrar” para unidades de significação específicas, como o deboche ou a afirmação social.

Um aspecto importante é a distinção entre sinal e signo. Segundo Dias (2018), a forma linguística não é o signo em si; ela só se torna signo quando adquire mobilidade específica no uso. A enunciação permite o movimento que vai do sinal (a palavra estática) ao signo (a palavra viva no discurso).

Assim, o termo “cringe”, originalmente um sinal da língua inglesa, ao ser inserido pela Geração Z brasileira em suas enunciações, ganha uma estabilidade que permite uma circulação, mas também a mobilidade necessária para adquirir novos contornos no “terreno pantanoso da significação” das redes sociais

Dessa forma, a articulação entre esses referenciais permite compreender que as formas linguísticas analisadas neste trabalho “cringe” e “lacrar” não devem ser vistas apenas como gírias ou inovações lexicais isoladas, mas como acontecimentos de linguagem. Em ambientes digitais, essas formas circulam, deslocam sentidos e produzem efeitos enunciativos específicos, revelando processos históricos de significação que envolvem sujeitos, contextos sociais e memórias discursivas.

Assim, a linguagem nas redes sociais constitui um espaço privilegiado para observar o funcionamento semântico contemporâneo, no qual o sentido se constrói continuamente no uso e na interação social.

METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo e descritivo-interpretativo, orientado pelos pressupostos da Semântica do Acontecimento. A abordagem qualitativa permite investigar o funcionamento semântico e enunciativo das formas linguísticas sem foco quantitativo, priorizando a análise dos efeitos de sentido.

Fonte de dados e corpus

O *corpus* foi constituído por enunciados coletados em redes sociais digitais, especialmente Twitter/X, TikTok e Instagram. Embora a pesquisa envolva diversas gírias, neste artigo o recorte analítico concentra-se exclusivamente nas formas “cringe” e “lacrar”, selecionadas por sua recorrência.

Procedimentos de coleta

Os dados foram coletados por meio de buscas nas plataformas, utilizando as formas analisadas como termos de pesquisa. Consideraram-se apenas enunciados públicos, respeitando princípios éticos da pesquisa digital.

Procedimentos de análise

A análise seguiu as seguintes etapas:

1. Identificação das ocorrências;
2. Seleção dos enunciados;
3. Descrição morfossintática;
4. Análise enunciativa dos efeitos de sentido;
5. Investigação das pertinências e referenciais;

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados indicam que as formas “cringe” e “lacrar” refletem diferentes modos de significar e de posicionar-se discursivamente nas redes sociais.

EXEMPLOS:

1

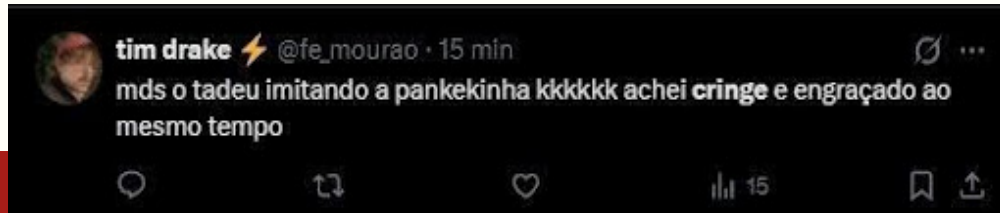


Fonte: Acesso em: <https://x.com/riruto/status/1974999510108782706?s=46>, 05/10/2025

Em 01, observa-se a criação de marcas de identidade entre o que é considerado “aceitável” e o que gera desconforto; mesmo que uma gíria tenha sido amplamente usada no passado, utilizá-la hoje pode ser interpretado como julgamento. Esse funcionamento pode ser observado na imagem acima, em que o termo “cringe” aparece repetidamente para descrever ações cotidianas, como acordar, escovar os dentes e olhar-se no espelho.

O efeito produzido é humorístico e irônico, pois a repetição exagerada mostra como a palavra passou a ser usada de forma ampla e até banalizada, indicando não apenas reprovação, mas também uma crítica metalinguística ao próprio uso excessivo da gíria. Assim, o enunciado evidencia que o sentido não está apenas na palavra em si, mas no contexto discursivo em que ela circula, reforçando seu caráter avaliativo e identitário.

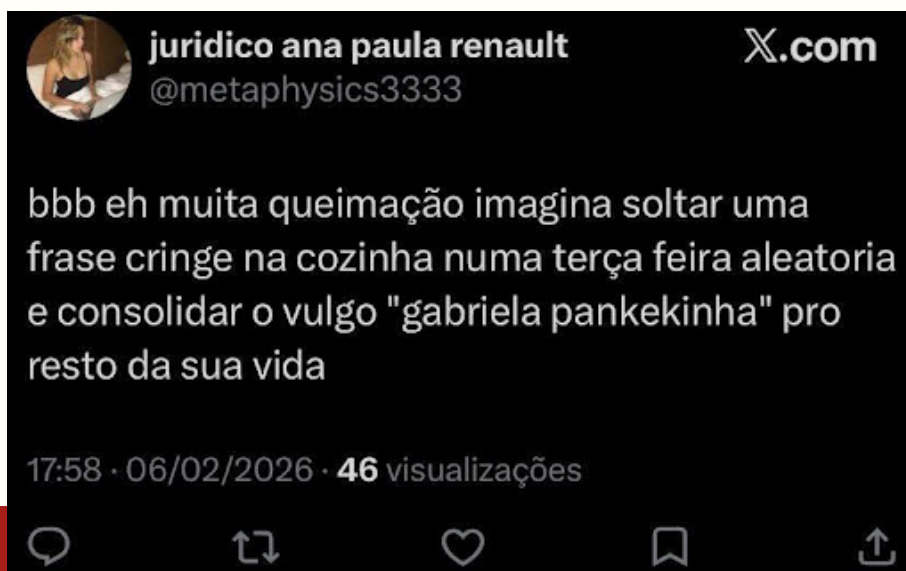
2



Fonte: Acesso em: https://x.com/fe_mourao/status/2022843395341697381?s=46, 14/02/2026

Em 02, observa-se a reação do público ao apresentador Tadeu Schmidt. O usuário comenta que o Tadeu imitou a participante Gabriela (chamada aqui de “Pankekinha”). Ele usa a gíria cringe para dizer que sentiu vergonha alheia da cena, mas admite que, mesmo sendo vergonhoso, foi engraçado. Isso mostra que até o apresentador entrou na onda das brincadeiras da internet.

3



Fonte: Acesso em: <https://x.com/metaphysics3333/status/2019878391827296679?s=46>, 13/02/2026

Esta imagem descreve como o programa pode perpetuar uma imagem de alguém. O texto diz que o BBB é muita queimação porque uma pessoa pode soltar uma frase cringe (vergonhosa) em um momento comum na cozinha e acabar ganhando um apelido 'ridículo', como "Gabriela Pankekinha", que vai ficar marcado nela para o resto da vida. É um aviso sobre como tudo que se faz ali dentro vira um rótulo aqui fora.

Conforme discutido a partir dos enunciados, observa-se que a forma "cringe" tem sido utilizada pela Geração Z para expressar vergonha alheia, incômodo ou reprovação diante de comportamentos considerados ultrapassados ou socialmente constrangedoras.

4



Fonte: Acesso em: <https://x.com/lrsast/status/1968272461956342035?s=46>, 17/09/2025

Nessa imagem, observa-se um duplo funcionamento semântico a partir da forma “lacrar”. Aparece de forma irônica: o enunciado menciona o desejo de “lacrar o sistema capitalista”, mas contrapõe essa ideia ao associá-la ao uso de um aparelho da Apple, ao consumo de uma bebida da Starbucks e à referência a Elon Musk. O humor surge da contradição entre o discurso de crítica ao capitalismo e a prática de consumo de marcas associadas a ele. Dessa forma, “lacrar” deixa de ser apenas uma expressão de afirmação e passa a funcionar como recurso irônico, revelando um julgamento social sobre coerência discursiva e performatividade nas redes sociais.

5



Fonte: Acesso em: <https://x.com/1eozinho01/status/2023249151375372317?s=46>, 16/02/2026

Em 05, um usuário compartilha um vídeo da participante Samira alfinetando (provocando) a Maxiane. O texto diz que a Maxiane não respondeu porque não tinha ensaiado o que dizer. A crítica principal aqui é sobre os “trejeitos de deboche” que ela faz para tentar lacrar e viralizar em cortes de vídeos no TikTok, o que o público vê como algo forçado e irritante.

6



Fonte: Acesso em: <https://x.com/aperfeitasmbn/status/2024373744429334849?s=46>, 19/02/2026

Para criticar a participante Maxiane, o usuário diz que ela é xoxa (sem graça/sem energia) e que, na tentativa de lacrar, ou seja, falar algo impactante para vencer uma discussão, ela usou uma frase infantil: “cala a boca já morreu, quem manda na minha boca sou eu”. O texto critica o fato de ela tentar parecer madura ou “esperta”, mas acabar agindo como uma criança.

Com base nos enunciados analisados, pode-se perceber que a forma “lacrar” adquire sentidos associados à autoafirmação, ao empoderamento e à aprovação coletiva, sendo utilizada para valorizar atitudes marcantes ou opiniões firmes. Entretanto, observa-se também que “lacrar” pode assumir um sentido negativo, quando empregado de forma irônica ou ofensiva para atingir outras pessoas, demonstrando que o significado da palavra se constrói a partir do contexto e da intenção do enunciador, conforme defende a Semântica do Acontecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por se tratar de uma pesquisa em andamento, as análises apresentadas possuem caráter parcial. Ainda assim, observa-se que as redes sociais funcionam como espaços privilegiados de produção e circulação de sentidos, favorecendo processos de inovação e ressignificação linguística.

As formas analisadas evidenciam que o sentido se constitui na relação entre linguagem, sujeito e historicidade, reforçando a relevância das abordagens enunciativas para o estudo da linguagem digital contemporânea.

Sobre as formas analisadas, observa-se que a forma “cringe” tem sido utilizada pela Geração Z para expressar vergonha alheia, incômodo ou reprovação diante de comportamentos considerados ultrapassados ou socialmente constrangedoras enquanto a forma “lacrar” adquire sentidos associados à autoafirmação, ao empoderamento e à aprovação coletiva, sendo utilizada para valorizar atitudes marcantes ou opiniões firmes. Mas também, pode ser usada em sentido oposto, quando empregado de forma irônica ou ofensiva para atingir outras pessoas.

REFERÊNCIAS

BENVENISTE, Emile. (1966). **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas, Pontes, 1988.

_____ (1974). **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas, Pontes, 1989.

BRÉAL, M. (1897). **Ensaio de Semântica**. Campinas, Pontes/ Educ, 1992.

DIAS, Luiz Francisco. **Os sentidos do idioma nacional: as bases enunciativas do nacionalismo linguístico no Brasil**. Campinas: Pontes, 1996

_____ **Enunciação e relações linguísticas**. Campinas, SP: Pontes Editora, 2018.

FIORIN, José Luiz. (org.) **Linguística; Que é isso; São Paulo: Contexto, 2015.**

SILVA, Silvana; LICHTENBERG, Sônia; WEIGERT, Thaís; FLORES, Valdir do Nascimento. **Enunciação e gramática**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

GUIMARÃES, Eduardo (2011) **Análise de texto: procedimentos, análises, ensino**. Campinas: Editora RG.

_____ (2002) **Semântica do Acontecimento**. Campinas: Pontes. _____ **Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem**. Campinas: Editora RG, 4. ed. 2010.

_____ (2018). **Semântica, Enunciação e Sentido**. Campinas: Pontes Editores.

Performar o predador: performance e identidade vampírica em games contemporâneos

Antonia Karine do Nascimento Rosendo Cavalcante³⁸

INTRODUÇÃO

Publicada em 1872, *Carmilla*, de J. Sheridan Le Fanu, apresenta uma vampira cuja monstruosidade se funde a um erotismo lésbico e a uma ambiguidade andrógina, convertendo-a em precursora da subversão de gênero no gótico vitoriano. Mais de um século depois, *O Vampiro Lestat* (Anne Rice, 1985) reposiciona o vampiro como celebridade romântica pós-punk, inteiramente mediática, transformando o antigo predador noturno em sujeito narcisista que negocia fama, melancolia e desejo diante de câmeras, microfones e plateias globais.

Nina Auerbach (1995) e Ken Gelder (1994) observaram que *Carmilla* e *Lestat* convertem-se, cada qual à sua época, em paradigmas de subjetividade pós-humana, ou seja, figuras que, ao encarnar corpos simultaneamente eternos e imutáveis, desfazem fronteiras biológicas e identitárias e mantêm aberto o flanco da literatura para a alteridade radical. Ambos exercem fascínio ao refletir uma imortalidade tão antagônica ao medo da morte dos seres humanos.

Quando essas matrizes literárias atravessam a interface dos games, o leitor tradicional converte-se em jogador e passa a agir em um espaço que articula clãs, poderes e opções morais. Nos games *Vampire: The Masquerade – Bloodlines 2* (Troika Games, 2004)

³⁸ Mestra em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Letras de Bacabal – PPGLB/ UFMA, Professora substituta na Universidade Estadual do Maranhão – UEMA/CESPD; E-mail: antoniaknrcavalcante@gmail.com

e *Vampyr* (Dontnod, 2018), o sujeito diante da tela é convocado a performar identidades vampíricas por meio de sistemas que regulam a alimentação, o diálogo, o combate e o sigilo. A cada escolha aquele que joga negocia desfechos, molda reputações e reescreve, em tempo quase real, os legados de Carmilla e Lestat.

Nesse contexto, a leitura contemplativa é convertida em prática encarnada, pois as páginas tornam-se ruas escuras, sarjetas, clubes alternativos; a voz do narrador cede lugar ao timbre eletrônico do avatar. Assim, o que antes se entendia como apreciação estética passa a ser também negociação ética, pois cada decisão sobre poupar ou punir, seduzir ou subjugar grava-se nos parâmetros do game e repercute no arco narrativo subsequente.

Desse modo, articula-se *close reading* de textos canônicos com análise procedimental da experiência de *game*. Tal procedimento dialoga com a virada ergódica de Espen Aarseth (1997), que enfatiza o papel do esforço do leitor-jogador na construção do sentido e com a reflexão de Jesper Juul (2005) acerca das regras ficcionais que vinculam a mecânica à diegese. Interessa, portanto, examinar como a trama sistêmica, pontos de *Humanity*, que regulam o grau de empatia em *Vampyr* ou o medidor de *Masquerade* que pune a exposição pública em *Bloodlines*, dramatiza dilemas já insinuados nos romances. Ao mesmo tempo, esse cotejo evidencia que a materialidade do código amplia aquilo que a página apenas sugeria: o mascaramento social discutido por Butler (1990) ganha contornos mensuráveis, e a oscilação entre depredação e altruísmo, refletida por Rice (1985), torna-se variável que o algoritmo premia ou condena.

Para sustentar essa hipótese, o trabalho recorre ao *toolkit* de Consalvo e Dutton (2006), que sugere combinar observação participante, registro videográfico e desmontagem de sistemas. Tal abordagem poderá descrever com minúcia de que maneira as regras internas, as árvores de diálogo e os poderes vampíricos modulam a experiência narrativa. A teoria da performance de Richard Schechner (2006) fornece, por sua vez, o vocabulário para pensar o *game* como comportamento restaurado; a identidade do avatar, afinal, existe entre o 'eu' que joga e o 'outro' que é jogado, num estado de presença mediada que Auslander (2008) chamaria de *liveness* digital.

Além disso, a interlocução com Judith Butler (1990) e Donna Haraway (1991) fundamenta como o vampiro permanece mediador de fantasias de alteridade na pós-contemporaneidade. Butler (1990) permite ler o gênero como performance reiterativa que o game, ao oferecer múltiplas escolhas de corpo e voz, evidencia com brutal clareza. Haraway (1991), ao evocar o ciborgue, ajuda a compreender o avatar vampírico como figura liminar que intermedeia fronteiras entre humano, máquina e animal. Ao tensionar esses vetores, o estudo pretende demonstrar que os universos de *Bloodlines* e *Vampyr* atualizam a tradição gótica e acima disso, expandem ao oferecer jogador a chance de experimentar, em primeira pessoa, as ambiguidades que definem *Carmilla: A Vampira de Karnstein* e *O Vampiro Lestat*.

Ao percorrer a trajetória que vai do romance literário ao game contemporâneo, a pesquisa evidencia a vitalidade do vampiro como um operador cultural que transita por suportes, linguagens e épocas, sem jamais perder a capacidade de espelhar os anseios e temores de sua audiência. Se *Carmilla* inaugurou a inquietante intimidade entre desejo feminino e monstruosidade e *Lestat* encarnou a melancolia narcísica da era da celebridade, o vampiro digital declara que a alteridade continua aberta à participação direta de quem joga, reconfigurando, ato a ato, o pêndulo entre Eros e morte que há séculos alimenta o imaginário gótico.

ARQUÉTIPOS VAMPÍRICOS LITERÁRIOS E VIRTUAIS

Le Fanu (1872) e Rice (1985) fornecem os vértices literários que fundamentam a questão: em que medida *Vampire: The Masquerade - Bloodlines 2* e *Vampyr* permitem que o jogador performe identidades derivadas de *Carmilla* e *Lestat*? Investigar essa transferência exige percorrer a história do gótico, cotejar teoria da performance e mobilizar os *Game Studies* para seguir a metamorfose vampírica da literatura ao virtual. O percurso combina exegese textual com análise procedimental do design e observação netnográfica.

ca, o que compõe uma cartografia conceitual que coloca o vampiro como mediador cultural capaz de atravessar linguagens e suportes. A configuração teórica aqui proposta, portanto, delimita um objeto simultaneamente literário, lúdico e social, situando a subjetividade vampírica como laboratório em que tensões de gênero, moralidade e pós-humanidade se atualizam na cultura digital.

Auerbach (1995, p. 5) observa que cada época “cria os vampiros que merece”, citação que faz compreender o impacto de Carmilla na virada oitocentista. Ao fundir erotismo lésbico, ambiguidade andrógina e ameaça espectral, Le Fanu instala uma figura que desafia códigos vitorianos de feminilidade e coloca o desejo feminino no centro do horror. A vampira não consome apenas sangue; consome a estabilidade do lar patriarcal, convertendo o quarto de dormir num palco de transgressão íntima. Através dessa ambivalência, o texto legitima leituras que associam o vampiro à ruptura de normas de gênero e à visualização de sexualidades marginalizadas.

Gelder (1994) desloca o olhar para o final do século XX e argumenta que *O Vampiro Lestat* converte a anomalia em celebridade global, inserindo-o num mercado que vende transgressão *Prêt-à-porter*³⁹. Lestat percorre *talk shows*, grava discos, estrela filmes, e essa mobilidade entre mídias antecipa a lógica transmídia explorada pelos *games*. Se Carmilla espreitava cortinas de veludo, Lestat pula barricadas de luzes neon, exibindo o vampiro como marca registrada. Ao configurar o predador como produto, Rice (1985) abre espaço para que sistemas de reputação traduzam carisma e vaidade em variáveis numéricas. O narcisismo midiático, portanto, torna-se jogável, permitindo que o usuário performe a sedução de massa como recurso estratégico. Essa virada de mercado reforça a leitura do vampiro como figura pós-industrial que incorpora, com cinismo, as lógicas de espetáculo capitalista.

³⁹ Tradução do francês: pronto para vestir.

Halberstam (1995) e Botting (1996) recordam que o gótico opera como arquivo de ansiedades culturais, sobretudo aquelas ligadas a corpos desviantes e hierarquias em crise. No âmbito dos *games* vampíricos, esse arquivo se materializa em métricas que traduzem medos oitocentistas em sistemas de vigilância e punição. A literatura insinuava que o monstro devia ser contido; o *game* codifica esse imperativo em penalidades que forçam o usuário a equilibrar saciedade e invisibilidade. Desse modo, a mecânica atualiza, sem retórica moralista, a crítica que o gótico faz às instituições disciplinadoras.

A NATUREZA DO SER VAMPÍRICO E PERFORMANCE DE IDENTIDADE

Miller (2006) acrescenta que a imortalidade vampírica institui corpo infinitamente reprogramável, antecipando debates sobre biotecnologia e identidade fluida. Haraway (1991) sustenta que o ciborgue dilui fronteiras entre humano, animal e máquina; Braidotti (2013) desloca essa imagem para uma ética de experimentação contínua. Quando sistemas de criação de personagem permitem ajustar atributos físicos, mentais e sociais, traduzem em linguagem algorítmica o princípio de plasticidade corporal, surge a necessidade de compartimentar os vampiros digitais em clãs, cada um com atributos bem definidos e habilidades particulares, a escolha de um clã define o *modus operandi* de toda a *gameplay*. O clã vampírico assume, então, a função de plataforma ontológica, por meio da qual identidades compostas são performadas e testadas.

Butler (1990) afirma que o gênero se produz pela repetição ritual de atos sociais; essa formulação clarifica o funcionamento dos *games* analisados. Ao selecionar pronome, postura corporal e tom de voz para o avatar, o jogador inscreve uma cadeia de gestos que performa masculinidade, feminilidade ou gradações intermediá-

rias. A cada diálogo ramificado, a retórica de sedução ou violência é reiterada até tornar-se efeito de naturalidade. Dessa maneira, a identidade vampírica emerge do acúmulo de escolhas que a interface registra meticulosamente. No âmbito das obras literárias em análise percebe-se a performance de gênero quando Carmilla representa a fragilidade feminina para subverter a ordem natural do lar, usando a etiqueta e a discricção como mecanismo predatório enquanto Lestat usa a face da teatralidade de uma estrela do rock, fazendo de si mesmo um monstro desejado pelas massas, ele é – simultaneamente – caça e caçador.

Schechner (2006) descreve o comportamento performado como ação consciente de sua teatralidade, qualidade que o *game* exhibe com clareza quando o usuário alterna entre imersão narrativa e gestão de atributos. Auslander (2008) acrescenta que a presença mediada modifica o estatuto da performance, pois o avatar existe num espaço entre o jogador e a tradição literária que lhe fornece signos. O vampiro existente nos *games* pode, assim, ser compreendido simultaneamente como texto e evento performativo. Em *Vampyr*, Jonnathan Reid performa a imagem do médico que fora antes de tornar-se vampiro, trazendo uma dicotomia entre vida e morte, o médico que cura e o vampiro que mata são um único ser.

Ahmed (2014) sustenta que afetos circulam entre corpos e objetos, produzindo atmosferas compartilhadas. Johnson (2019) demonstra que plataformas de streaming intensificam essa economia afetiva ao transformar decisões do jogador em experiência coletiva. A subjetividade vampírica, portanto, não se produz apenas no sistema do *game*, mas também na circulação social de sua performance. Desse modo o vampiro literário torna-se essencialmente jogável no mundo virtual, o cenário narrado torna-se interativo e o leitor ganha poder de escolha dentro da história que escolhe contar como melhor lhe aprouver.

SISTEMAS LÚDICOS E OPERACIONALIZAÇÃO DO ARQUÉTIPO

Aarseth (1997) define textos ergódicos como aqueles cujo sentido depende de trabalho não trivial do leitor; os *games* levam essa premissa ao extremo ao exigir cálculo constante de risco e recompensa. O final de *Vampyr* depende de quantos NPC's⁴⁰ são mortos, quanto menos, melhor é o final, a questão é que matar NPC's garante uma boa quantidade de pontos de experiência de forma rápida e alguns NPC's são personagens moralmente questionáveis e suas mortes tendem a melhorar a vida de outros personagens, o que provoca no jogador uma escolha moral. Juul (2005) descreve a meio-realidade como espaço híbrido entre regras e ficção, condição que transforma dilemas morais em variáveis mensuráveis. Murray (1997) antecipa esse processo ao prever a metamorfose narrativa promovida por ambientes imersivos. Consalvo e Dutton (2006) descrevem sistemas, diários de *games* e exame de comunidades, instrumento que permite observar o fenômeno vampírico em sua totalidade ecológica. Consalvo (2009) demonstra que práticas de jogadores, como *mods* e *streams*, expandem a autoria e reconfiguram o texto digital como construção coletiva.

Quinhones et al. (2022) evidenciam que a ficção vampírica mobiliza experiências afetivas tangíveis, enquanto Santos (2020) mostra a persistência de motivos morais na narrativa vampírica contemporânea. Trindade (2021) demonstra que identidades dissidentes encontram no avatar vampírico um dispositivo de experimentação política. Bondioli (2020) amplia o horizonte histórico ao evidenciar o vampiro como operador de releitura cultural. Juntos, esses aportes demonstram que o vampiro virtual constitui atualização procedimental de uma tradição literária, convertendo arquétipos góticos em sistemas de decisão, métricas morais e performances identitárias iteráveis.

⁴⁰ "Non-Playable Character" ou "Personagem Não Jogável"

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Games contemporâneos reconfiguram o vampiro ao convertê-lo em identidade performativa regulada por sistemas de escolha moral. A experiência interativa amplia a tradição gótica ao permitir que o jogador habite e negocie a alteridade em tempo real. O vampiro digital constitui, assim, laboratório simbólico para a experimentação de subjetividades híbridas na cultura contemporânea. Ao comparar a mecânica de *masquerade: Bloodlines2* – que evidencia o mascaramento social teorizado por Butler e Auerbach – com o sistema de humanidade de *Vampyr*, que referencia dilemas éticos que aludem aos vivenciados por Lestat, o presente estudo demonstra como a *gameplay* reescreve temas presentes da tradição gótica de Carmilla e Lestat, evidenciando assim, que o vampiro dos *games* não apenas herda, mas reinventa e expande os limites do gótico contemporâneo.

Como forma de delimitação, o presente estudo concentrou-se na análise estrutural dos sistemas, e no conceito de performance vampírica sem, no entanto, aprofunda-se na experiência de jogadores. Investigações futuras podem ter foco na compreensão de práticas das comunidades *gamers* e experiências afetivas dos jogadores para compreender como essas identidades performativas são vividas socialmente.

REFERÊNCIAS

AARSETH, Espen. *Cybertext: Perspectives on Ergodic Literature*. Baltimore: Johns Hopkins UP, 1997.

AUERBACH, Nina. *Our Vampires, Ourselves*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

AUSLANDER, Philip. *Liveness: Performance in a Mediatized Culture*. 2. ed. London: Routledge, 2008.

BOTTING, Fred. *Gothic*. London: Routledge, 1996.

BRAIDOTTI, Rosi. *The Posthuman*. Cambridge: Polity, 2013.

BUTLER, Judith. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York: Routledge, 1990.

CONSALVO, Mia. *Cheating: Gaining Advantage in Videogames*. Cambridge: MIT Press, 2009.

CONSALVO, M.; DUTTON, N. "Game analysis: Developing a methodological toolkit for the qualitative study of games." *Game Studies*, v. 6, n. 1, 2006.

DONTNOD Entertainment. *Vampyr* [PC/PS4/XOne]. Focus Home, 2018.

GELDER, Ken. *Reading the Vampire*. London: Routledge, 1994.

HALBERSTAM, Judith. *Skin Shows: Gothic Horror and the Technology of Monsters*. Durham: Duke UP, 1995.

HARAWAY, Donna. *Simians, Cyborgs and Women: The Reinvention of Nature*. New York: Routledge, 1991.

HOGLE, Jerrold. *The Cambridge Companion to Gothic Fiction*. Cambridge: CUP, 2002.

JUUL, Jesper. *Half-Real: Video Games between Real Rules and Fictional Worlds*. Cambridge: MIT Press, 2005.

LE FANU, J. Sheridan. Carmilla: A Vampira de Karnstein. Traduzido por Giovana Mattoso. – Cotia: Pandorga 2021

MILLER, Elizabeth. Dracula: Sense & Nonsense. Jefferson: McFarland, 2006.

MURRAY, Janet. Hamlet on the Holodeck: The Future of Narrative in Cyberspace. New York: Free Press, 1997.

QUINHONES, Dionatans Godoy et al. “Role-Playing Game: Uma Investigação Fenomenológica do Jogo”. *Phenomenology, Humanities and Sciences*, v. 3, n. 3, 2022.

RICE, Anne. O Vampiro Lestat. Tradução de Reinaldo Guarany. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Rocco, 2021.

SANTOS, Fabiano Rodrigo da Silva. “Por trás da máscara, o signo de Caim: reminiscências do romântico e do trágico em *Vampiro: A Máscara*”. *Revista Mais Dados*, v. 1, 2014.

SCHECHNER, Richard. Performance Studies: An Introduction. 2. ed. New York: Routledge, 2006.

TRINDADE, Larissa Aparecida. “Por trás da máscara, o signo de Caim...”, dissertação de mestrado em andamento (UFPR, 2019-2021).

TROIKA Games. Vampire: The Masquerade – Bloodlines 2 [PC, Playstation 5 e Xbox series]. Activision, 2025.

Marcas enunciativas de resistência: linguagem e sujeito no conto contemporâneo



Ruth Ferreira da Silva⁴¹
Carliane Miranda Carneiro Aguiar⁴²

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa engloba as marcas enunciativas no contexto narrativo do conto *A Oração do Carrasco*, presente na obra *Doramar ou A Odisseia* (2021) de Itamar Vieira Junior. Os termos de enunciação identificam o sujeito enunciador (quem fala), o enunciado (o discurso) e o enunciatário (quem recebe). O conto contemporâneo brasileiro está cada vez mais consolidado como espaço de expressão de vozes historicamente oprimidas, em especial de grupos afro-brasileiros e periféricos. Segundo Fonseca (2002, p. 15) em algumas das manifestações literárias podem ser ouvidas as vozes dissidentes que reclamam uma maior credibilidade para das questões relativas aos descendentes de africanos que formam a maior parcela da população brasileira. Ao insistirem em abranger o campo de visão da sociedade sobre si mesma. No caso, o conto *A Oração do Carrasco* revela posições de resistência, indicando que a contemporaneidade contribui para essa manifestação.

Assim, questiona-se: como a linguagem e as marcas enunciativas presentes nos contos na obra *Doramar ou A Odisseia* (2021) constroem o sujeito de resistência e discursos de identidade social

⁴¹ Graduanda em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa na Universidade Estadual do Maranhão – Campus Presidente Dutra. Bolsista de iniciação científica da UEMA.

⁴² Mestra em Linguística pela Universidade Federal do Maranhão, membro do grupo de pesquisa GELP/Co-Lin- UFMA, professora substituta campus CESP/UEMA, professora efetiva SEDUC- MA.

e cultural? Essa temática se justifica pela relevância de compreender como a literatura funciona como prática discursiva e social. A análise das marcas enunciativas oferece ferramentas para observar como o sujeito literário é constituído no discurso, como resiste a estruturas de opressão e como a linguagem é mobilizada para afirmar memória, cultura e subjetividade. Portanto, o estudo amplia a compreensão discursiva em contos contemporâneos.

ENUNCIÇÃO COMO ATO DE CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO

Para Émile Benveniste (1989, p.286) “é na e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito” No conto, essa constituição se evidencia na insistência da primeira pessoa: “Minha mão será leve como a pena. O nó de meu laço terá a força e a suavidade da terra.” (VIEIRA JUNIOR, 2021, p. 38). O uso reiterado dos pronomes possessivos “minha”, “meu” não é apenas marca gramatical, mas também é marca de presença.

A subjetividade afirma-se no momento mesmo da enunciação. Conforme Benveniste (1989, p. 84), a enunciação é um ato individual de apropriação da língua. O carrasco apropria-se da linguagem para ressignificar seu ofício.

Ademais, essa dimensão dialoga com as perspectivas de Bakhtin (2011, p.122), pois considera-se que todo enunciado é valorativamente orientado. A oração do carrasco não é imparcial, ela atribui sentido ético a um ato violento, considerado em meio a trama como tradição familiar, um dever. A palavra torna-se espaço de conflito entre opressão estatal e dignidade ancestral.

2.1 Discurso, Poder E Resistência

A análise do discurso em *A Oração do Carrasco*, de Itamar Vieira Junior, revela uma construção enunciativa densamente marcada pela tensão entre poder institucional e subjetividade ancestral. O discurso não se organiza como simples narração de acontecimentos, ele se estrutura como ato ritualístico.

Primeiramente, observa-se que a linguagem do conto não é descritiva no sentido tradicional, mas profundamente introspectiva. O foco recai sobre a interioridade do carrasco, cuja fala assume caráter oracional. A oração não é apenas recurso estilístico, mas forma discursiva que transforma o ato da execução em gesto simbólico. De acordo com Michel Foucault (1996, p.10),



O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. O discurso é o objeto do desejo; não apenas aquilo que manifesta o poder, mas aquilo que o produz e pelo qual se combate. (FOUCAULT, 1996, p. 10).



No conto, o carrasco ocupa posição paradoxal: é agente do poder punitivo do Estado, mas sua enunciação cria fissura nesse sistema. Ao afirmar “Neste instante, não sou o carrasco nem você é o poeta. Somos apenas dois homens que sentem. As palavras serão uma oração em nossos pensamentos.” (VIEIRA JUNIOR, 2021, p. 48).

O discurso suspende a identidade institucional. O poder que o define como executor é momentaneamente neutralizado pela linguagem. A oração cria um espaço simbólico de igualdade. Há suspensão das categorias institucionais. O enunciado cria um espaço

de igualdade humana. Essa maneira de impor o discurso na narrativa constitui gesto de resistência simbólica, já que, desloca o sujeito do lugar imposto pelo poder. A identidade do carrasco não é fixa ou essencialista. Ela se constrói na tensão entre herança ancestral e função estatal. A linguagem ritualística, marcada por metáforas da terra e do corpo, remete as memórias africanas em um contexto de opressão.

2.2 Identidade, Memória E Afro-Brasilidade

A noção de identidade e memória na literatura envolve compreender como o texto literário constrói sujeitos, pertencimentos e narrativas de passado por meio da linguagem. Não se trata apenas de temas abordados na obra, mas de processos discursivos que estruturam personagens, vozes e experiências históricas. Stuart Hall (2006, p. 13) afirma que identidade é produção discursiva. No conto, a ancestralidade africana é evocada pela metáfora da terra e pela ritualização do gesto. O carrasco não executa mecanicamente, ele ora. Ele reinscreve tradição no espaço da violência moderna, estando ligada as representações sociais religiosas e tradicionais familiares.

Já para Paul Ricoeur (1991, p.138), a identidade narrativa organiza a experiência temporal. A função herdada de pai para filho revela continuidade histórica marcada por ruptura, o filho recusa a tradição corrompida pelo Estado. O ofício do carrasco não é apenas um trabalho; é uma herança. Ele simboliza continuidade histórica, transmissão de memória e pertencimento a uma linhagem. Essa herança confere ao sujeito um lugar no mundo, uma posição inscrita na história familiar e social.

Entretanto, a recusa do filho rompe essa linearidade. Se, por um lado, há continuidade a tradição passa de geração em geração, por outro, há ruptura, pois o herdeiro rejeita assumir uma função que foi apropriada e instrumentalizada pelo Estado. Essa recusa revela que a identidade narrativa não é mera repetição do passado. Ela envolve interpretação crítica da herança recebida.

Maria Nazareth Fonseca (2002, p. 15) destaca que a literatura afro-brasileira amplia o campo de visão da sociedade sobre si mesma. Nesse conto, o sujeito afrodescendente não aparece como vítima passiva, mas como agente reflexivo que tensiona sua própria função social. Nesse sentido, o conto *A Oração do Carrasco*, de Itamar Vieira Junior, exemplifica essa ampliação do horizonte social. O protagonista não é apresentado como figura subjugada que apenas sofre as consequências da opressão estrutural. Embora esteja inserido em uma engrenagem estatal violenta, ele é dotado de interioridade, reflexão e consciência moral. Sua subjetividade ocupa o centro da narrativa.

Eduardo de Assis Duarte (2011, p. 23) argumenta que a escrita afro-brasileira contemporânea reconfigura o cânone ao inscrever a experiência negra como centralidade estética e política. O conto exemplifica esse movimento ao articular violência histórica e subjetividade.

Essa centralidade é fundamental: o sujeito afrodescendente não é objeto de observação externa nem caricatura social, ele é enunciador. Ao orar antes da execução, o carrasco interpreta seu próprio gesto, questiona sua função e ritualiza a violência para não se reduzir a instrumento mecânico do poder. Esse movimento desloca a imagem tradicional do sujeito negro como mero corpo subalternizado e o apresenta como consciência crítica situada na história.

Ao tensionar sua própria função social, o personagem revela complexidade ética. Ele reconhece o peso da herança e a distorção promovida pelo Estado. Sua oração não celebra a execução; ela humaniza o condenado e, simultaneamente, humaniza o próprio carrasco. Há aí uma inversão simbólica: o agente da violência não é desprovido de sensibilidade; ao contrário, é profundamente atravessado por dilemas.

2.3 Contemporaneidade e a urgência do real

Karl Erik Schollhammer (2009, p.21) observa que a literatura contemporânea brasileira é marcada pela “urgência do real”, a dura realidade que abala a sociedade e torna a representação da arte literária mais identitária e reconhecida por abordar grupos étnicos minoritários. A atmosfera de repressão no conto evoca ecos da Ditadura Militar, sugerindo paralelos entre passado e presente. A contemporaneidade aqui não é apenas cronológica; é crítica. Trata-se de um presente que carrega as marcas da exclusão histórica.

O conto revela que o presente é habitado por memórias coloniais, por heranças de escravização e por práticas de violência institucional que se transformam, mas não desaparecem. A função do carrasco, transmitida ao longo das gerações, simboliza como certas estruturas de poder se perpetuam historicamente.

Entretanto, a oração transforma essa herança em espaço de reflexão ética. O discurso ritualístico não celebra a violência; ele a humaniza e a questiona. A ancestralidade africana aparece como fonte de dignidade e não como marca de submissão.

Em relação as raízes africanas referenciadas ao longo do conto, Luana Porto (2019, p. 54) ressalta que narrativas afro-brasileiras contemporâneas trabalham a memória como forma de resistência cultural. A oração, nesse sentido, é memória ritualizada. A execução do personagem é precedida por oração, assim, o gesto é mediado por palavra sagrada. Essa ritualização aproxima-se de cosmologias afro-diaspóricas em que palavra e ação estão intrinsecamente ligadas.

Waldson Gomes de Souza (2019, p. 78) afirma que a literatura periférica desloca o centro do discurso literário tradicional. O conto de Vieira Junior posiciona sujeitos afrodescendentes como produtores de discurso, não apenas como objetos de representação.

MARCAS ENUNCIATIVAS DE RESISTÊNCIA

A análise dos dados revela pontos imprescindíveis do estudo. O conto *A Oração do Carrasco* é construído em um espaço de representação da experiência afro-brasileira, o enredo é contextualizado entre uma família que dá continuidade às práticas ancestrais em um cargo de carrasco, que tenta carregar sua função de maneira idônea e consagra uma oração ao momento final do seu trabalho. Ao tentar repassar ao seu filho, ele falha durante o processo de recepção do cargo. A cidade retratada como espaço da obra depara-se em um cenário de conturbação civil, pois há um poeta que espalha o caos ao impor pensamentos “rebeldes” fora dos padrões governamentais e o carrasco é convocado ao seu trabalho. No âmago da narrativa há referências históricas na história do Brasil, tal como o período de Ditadura Militar (1964-1985), a alienação imposta à população e o peso de carregar sua ancestralidade que foi corrompida a pedido de líderes governamentais para uma função ao seu favor.

O conto se diferencia em seu gênero textual por apresentar subjetividade sem estruturar muitos momentos de diálogo entre os personagens. O escritor usa de marcas enunciativas para repassar a intensidade de emoções e sentimentos dos personagens, o que formula sujeitos de resistência cultural e identidade social. Émile Benveniste (1989) ressalva que:



Cada enunciação é um ato que serve o propósito direto de unir o ouvinte ao locutor por algum laço de sentimento, social ou de outro tipo. Uma vez mais, a linguagem, nesta função, manifesta-se-nos, não, como um instrumento de reflexão, mas como um modo de ação. (...) Uma relação pessoal, criada, mantida, por uma forma convencional de enunciação que se volta sobre si mesma, que se satisfaz em sua realização, não comportando nem objeto, nem finalidade, nem mensagem, pura enunciação de palavras combinadas, repetidas por cada um dos enunciadores. (...) O que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem. Amplas perspectivas se abrem para a análise das formas complexas do discurso, a partir do quadro formal esboçado aqui. (Benveniste, Émile. 1989, p.90).



A *Oração do Carrasco* possui uma linguagem que não é neutra. Ela é intrinsecamente um modo de ação que quebra o silêncio, estabelece laços de solidariedade e alteridade, e permite que as identidades historicamente suprimidas sejam afirmadas em sua totalidade. O ato de narrar, tanto para o autor quanto para os personagens, é um ato de existência, de revolta e de autossatisfação ética e estética, confirmando o que Benveniste discute sobre enunciação como um ato que se realiza em sua própria concretude, sem depender de “finalidade ou mensagem” externa para sua validade, mas sim do poder de sua própria manifestação que indica subjetividade na trama. Por fim, a tabulação das marcas enunciativas e os discursos presentes no texto.

Marcas Enunciativas		
“Minha mão será leve como a pena. O nó de meu laço terá a força e a suavidade da terra.” (P.38)	“Minha”, “Meu”	Discurso oracional e ritualístico
“Quando meu laço envolver seu pescoço, e o nó firme, que consigo fazer sem tremer minhas mãos como na primeira vez, repousar abaixo de sua orelha esquerda, seus pensamentos terão a vida, e apenas nela você há de pensar.” (P.38)	“meu”, “eu” (oculto), “minhas”	Discurso indireto livre, pois mistura a narração com os pensamentos e intenções do narrador.
“Neste instante, não sou o carrasco nem você é o poeta. Somos apenas dois homens que sentem. As palavras serão uma oração em nossos pensamentos. Suas palavras serão seu poema.” (p.48)	“eu (oculto)”, “Nós (oculto)”, “Nossos”.	Discurso direto, e introspectivo.

As marcas enunciativas revelam a resistência simbólica e a ancestralidade africana por meio de elementos de linguagem ritualística, referências à terra, à memória coletiva e à espiritualidade. Essas marcas conectam o carrasco aos seus antepassados, como se os gestos de executar fosse uma forma de herança ancestral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As marcas enunciativas em cada página não apenas constroem a voz interior, emotiva e humana do carrasco, mas dão corpo à voz coletiva da cultura afro-brasileira que fala por meio dele e de sua ancestralidade. O conto *A Oração do Carrasco* articula a resistência enunciativa ao transformar o agente da violência (o carrasco) em um sujeito ético. Sua oração ritualiza a execução, negando a desumanização do ofício e afirmando uma dignidade ancestral. Marcas afro-brasileiras, como a profunda conexão com a terra e a ênfase na linhagem, subvertem a narrativa da opressão. A pesquisa também demonstrou que a literatura afro-brasileira contemporânea amplia o campo de representação social ao deslocar o sujeito negro da condição de objeto para a posição de enunciador. O protagonista do conto não é figurado como vítima passiva, mas como agente reflexivo que tensiona sua própria função social e questiona a violência estrutural.

Conclui-se, portanto, que *A Oração do Carrasco* insere-se na produção literária contemporânea como espaço de reinscrição identitária e memória histórica. A articulação entre linguagem e ancestralidade evidencia que a literatura não apenas representa a realidade social, mas intervém simbolicamente nela. A enunciação, nesse contexto, constitui prática de resistência que reafirma dignidade, consciência histórica e presença afro-brasileira no cenário da literatura nacional.

Dessa forma, a pesquisa confirma que a análise das marcas enunciativas é instrumento eficaz para compreender como o sujeito literário se constrói discursivamente e como a literatura contemporânea opera como território de afirmação cultural e política. Portanto, o conto se torna uma trilha que ecoa a voz da resistência que resgata a memória e a ética perante a violência estrutural brasileira

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. São Paulo: Pontes, 1989.

DUARTE, Eduardo de Assis. *Literatura afro-brasileira: 100 autores do século XVIII ao XXI*. Belo Horizonte: Mazza, 2011.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. Vozes em discordância na literatura afro-brasileira contemporânea. In: _____. *Poéticas afro-brasileiras*. Belo Horizonte: Mazza, 2002.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

PORTO, Luana. *Literatura afro-brasileira contemporânea e memória*. Salvador: EDUFBA, 2019.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papyrus, 1991.

SCHOLLHAMMER, Karl Erik. *Ficção brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SOUZA, Waldson Gomes de. *Literatura periférica e resistência cultural*. São Paulo: Pallas, 2019.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. *Doramar ou A Odisseia*. São Paulo: Todavia, 2021.

.

O papel das plataformas digitais na mediação da literatura contemporânea: teoria, discurso e circulação

Hevelyn Rayra Silva Pereira⁴³
Douglas De Sousa⁴⁴

INTRODUÇÃO

A consolidação da cultura digital tem provocado transformações significativas nas práticas de leitura e nos modos de circulação da literatura contemporânea. As plataformas digitais, como as redes sociais Instagram, YouTube, TikTok, tornaram-se espaços relevantes de mediação literária, nos quais leitores assumem o papel de produtores de conteúdo, compartilhando impressões, recomendações e experiências de leitura. Nesse contexto, a literatura passa a circular por meio de linguagens multimodais e discursos marcados pela subjetividade, pela interação e pelo engajamento coletivo.

Esses ambientes ampliam as possibilidades de acesso e troca em torno do universo literário, uma vez que “redes sociais digitais informacionais ampliam as possibilidades de troca de informações, pois este ambiente favorece os interesses a respeito de livros, autores e principalmente experiências com outros temas semelhantes” (MARASSI, 2017, p. 67). Assim, os discursos sobre literatura passam a ser construídos em uma dinâmica mais horizontal, marcada pela recomendação, pela afetividade e pelo engajamento.

⁴³ Graduanda em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa na Universidade Estadual do Maranhão – Campus Presidente Dutra. Bolsista de iniciação científica da UEMA.

⁴⁴ Doutor em Literatura e Práticas Sociais (UnB). Professor do Departamento de Letras da UEMA – Campus Presidente Dutra e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras – Teoria Literária da UEMA.

Diante desse cenário, torna-se fundamental investigar o papel das plataformas digitais na mediação da literatura contemporânea, considerando não apenas os modos de circulação das obras, mas também os discursos e os valores estéticos que nelas se constroem. Portanto, este artigo tem como objetivo analisar criticamente a mediação literária em ambientes digitais, a partir dos eixos teoria, discurso e circulação, buscando compreender de que maneira essas plataformas reconfiguram a recepção literária e influenciam a formação do leitor na cultura digital.

MEDIAÇÃO LITERÁRIA, DISCURSO E CULTURA PARTICIPATIVA: PRÁTICAS DE LEITURA, CIRCULAÇÃO E LEGITIMAÇÃO DA LITERATURA NO CAMPO CULTURAL DIGITAL

A mediação literária pode ser compreendida como o conjunto de práticas que possibilitam o encontro entre o leitor e a obra, envolvendo sujeitos, discursos e suportes diversos. No contexto digital, essas práticas assumem novas configurações, uma vez que a literatura passa a ser mediada por leitores que produzem conteúdos avaliativos, interpretativos e recomendativos nas plataformas digitais. Essa dinâmica pode ser analisada à luz da concepção dialógica da linguagem proposta por Mikhail Bakhtin, para quem o discurso é sempre construído em resposta a outros discursos. Segundo o autor, “o enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva” (BAKHTIN, 2011, p. 272), o que permite compreender as resenhas e comentários literários digitais como práticas discursivas que dialogam com a crítica institucional, o mercado editorial e as comunidades leitoras. Além disso, ao afirmar que “a palavra é o fenômeno ideológico por excelência” (BAKHTIN, 2006, p. 36), Bakhtin contribui para a compreensão de que os discursos literários digitais são atravessados por valores sociais, estéticos e culturais, que influenciam diretamente a recepção das obras.

A circulação da literatura nas plataformas digitais pode ser analisada a partir das contribuições de Roger Chartier, que destaca a relação indissociável entre texto, suporte e prática leitora. Para o autor, “os textos não existem fora dos suportes que os dão a ler” (CHARTIER, 1999, p. 9), o que implica reconhecer que as transformações nos suportes impactam diretamente os modos de leitura. No ambiente digital, a literatura passa a circular em suportes multimodais, articulando texto, imagem, som e performance. Dessa maneira, as práticas leitoras tornam-se mais fragmentadas, compartilhadas e interativas, sendo condicionadas pelas lógicas de visibilidade e engajamento próprias das plataformas digitais. Como afirma Chartier (2002, p. 67), “a leitura é sempre uma prática situada”.

Os processos de legitimação literária no ambiente digital podem ser compreendidos a partir da teoria do campo literário desenvolvida por Pierre Bourdieu. Para o autor, o campo literário constitui-se como “um espaço de posições e de tomadas de posição” (BOURDIEU, 1996, p. 231), no qual diferentes agentes disputam reconhecimento simbólico. No contexto das plataformas digitais, observa-se uma reconfiguração desse campo, uma vez que a legitimação das obras passa a depender fortemente do engajamento, da visibilidade e da circulação dos conteúdos. Assim, curtidas, compartilhamentos e número de seguidores tornam-se formas contemporâneas de capital simbólico.

A atuação dos leitores como produtores de conteúdo nas plataformas digitais dialoga com a noção de cultura participativa proposta por Henry Jenkins. Segundo o autor, na cultura da convergência, os consumidores participam ativamente da criação e circulação de conteúdos, rompendo com a lógica tradicional de recepção passiva. Nesse sentido, os leitores- mediadores atuam como agentes centrais na circulação da literatura contemporânea, influenciando tanto a visibilidade das obras quanto a formação de comunidades leitoras.

METODOLOGIA

Apresente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e interpretativo, adequada à análise de fenômenos discursivos e culturais no contexto da mediação literária digital. Essa escolha metodológica justifica-se pela necessidade de compreender sentidos, práticas e valores estéticos mobilizados nos discursos produzidos por mediadores de leitura em plataformas digitais, os quais não podem ser reduzidos a dados quantitativos.

Inicialmente, realizou-se um levantamento bibliográfico sistemático, com o objetivo de construir o referencial teórico da pesquisa. Foram consultadas obras e artigos dos campos dos estudos literários, da sociologia da cultura, da história da leitura e dos estudos da cultura digital, com destaque para autores que discutem mediação literária, discurso, circulação textual, legitimação simbólica e cultura participativa. Esse levantamento possibilitou a definição dos eixos analíticos que orientam o estudo: teoria, discurso e circulação. Em um segundo momento, procedeu-se ao mapeamento de perfis de mediação literária nas plataformas digitais YouTube (BookTube), Instagram (Bookstagram) e TikTok (BookTok). A seleção do corpus considerou critérios previamente estabelecidos, a saber:

- a)** relevância, medida pela expressividade do número de seguidores;
- b)** engajamento, observado por meio de curtidas, comentários e compartilhamentos;
- c)** regularidade de publicação;
- d)** diversidade de gêneros literários abordados;
- e)** centralidade da literatura nos conteúdos produzidos.

O corpus empírico foi composto por vídeos e postagens dedicados à indicação, avaliação, comentário e discussão de obras literárias contemporâneas, publicados por perfis amplamente reconhecidos no campo da mediação literária digital. A escolha de diferentes plataformas justifica-se pela intenção de comparar estratégias discursivas, formatos de conteúdo e valores estéticos mobilizados em ambientes digitais com lógicas comunicacionais distintas. Após a seleção do corpus, os dados foram organizados em uma tabela analítica (Tabela 1), construída como instrumento metodológico central da pesquisa. Essa sistematização permitiu a visualização comparativa entre plataformas, perfis, tipos de conteúdo, discursos predominantes e valores estéticos associados às práticas de mediação literária. A tabela não teve função meramente descritiva, mas operou como suporte analítico para a interpretação dos dados.

A análise dos conteúdos foi orientada pelos pressupostos da análise discursiva de perspectiva dialógica, considerando os enunciados produzidos pelos mediadores como práticas sociais situadas, atravessadas por valores ideológicos, culturais e estéticos. Buscou-se identificar regularidades discursivas, estratégias de legitimação das obras e modos de construção da autoridade simbólica dos mediadores no campo literário digital. Por fim, os dados empíricos foram interpretados à luz do referencial teórico adotado, articulando as contribuições de Bakhtin, Chartier, Bourdieu e Jenkins. Essa articulação possibilitou compreender de que maneira as plataformas digitais reconfiguram as práticas de leitura, os processos de circulação da literatura contemporânea e os critérios de legitimação literária no contexto da cultura digital.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Plataformas digitais, perfis e discursos de mediação

As plataformas digitais analisadas configuram-se como instâncias centrais de mediação da literatura contemporânea, mobilizando estratégias discursivas específicas conforme suas características técnicas e comunicacionais. Para compreender essas

diferenças, a Tabela 1 apresenta uma sistematização dos perfis selecionados, considerando plataforma, número de seguidores, tipos de conteúdo, discursos predominantes e valores estéticos mobilizados. Essa sistematização possibilita visualizar comparativamente como cada plataforma estrutura suas práticas de mediação literária e de que modo essas práticas influenciam a circulação e a legitimação das obras.

Tabela 1 – Plataformas digitais, perfis de mediação literária, discursos e valores estéticos

Plataforma	Perfil	Seguidores	Tipo de conteúdo	Discurso	Valores estéticos
Instagram	@bookster	929 mil	Indicação de livros e incentivo à leitura	Motivacional e afetivo, leitura como prática transformadora e hábito de vida	Estética clean, imagens bem produzidas, cores suaves, valorização visual do livro
Instagram	@otiagovalente	207 mil	Resenhas e comentários literários	Acessível e didático, aproximação do leitor comum	Estética simples, vídeos diretos, foco no conteúdo verbal
TikTok	@theagoneiva	849,2 mil	BookTok, trends e indicações	Performático e emocional, leitura como experiência compartilhável	Estética dinâmica, cortes rápidos, uso de trilhas sonoras e efeitos
TikTok	@lucasbarrosd	243,6 mil	Dicas de leitura e resenhas	Direto e objetivo, foco na circulação rápida do livro	Estética funcional, poucos elementos visuais, centralidade no discurso oral
YouTube	@tatifeltrin	728 mil	Resenhas aprofundadas	Crítico-reflexivo, leitura como análise e formação intelectual	Estética sóbria, vídeos longos, poucos recursos visuais
YouTube	@LerAntesdeMorrer	754 mil	Literatura e clássicos	Cultural e formativo, leitura como capital simbólico	Estética jornalística, cenário organizado, linguagem visual neutra

Fonte: elaborada pela pesquisadora (2026)

DISCURSOS, CIRCULAÇÃO E VALORES ESTÉTICOS

A partir dos dados apresentados na Tabela 1, observa-se que cada plataforma mobiliza discursos e valores estéticos específicos. No YouTube, predominam conteúdos mais extensos e analíticos, associados a um discurso avaliativo-crítico. No Instagram, a mediação literária assume um caráter afetivo e visual, aproximando a leitura da experiência cotidiana. Já no TikTok, destacam-se discursos performáticos e emocionais, alinhados à lógica do entretenimento e da viralização. Essas práticas discursivas podem ser compreendidas como dialógicas, conforme a perspectiva bakhtiniana, uma vez que respondem a outros discursos sobre literatura e constroem sentidos em interação constante com o público.

O BookTok configura-se como um espaço de mediação literária digital que potencializa práticas participativas e colaborativas em torno da leitura. Nesse sentido, o funcionamento do TikTok favorece a consolidação de comunidades virtuais temáticas, uma vez que, segundo Cazarré e Borba (2024, p. 137), “o modelo de interação proposto pelo TikTok incentiva a cultura participativa, potencializando a formação de comunidades virtuais focadas em interesses específicos como, por exemplo, moda (Fashion TikTok), filmes (MovieTok) ou livros (BookTok)”. Dessa forma, o BookTok ultrapassa a dimensão do entretenimento e passa a atuar como um espaço de circulação, legitimação e incentivo à leitura, influenciando diretamente os modos de consumo literário e as escolhas de livros, autores e gêneros entre os participantes da comunidade.

LEGITIMAÇÃO E FORMAÇÃO DO LEITOR

A circulação da literatura nas plataformas digitais está diretamente relacionada às lógicas de engajamento e visibilidade. Nesse contexto, o reconhecimento das obras passa a depender de métricas digitais, o que reconfigura os processos tradicionais de legitimação literária descritos por Bourdieu. Ao mesmo tempo, essas práticas contribuem para a formação do leitor contemporâneo, ao aproximar

o público das obras e estimular o interesse pela leitura, ainda que tensionem critérios clássicos de avaliação estética. Além disso, é possível observar que a mediação literária nas plataformas digitais não apenas amplia a circulação das obras, mas também redefine os modos de construção de autoridade discursiva no campo literário.

Diferentemente da crítica tradicional, sustentada por instâncias institucionais legitimadas, os mediadores digitais constroem sua credibilidade a partir da recorrência de publicações, da performance discursiva e da relação de proximidade estabelecida com o público. Essa autoridade é progressiva e relacional, sendo constantemente validada por métricas de engajamento e pela resposta dos seguidores. Assim, os discursos literários produzidos nesses ambientes articulam saberes críticos, experiências pessoais e estratégias comunicacionais próprias da cultura digital, o que contribui para a formação de um leitor que não apenas consome recomendações, mas participa ativamente da circulação simbólica da literatura. Tal dinâmica evidencia que as plataformas digitais operam como espaços híbridos, nos quais convivem práticas de formação leitora, entretenimento e legitimação cultural, tensionando fronteiras entre crítica especializada e leitura comum.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar a mediação literária em plataformas digitais, considerando os discursos, os suportes, as práticas de leitura e os processos de circulação e legitimação da literatura no campo cultural contemporâneo. A partir da observação de perfis atuantes no YouTube, Instagram e TikTok, buscou-se compreender de que modo esses ambientes digitais têm reconfigurado as formas de acesso à literatura e as relações entre leitores, obras e mediadores.

Os resultados da análise evidenciam que a mediação literária digital se caracteriza por uma pluralidade de discursos e estratégias comunicacionais, fortemente influenciadas pelas especificidades técnicas e estéticas de cada plataforma. Enquanto o YouTube favorece conteúdos mais longos e analíticos, que possibilitam aprofundamento crítico e reflexivo, o Instagram e o TikTok privilegiam formatos mais breves, dinâmicos e visuais, nos quais predominam discursos afetivos, performáticos e recomendativos. Essa diversidade demonstra que a mediação literária não é uma prática homogênea, mas um fenômeno multifacetado, atravessado por diferentes modos de produção de sentido.

A análise da Tabela 1 permitiu observar que os mediadores literários atuam simultaneamente como leitores, críticos, curadores e produtores de conteúdo, ocupando uma posição híbrida no campo cultural digital. Ao indicarem livros, compartilharem experiências pessoais de leitura e estabelecerem diálogo direto com seus seguidores, esses sujeitos constroem uma relação de proximidade que contribui para a formação de comunidades leitoras e para o fortalecimento do engajamento em torno da literatura. Nesse sentido, a mediação literária digital amplia o alcance das obras e cria novas possibilidades de circulação simbólica do texto literário.

Do ponto de vista discursivo, identificou-se que os enunciados produzidos pelos mediadores são marcados por valores ideológicos e estéticos que dialogam com a cultura participativa. A literatura é frequentemente apresentada não apenas como objeto de estudo ou patrimônio cultural, mas como experiência subjetiva, afetiva e cotidiana. Essa abordagem contribui para a desmistificação do livro como objeto distante ou elitizado, favorecendo a aproximação de novos leitores, especialmente jovens, que passam a se reconhecer nos discursos e nas práticas compartilhadas nas plataformas digitais.

Além disso, o estudo evidenciou que os processos de legitimação literária no ambiente digital não dependem exclusivamente das instâncias tradicionais, como a crítica acadêmica ou o mercado editorial. Embora essas instâncias continuem exercendo influência, observa-se a emergência de novos agentes de legitimação, cujos critérios se baseiam no engajamento, na identificação do público e na circulação ampliada dos conteúdos. Assim, a autoridade simbólica no campo literário passa a ser negociada de forma mais horizontal, ainda que não esteja isenta de hierarquias e disputas.

Dessa forma, conclui-se que as plataformas digitais desempenham papel central na reconfiguração das práticas de leitura e da mediação literária na contemporaneidade. Ao promoverem novas formas de interação, circulação e produção de discursos sobre a literatura, esses ambientes contribuem para a transformação do campo cultural e para a ampliação do acesso ao texto literário. Contudo, é importante ressaltar que tais transformações não substituem as práticas tradicionais de leitura e crítica, mas coexistem com elas, estabelecendo relações de complementaridade e tensão.

Por fim, este trabalho não esgota as possibilidades de análise sobre a mediação literária digital, mas busca contribuir para o debate acadêmico acerca das relações entre literatura, cultura digital e práticas sociais de leitura. Como desdobramento, sugere-se a ampliação do corpus, a inclusão de outras plataformas ou a análise longitudinal dos conteúdos, de modo a aprofundar a compreensão dos impactos dessas práticas na formação de leitores e na circulação da literatura no cenário cultural contemporâneo.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CAZARRÉ, Rafaela Ribeiro; BORBA, Eduardo Zilles. *BookTok e consumo de livros: a percepção de influência da comunidade virtual na experiência de leitura da Geração Z*. Redin – Revista Educacional Interdisciplinar, Taquara/RS, v. 13, n. 2, p. 136–156, 2024. ISSN 2594-4576.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 1999.

CHARTIER, Roger. *Práticas da leitura*. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

JENKINS, Henry. *Cultura da convergência*. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

MARASSI, Alessandra de Castro Barros. *Interações digitais e o consumo do livro*. 1. ed. São Paulo: Gênio Criador Editora, 2017.

Leia Mulheres: clube de leitura literária em prosa feminina no Campus da UEMA de Presidente Dutra

Mikaelly Lima Silva⁴⁵
Rhusily Reges da Silva Lira⁴⁶

INTRODUÇÃO

A literatura desempenha função essencial na formação ética e intelectual dos sujeitos, constituindo-se como campo de produção simbólica e construção de sentidos sociais. Contudo, ao longo da história, a escrita produzida por mulheres foi frequentemente marginalizada, tendo sua circulação restringida por estruturas patriarcais que moldaram o cânone ocidental. Tal cenário evidencia a urgência de ações que promovam maior visibilidade às autoras e ampliem sua presença nos espaços formativos.

Nesse horizonte, a ação extensionista “Leia Mulheres: clube de leitura literária em prosa feminina no Campus da Universidade Estadual do Maranhão”, realizada em Presidente Dutra, configura-se como prática comprometida com a democratização cultural. Vinculada ao curso de Letras, a iniciativa propõe a leitura compartilhada de contos, crônicas, ensaios e outras narrativas breves, favorecendo a ampliação do repertório e o desenvolvimento de competências críticas.

⁴⁵ Graduanda em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa na Universidade Estadual do Maranhão – Campus Presidente Dutra. Bolsista de Extensão do Programa Extensão para Todos da UEMA.

⁴⁶ Doutoranda e Mestra em Estudos Literários no PPGEL/UFPI. Graduada em Licenciatura em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa (UEMA). Atualmente é professora substituta no departamento de Letras da UEMA – Campus Presidente Dutra.

Inspirado no movimento nacional Leia Mulheres, a atividade integra ensino, pesquisa e extensão ao reunir comunidade acadêmica e público externo em encontros periódicos. A proposta transcende o incentivo ao hábito leitor, constituindo-se como espaço de reflexão sobre gênero, identidade, memória e justiça social, reafirmando o papel da universidade pública na promoção do pensamento crítico.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A reflexão sobre autoria feminina encontra respaldo em diferentes pensadoras que problematizaram a exclusão histórica das mulheres dos espaços de produção intelectual. Em *Um Teto Todo Seu* (2014), Virginia Woolf evidencia que a produção literária feminina foi limitada não por incapacidade criativa, mas por condições materiais e simbólicas adversas. A necessidade de independência financeira e espaço próprio revela as barreiras estruturais impostas às mulheres ao longo da história.

No contexto brasileiro, a obra de Clarice Lispector representa marco fundamental na consolidação da autoria feminina no cânone literário nacional. Em *Laços de família* (1998), Lispector explora conflitos íntimos, tensões familiares e inquietações existenciais, revelando complexidades subjetivas que ampliaram as possibilidades narrativas da literatura brasileira.

De modo semelhante, Simone de Beauvoir, em *O segundo sexo* (2009), analisa os mecanismos históricos que construíram a mulher como “Outro”, evidenciando como estruturas sociais moldaram identidades e restringiram espaços de atuação. Essas reflexões dialogam diretamente com a proposta do clube, que busca tensionar hierarquias culturais e promover reconhecimento simbólico.

No campo da educação, Paulo Freire defende a leitura como prática emancipadora. Em *A importância do ato de ler* (1989), o autor destaca que compreender o mundo precede a leitura da palavra, indicando que o contato com o texto literário pode favorecer processos de conscientização crítica. Essa perspectiva fundamenta a dinâmica dialógica adotada pelo clube.

A articulação entre literatura, extensão universitária e transformação social também encontra respaldo nas reflexões de Boaventura de Sousa Santos (2005), ao defender uma universidade democrática, comprometida com a emancipação social e com a circulação plural de saberes.

METODOLOGIA

O clube de leitura “Leia Mulheres” organiza-se a partir de uma metodologia participativa, dialógica e colaborativa, fundamentada nos princípios da extensão universitária como prática integradora entre universidade e sociedade. A proposta metodológica busca articular leitura, reflexão crítica e convivência cultural, compreendendo a experiência literária como fenômeno social.

A seleção das obras prioriza textos em prosa – contos, crônicas, ensaios, cartas e narrativas curtas – escritos por mulheres de diferentes contextos históricos, sociais e culturais. Essa diversidade autoral permite ampliar perspectivas e problematizar múltiplas experiências femininas, contemplando questões relacionadas a gênero, identidade, memória, raça, classe e representatividade.

Os encontros são estruturados em formato de roda de conversa, o que favorece a horizontalidade das interações. A mediação – realizada pela bolsista e pela docente orientadora – não assume caráter impositivo, mas orientador, estimulando a argumentação fundamentada, a escuta respeitosa e o diálogo plural. Essa dinâmica fortalece o protagonismo dos participantes e incentiva a construção coletiva do conhecimento.

A ambientação acolhedora constitui elemento essencial da metodologia. A organização circular do espaço, a partilha de lanche e a exposição de obras literárias contribuem para transformar o ambiente acadêmico em espaço cultural de convivência, aproximando teoria e experiência.

Paralelamente, o projeto mantém atuação constante em rede social, utilizando o Instagram como ferramenta de divulgação, registro das atividades, publicação de indicações literárias e convite à comunidade. Essa presença digital amplia o impacto da ação extensionista e fortalece a construção de uma rede de leitores interessados na literatura de autoria feminina.

O projeto também prevê a produção de registros escritos — resenhas, relatos reflexivos e possíveis artigos acadêmicos — como forma de sistematização das experiências vivenciadas. Tal prática fortalece a articulação entre extensão e pesquisa, além de contribuir para o desenvolvimento da escrita acadêmica dos participantes.

OBJETIVOS DO CLUBE DE LEITURA

O clube de leitura “Leia Mulheres” tem como objetivo central promover a valorização da literatura de autoria feminina no ambiente acadêmico, contribuindo para a formação crítica, humanística e social dos participantes. A iniciativa busca ampliar o repertório literário dos estudantes e da comunidade, oferecendo contato sistemático com obras em prosa, escritas por mulheres de diferentes contextos históricos, sociais e culturais.

Entre os objetivos específicos, destacam-se:

- Incentivar o hábito da leitura literária como prática formativa e reflexiva;
- Promover debates acerca de gênero, identidade, raça, memória e representatividade;

- Criar um espaço de escuta e diálogo intergeracional entre estudantes, docentes e comunidade externa;
- Estimular a análise crítica e a argumentação a partir das obras lidas;
- Fomentar a produção de resenhas, registros reflexivos e possíveis artigos acadêmicos;
- Humanizar o ambiente universitário por meio da convivência, da partilha e da troca de experiências.

Além disso, o clube pretende consolidar-se como espaço permanente de extensão universitária, articulando ensino, pesquisa e comunidade, e fortalecendo o compromisso institucional com a democratização do acesso à literatura.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: O PRIMEIRO ENCONTRO DO CLUBE

O primeiro encontro do clube de leitura “Leia Mulheres” marcou o início oficial das atividades do projeto no Campus da Universidade Estadual do Maranhão, em Presidente Dutra, constituindo-se como um momento inaugural de acolhimento, partilha e construção coletiva de sentidos. A atividade foi amplamente divulgada previamente por meio do perfil oficial do projeto na rede social Instagram, estratégia que possibilitou alcançar estudantes, docentes, técnicos administrativos e membros da comunidade externa, ampliando o convite para além dos limites físicos da universidade.

Realizado no dia 10 de dezembro de 2025, às 16 horas, o encontro reuniu participantes interessados na proposta de valorização da autoria feminina. A mediação foi conduzida pela aluna bolsista Mikaelly Lima Silva, juntamente com a orientadora do projeto, Rhusily Reges, que organizaram a dinâmica da roda de conversa de modo a favorecer a participação ativa do grupo.

A ambientação do espaço foi cuidadosamente pensada para romper com a rigidez tradicional das disposições acadêmicas formais. As cadeiras foram organizadas em círculo, promovendo horizontalidade nas falas e incentivando a escuta atenta. Houve partilha de lanche coletivo, gesto simbólico que contribuiu para fortalecer vínculos, criar um clima de proximidade e transformar o encontro em uma experiência de convivência cultural.

Como parte da programação, foi realizada uma pequena mostra de livros escritos por mulheres, proporcionando contato direto com diferentes autoras e estilos narrativos. Esse momento inicial despertou curiosidade e ampliou o repertório dos presentes, preparando o grupo para a discussão literária.

O texto selecionado para o debate foi o conto *Maria*, da escritora Conceição Evaristo, integrante da obra *Olhos d'água*. A narrativa provocou reflexões profundas acerca das desigualdades sociais, do racismo estrutural, da condição da mulher negra e das múltiplas violências que atravessam corpos historicamente marginalizados. A leitura compartilhada possibilitou interpretações diversas, que articularam dimensões estéticas, sociais e políticas do texto.

As intervenções dos participantes revelaram sensibilidade crítica e capacidade de estabelecer relações entre literatura e realidade social. O diálogo estabelecido evidenciou que o clube ultrapassa a simples apreciação estética, configurando-se como espaço de formação cidadã, questionamento de estruturas opressivas e fortalecimento da consciência social.

Além do encontro presencial, o registro fotográfico e a divulgação posterior nas redes sociais consolidaram a presença digital do projeto, ampliando seu alcance e incentivando novos interessados a participarem das próximas atividades. Assim, o primeiro encontro não apenas inaugurou as ações do clube, mas também confirmou sua relevância enquanto prática extensionista comprometida com a democratização cultural e a valorização de vozes historicamente silenciadas.



Fonte: Coordenação do projeto

PERSPECTIVAS DE CONTINUIDADE, CONSOLIDAÇÃO E EXPANSÃO

A consolidação do clube de leitura “Leia Mulheres” no Campus da Universidade Estadual do Maranhão, em Presidente Dutra, aponta para a necessidade de pensar sua continuidade não apenas como repetição de encontros, mas como processo de institucionalização de uma prática cultural transformadora. Os resultados iniciais evidenciam que o projeto possui potencial para tornar-se ação permanente de extensão, integrando-se de maneira estruturada ao calendário acadêmico e às atividades formativas do curso de Letras.

Entre as perspectivas futuras, destaca-se a ampliação do alcance do clube, tanto em número de participantes quanto na diversidade do público envolvido. A inclusão de novos estudantes, docentes de diferentes áreas e membros da comunidade externa pode fortalecer o caráter interdisciplinar da iniciativa, ampliando as possibilidades interpretativas e enriquecendo os debates.

Outra possibilidade de expansão refere-se à realização de encontros temáticos, organizados em torno de eixos específicos – literatura negra feminina, escrita autobiográfica, narrativas de resistência, literatura contemporânea, entre outros. Essa organização por temáticas pode aprofundar as discussões e favorecer articulações mais consistentes com referenciais teóricos trabalhados no curso.

Também se vislumbra a promoção de eventos abertos à comunidade, como mesas-redondas, rodas ampliadas de leitura, saraus literários e culminâncias semestrais, que possam socializar as reflexões produzidas no âmbito do clube. Tais ações reforçam a dimensão pública da universidade e ampliam o impacto social do projeto.

No campo acadêmico, o incentivo à produção de textos críticos, resenhas e artigos derivados das leituras realizadas pode contribuir para a consolidação de uma produção intelectual vinculada ao clube. A sistematização dessas experiências, por meio de relatórios, apresentações em eventos e possíveis publicações, fortalece a articulação entre extensão e pesquisa, qualificando ainda mais a proposta.

Ademais, a manutenção e o fortalecimento da presença digital do clube configuram-se como estratégia fundamental para sua continuidade. O perfil em rede social não apenas divulga as atividades, mas também atua como espaço de formação leitora permanente, ampliando o diálogo com públicos diversos e incentivando o acesso à literatura de autoria feminina.

Dessa forma, a perspectiva de continuidade do “Leia Mulheres” não se limita à repetição de encontros periódicos, mas projeta-se como construção progressiva de um espaço consolidado de debate, formação crítica e valorização da escrita feminina. A permanência do projeto reafirma o compromisso da universidade pública com a democratização cultural e com a formação de sujeitos leitores conscientes e socialmente engajados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O clube de leitura “Leia Mulheres” configura-se como uma ação extensionista de significativa relevância acadêmica e social no Campus da Universidade Estadual do Maranhão, em Presidente Dutra. Ao promover a leitura e discussão de obras de autoria feminina, o projeto contribui para a democratização do acesso à literatura e para a ampliação de vozes que, historicamente, foram silenciadas nos espaços de legitimidade cultural.

Os resultados evidenciam o potencial integrador e transformador da proposta, que já demonstra engajamento dos participantes, fortalecimento do debate crítico e construção de um ambiente de escuta e partilha. A articulação entre encontros presenciais e atuação em rede social amplia o alcance da iniciativa e fortalece sua dimensão comunitária.

Conclui-se que o clube não apenas incentiva o hábito da leitura, mas também se constitui como espaço de formação política, cultural e humanística, reafirmando o papel da universidade pública na construção de uma sociedade mais justa, plural e consciente.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. **Institui as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 19 dez. 2018.

CANDIDO, Antonio. **A literatura e a formação do homem**. São Paulo: Duas Cidades, 1972.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

EVARISTO, Conceição. **Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade**. Scripta, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2009.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 23. Ed. São Paulo: Cortez, 1989.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

LISPECTOR, Clarice. **Laços de família**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (org.). **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis: Mulheres, 1998. P. 21-41.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. São Paulo: Tordesilhas, 2014.